

10. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ

O ano de 2006 pode ser definido como o consolidador de um primeiro grande passo na reconstrução das instituições democráticas. Definitivamente, a atuação da Pasta foi como um grande catalisador de uma série de mudanças culturais e institucionais que aproximou o país de uma sociedade democrática e republicana.

Tal conclusão pode ser observada na melhoria da Segurança Pública e Combate à Corrupção, com os avanços da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Sistema Único de Segurança Pública, do Departamento Penitenciário Nacional e do Combate ao Crime Transnacional. Da mesma forma, verifica-se que a Administração da Justiça e Promoção e Defesa dos Direitos foi de fundamental importância, ao serem trabalhadas, com muito empenho, questões como Reforma do Judiciário, Combate à Pirataria, Políticas Indigenistas, Assistência Jurídica e Estrangeiros no Brasil. Não menos importante foram os grandes avanços na área de Defesa da Concorrência e dos Direitos do Consumidor, projetando o Ministério da Justiça como um grande defensor da sociedade brasileira.

Da forma em que se apresenta, pode-se afirmar que todos os trabalhos desenvolvidos convergiram à busca de um Estado que esteja a serviço da democracia, da inclusão social e da justiça, no sentido mais amplo que esta palavra carrega.

MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Para combater o crime organizado em todo o país, o governo federal aprimorou e modernizou a área de Segurança Pública não só da União, mas também dos estados e municípios. Para isso, criou o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, tendo como princípio básico a integração entre as polícias em caráter nacional. Nesse contexto o repasse de recursos foi apenas uma das ferramentas de recuperação dessas instituições.

Cabe destacar que todos os órgãos de Segurança Pública estaduais aderiram ao SUSP, assumindo com a União o compromisso para reduzir a violência e combater o crime organizado, e passaram a ter maior integração entre si e com as polícias Federal e Rodoviária Federal e guardas municipais. Desde que o Sistema foi implantado, importantes ações têm marcado o êxito nos processos de articulação e troca de informações entre os Órgãos de Segurança Pública: por exemplo, a alimentação e consulta de informações na Rede Infoseg, a formação integrada de policiais por meio da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública e Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública, a atuação integrada das polícias de todos os estados por meio da Rede Nacional de Laboratórios de DNA, a articulação do planejamento das polícias por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada e as ações da Força Nacional no Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

O objetivo do SUSP é a integração de esforços do governo federal com as instituições de Segurança Pública dos Estados, visando à redução da criminalidade e violência. Para atingir esses objetivos, o SUSP atua em vários eixos, tais como (i) apoio à reforma dos sistemas e instituições de Segurança Pública dos Estados e municípios; (ii) implantação de novos modelos de Segurança Pública; (iii) implantação de unidades funcionais de Segurança Pública; (iv) implantação de sistemas integrados de formação e valorização de pessoal; (v) implantação do sistema de gestão do conhecimento; (vi) intensificação da repressão qualificada, (vii) apoio a projetos de prevenção da violência e (viii) reaparelhamento e modernização dos órgãos de Segurança Pública.

Fundo Nacional de Segurança Pública - FNFP

Pautado nos objetivos do SUSP, o governo federal estipulou que sua implantação seria realizada pela dedicação às ações convergentes nos sete eixos estratégicos. Em 2006 foram repassados, por meio do FNFP, para os estados e municípios, R\$ 84,7 milhões (transferências voluntárias), sendo R\$ 70,7 milhões destinados aos Estados e R\$ 14,0 milhões aos municípios. No total, foram realizadas 52 ações que envolvem tanto as mudanças estruturais nas polícias – cujos resultados serão alcançados em uma perspectiva de tempo mais ampla – quanto às ações de interferência em condições imediatas associadas à violência e à criminalidade. Devido à situação da Segurança Pública no país, escolheu-se essa estratégia, pois ela permite desenvolver mudanças estruturais necessárias e ações voltadas à intervenção imediata em problemas mais focalizados no tempo e no espaço.

Outra ação importante realizada em 2006 pelo governo federal, por intermédio do SUSP, diz respeito ao Aparelhamento, Reaparelhamento e Modernização dos órgãos de Segurança Pública. Visando racionalizar o gasto dos recursos do FNSP e atender aos entes federados, conforme sua real necessidade, procedeu-se em 2006 à aquisição direta de viaturas policiais e de combate a incêndios, motocicletas, helicópteros, ônibus, barco, bote, auto-bomba tanque, auto-busca e salvamento e equipamentos de proteção individual (escudos, detectores de metais, coletes a prova de balas capacetes, algemas, entre outros), para repasse aos Estados e Municípios, na ordem de R\$ 51,7 milhões.

Força Nacional de Segurança Pública

Instrumento operacional e indutor do SUSP, a Força Nacional de Segurança Pública não foi gerada a partir da criação de uma nova força policial, mas da estruturação de um grupo de elite composto pelas polícias militares dos estados. Trata-se de solução eficaz para o devido emprego de operadores de Segurança Pública em policiamento ostensivo. Inspirada na atuação das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas, a Força Nacional é controlada pelo governo federal e atua, quando acionada, em situações de calamidade ou casos de crise aguda nos estados, que exijam reforço na segurança. Nessas circunstâncias, a Força Nacional somente é acionada mediante requisição dos governos estaduais ao governo federal e fica sob o comando do solicitante, garantindo, assim, o princípio da não-intervenção.

A Força Nacional tem por objetivo, ainda, estimular a solidariedade federativa, bem como acabar com o problema das fronteiras internas, que impediam a cooperação entre as polícias estaduais e geravam conflitos de jurisdição, permitindo a atuação desmedida de grupos criminosos. Até o final de 2006, já foram formados 7.981 profissionais de todo o país, dentre os quais 563 são bombeiros.

Operacionalmente, a Força Nacional, no mês de junho de 2006, foi requisitada e desembarcou no estado do Mato Grosso do Sul, com 180 profissionais, equipados e com 25 viaturas, para apoiar o policiamento local. O pedido foi feito pelo governo do estado ao Ministério da Justiça, após uma série de rebeliões ocorridas nos presídios de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Amambaí, Mundo Novo, Três Lagoas e Ponta Porã. Pelos incidentes ocorridos, fez-se necessário que o contingente de agentes responsáveis pela segurança das penitenciárias fosse triplicado, aumentando o policiamento de rotina. No mesmo período, 169 profissionais, equipados e com 15 viaturas, também desembarcaram no estado do Espírito Santo, a pedido do governador, para apoiar o policiamento local em rebeliões no Complexo Penitenciário de Viana (Casa de Custódia de Viana e o Presídio de Segurança Máxima de Viana). Nessa ocasião, a Polícia Federal trabalhou na identificação de presos nos Presídios de Segurança Média I e II e Presídio Agrícola, todos em Vitória.

O quadro a seguir retrata as atividades e os investimentos que foram aplicados, durante o exercício de 2006, com a Força Nacional de Segurança Pública:

| | |
|---|------------------|
| Quantidade de treinamentos | 11 |
| Quantidade de treinados | 3.712 |
| Número de requisições dos Estados (atuação da Força Nacional) | 2 |
| Quantidade de homens mobilizados | 349 |
| Recursos destinados – custeio (diárias e passagens) | R\$ 11,5 milhões |
| Recursos destinados – Investimento (equipamentos e viaturas) | R\$ 10,3 milhões |

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ

Outro ponto importante sobre as reformas propostas e efetuadas pelo governo federal está relacionado à participação dos Militares Bombeiros na Força Nacional, além de integrá-la, os Corpos de Bombeiros foram incluídos nos benefícios do Fundo Nacional de Segurança Pública, desde 2004. Esta inclusão visou estabelecer um conjunto de ações para padronizar seus instrumentos de trabalho, definir a Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e estruturar a mobilização dos bombeiros aos moldes da Força Nacional. Com a participação de todas as corporações estaduais, foi realizado o planejamento estratégico do emprego de bombeiros, com projetos a serem desenvolvidos a curto, médio e longo prazo. Merecem destaque nesse plano as medidas relacionadas à implementação do Protocolo de Kyoto, gerenciamento de uma potencial nova crise energética, aumento do fluxo turístico no país e o aproveitamento racional da biodiversidade. Em 2006, foram realizados investimentos no valor de R\$ 11,3 milhões na compra direta de equipamentos (proteção individual e viaturas de Combate à Incêndio) sendo que cada unidade da Federação recebeu R\$ 420 mil para alocar conforme suas necessidades.

Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais

Em 2006, a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública - Infoseg mostrou-se uma ação altamente estruturante sob o aspecto de integração dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo pela primeira vez na história brasileira um efetivo compartilhamento das informações entre os estados e os órgãos federais. Os acessos às informações do Infoseg passaram de 4 milhões, em 2004, para quase 18 milhões em 2006, por mais de 65 mil usuários distribuídos nos três poderes das esferas federais e estaduais.

O Infoseg é uma rede segura e veloz que utiliza as mais modernas ferramentas tecnológicas e que adota Princípios de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), facilitando a integração dos bancos de dados estaduais e federais de forma *online*, como bancos de dados das polícias civis e militares, federais, além das informações da Receita Federal (CPF e CNPJ), entre outros. A Rede já disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais criminais e mandados de prisão, dados cadastrais de condutores, de veículos, de proprietários e de multas. As informações dispostas sobre armas de fogo no Departamento de Polícia Federal - Sinarm e no Exército Brasileiro – Sigma, também estão disponíveis aos usuários.

No que tange ao Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal SINESPJC, em 2006 foram implantados os módulos “Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública – PC e PM” e “Perfil das Organizações de Segurança Pública – PC, PM, CB, DEAM, DECAP, IML, GM, Corregedorias e Academias de Polícia. O módulo “Controle da Ação Policial” está sendo implantado por meio da criação do Sistema Nacional de Gestão das Ouvidorias, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Pesquisas piloto do módulo “Fluxo do Sistema de Justiça Criminal” já foram realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo e a implantação plena do módulo deverá ocorrer a partir de 2007. Entre as ações para implantação do SINESPJC realizou-se também atividades de capacitação sobre a importância e uso do sistema na BA, RS, PR, ES, TO, MT, PB e PE.

Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional

O Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional tem como objetivos: (a) planejar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, de gerência, técnico e operacional, dos profissionais das agências de Segurança Pública em cooperação com as Unidades da Federação; (b) identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública e órgãos periciais; (c) promover formação continuada dos profissionais de Segurança Pública, órgãos periciais e gestores locais de segurança; e (d) valorizar por meio da capacitação e de outras ações de cunho sócio-econômico o profissional de Segurança Pública. A partir destes objetivos, o governo federal estipulou a execução do sistema em projetos como a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública – Renaesp, Educação à Distância para Segurança – EAD, Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública – Escoppol, treinamentos direitos com cursos para multiplicadores de conhecimentos e jornadas temáticas.

A Renaesp é constituída a partir do credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, tendo por objetivo o segmento intermediário das Organizações de Segurança Pública. Em 2006 foram contratadas 22 IES. A Rede beneficiará a cada ano cerca de 1.600 profissionais. No mesmo prisma, a Rede de Educação à Distância para Segurança, possibilita a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita aos profissionais de Segurança Pública de todo país – policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais e rodoviários federais – independente de sua localização geográfica. Para tanto, foram implantados 60 telecentros – ambientes físicos dotados de tecnologia constituídos por tele-sala, web-sala e ambiente para tutorial nos quais os profissionais de Segurança Pública terão acesso a cursos específicos para a área. Em 2006, cerca de 32.000 profissionais passaram pela Rede realizando os seguintes cursos via internet: “Mulher Vítima de Violência Doméstica, Saúde ou Doença: de qual lado você está?”, “Direitos Humanos”, “Uso Legal da Força”, “Combate a Lavagem de Dinheiro”, “Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos”, “Uso da Informação”, “Local do Crime: Isolamento e Preservação”, “Prevenção à Violência”, “Busca e Apreensão”, “Formação de Formadores”, entre outros.

No contexto de treinamentos diretos, foram realizados Cursos de Multiplicadores de Polícia Comunitária nas Regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, beneficiando 420 operadores de Segurança Pública e na área de Produção de Provas foram realizadas ações formativas centradas nas regiões Centro-Oeste e Sul de Genética Forense, Toxicologia e Análise de DNA, capacitando 100 peritos.

No que diz respeito à formação para promoção dos Direitos Humanos, realizou-se Jornadas de Direitos Humanos – JDH para a motivação/sensibilização e a mobilização de lideranças multiplicadoras da cultura dos direitos humanos, no contexto da Segurança Pública, contribuindo com a formação de uma Cultura Nacional de Direitos e Deveres Humanos, de solidariedade ativa e paz social colaborando para a construção de uma nova polícia consciente de seu papel de promotora de direitos humanos e paz. A JDH formou 2.480 profissionais de Segurança Pública.

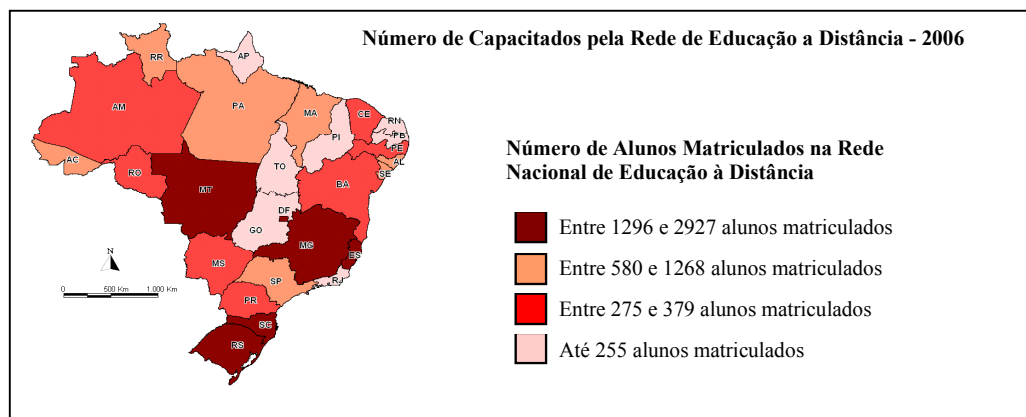
Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, também foram desenvolvidos Cursos Regionais de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Centro-Oeste, Nordeste e Norte, formando 240 operadores para serem aproveitados pelo Programa desenvolvido por aquela Secretaria. Ainda, houve a promoção de capacitações mediante a celebração de Convênios com Unidades da Federação prevendo a capacitação de 1.970 operadores.

Na mesma linha, foi criada a Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública – Escoppol na qual o policial assume o papel de protagonista em Direitos Humanos, agregando uma qualificação humanística à formação e o aperfeiçoamento e buscando a reflexão sobre as técnicas de atuação utilizadas em suas atividades. A realização da 1ª Fase do Escoppol beneficiou 480 profissionais.

| Regiões | Número de Capacitados por Ações Formativas | | | | | |
|--------------|--|----------------------|--------|----------|-----------------------------------|----------|
| | Convênios ¹ | RENAESP ¹ | EAD | ESCOPPOL | Treinamentos Diretos ² | Jornadas |
| Norte | Não apresentou | 150 | 4136 | - | 175 | |
| Nordeste | 1850 | 300 | 6418 | 360 | 214 | 2400 |
| Sudeste | Não Apresentou | 400 | 4848 | 120 | 56 | |
| Sul | 120 | 650 | 8696 | | 170 | 80 |
| Centro-Oeste | Não apresentou | 100 | 7789 | | 145 | |
| Total | 1970 | 1600 | 31.887 | 480 | 760 | 2480 |

Fonte: Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal/SENASP

(1) Ações em Andamento; (2) Soma das ações realizadas diretamente pela SENASP em 2006.



Fonte: Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal/SENASP

Segurança dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007

A Senasp foi encarregada de planejar e garantir o bom funcionamento do esquema de segurança dos Jogos Pan-Americanos. Desde fevereiro de 2006, encontra-se em atividade no Rio de Janeiro a Coordenadoria das Ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-Americanos. Estabelecida pelo Comitê Olímpico Internacional – COI e apoiada em três eixos (segurança operacional, inteligência e logística), a Coordenadoria conta com o Centro de Controle Operacional de Programas Especiais, voltado ao desenvolvimento de projetos sociais, na busca da integração da sociedade carioca, principalmente das comunidades carentes. É o caso do Projeto Guia Cívico, que está formando 10.500 jovens de 149 comunidades carentes para atuarem nos jogos. O governo federal deverá investir cerca de R\$ 385 milhões na segurança dos Jogos, beneficiando a Segurança Pública do Rio de Janeiro inclusive após a realização do evento. Os equipamentos adquiridos, o Centro Escola de Segurança Pública e o projeto das guardas civis ficarão como legado da segurança dos jogos à cidade.

Em 2006 foram investidos R\$ 50,5 milhões em aquisições de 24 aeronaves (seis helicópteros esquilos, oito helicópteros *schweizer* e dez motoplanadores Ximango) e R\$ 66,7 milhões em aquisições de 1.222 veículos, como forma de garantir o aparelhamento para o desenvolvimento das ações, voltadas à segurança dos jogos.

Ações de Prevenção à Violência e Criminalidade

Foram desenvolvidos planos de trabalho contendo ações orientadas pelos eixos estratégicos do SUSP. Em 2006, ocorreu a celebração de convênios com 56 municípios. O público-alvo das atividades de prevenção é formado por crianças, adolescentes e jovens até 24 anos, sendo que o governo federal também procura inserir nos projetos executados, temas trabalhados de forma articulada com outros órgãos governamentais. Exemplo disso, além da parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, é a parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e com a Secretaria Nacional de Justiça, nos temas “Criança e Adolescente”, “Sistema Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos” e “Tráfico de Pessoas”.

Em abril de 2006, instituiu-se Grupo de Trabalho - GT para elaboração da “Matriz Curricular Nacional para Polícia Comunitária” com o objetivo de apresentar propostas de ementas para disciplinas do Currículo do Curso de Polícia Comunitária para Multiplicadores, de modo a nortear a capacitação de profissionais da área de Segurança Pública orientada pela filosofia de polícia comunitária e mobilização social das lideranças comunitárias. O GT contou com a colaboração de policiais civis e militares de diversas unidades da Federação. O material produzido foi publicado em livro e foram realizados, ao todo, 11 episódios do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária nos Centros de Difusão de Polícia Comunitária nas cidades de Cuiabá, Rio de Janeiro, Fortaleza e Belém. Foram capacitados 421 profissionais de Segurança Pública de todo Brasil, dentre eles policiais militares, delegados de polícia civil, líderes comunitários e inspetores de guardas municipais.

Foi realizado, também, encontro com pedagogos e representantes dos estados que desenvolvem o Programa Educacional de Redução da Oferta e Demanda de Drogas – Proerd, com objetivo de adequar a cartilha de capacitação à Política Nacional sobre Drogas do governo federal (Senad/GSI/PR). A partir desta reunião, foi realizado Curso de Formação de Mentores – Regiões Norte e Nordeste – para formação de multiplicadores, com capacitação de 76 mentores profissionais das polícias militares, na cidade de Recife, no período de 04 a 15 de dezembro de 2006, que estão aptos a formarem instrutores do Proerd em seus estados de origem.

Por intermédio da Senasp/MJ – como representante do Brasil – ocorreu o Seminário “Segurança Interna e Controle Externo” e o “I Encontro das Organizações de Controle e Inspeção das Polícias (OCIPs) dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PTLP)”, ocorrido em Lisboa, no mês de dezembro. Foi aprovada a criação de uma rede informal das organizações de controle externo da atividade policial dos países e territórios de língua portuguesa, que tem por objetivo primordial a troca de experiências, informações e competências sobre o tema, promovendo o fortalecimento da política pública de controle da atividade policial nos países afins.

Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública Projeto Segurança-Cidadã

O “Projeto Segurança Cidadã” é um acordo de cooperação internacional firmado em 2004 entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para fortalecer o estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública junto aos entes federados e sociedade civil, apoiando a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública e do planejamento estratégico da Senasp. Em 2006 foram repassados ao PNUD R\$ 20,4 milhões. Com este recurso foram realizados diversos cursos e capacitação de 3.560 servidores e colaboradores da Segurança Pública.

Dentro das quatro grandes linhas de ação deste projeto – quais sejam: (1) Sistema Integrado de Ensino Apoiado; (2) metodologias de gestão das instituições de Segurança Pública modernizadas; (3) Polícia e Segurança Comunitárias definidas como Políticas Públicas no âmbito do SUSP; e (4) gestão eficiente do projeto, em 2006 desenvolveu-se uma série de iniciativas importantes, das quais destacam-se o “Programa de Formação de Policiais Condutores de Cães Farejadores”, “Projeto de Regularização Fundiária dos Assentamentos Informais denominados Rocinha e Vidigal”, “Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos”, “Gestão de Políticas Públicas de Segurança Cidadã”, “Polícia Comunitária” e “Inteligência e Segurança Pública”.

Combate à Criminalidade

Nos últimos quatro anos, o Ministério da Justiça empenhou-se na luta histórica para acabar com a corrupção, a violência e o crime organizado. Investiu na modernização de suas forças policiais e criou mecanismos para atacar todos tipos de crime em uma atuação incisiva como nunca se viu neste país. Em 2006, 781 milhões foram investidos no Departamento de Polícia Federal – DPF, o que possibilitou a melhoria das instalações e o fortalecimento das atividades da instituição.

Das ações de combate a crimes contra o Meio Ambiente e ao Patrimônio Histórico iniciadas em 2005, destacam-se as operações Curupira I e II e Ouro Verde, realizadas pela Polícia Federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, no âmbito do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, com a participação do Ministério Público Federal, visando o desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, transporte e comercialização ilegal de madeira, que resultaram na decretação de 197 prisões. Só na operação Curupira I, no Estado do Mato Grosso, foi descoberta uma quantidade inicial de 431 empresas fantasmas cadastradas no Ibama. O volume estimado de madeira serrada fraudada foi da ordem 1,98 milhão de m³.

A atuação DPF foi traduzida em ações, cabendo citar a realização de 2.200 flagrantes por tráfico de drogas, atingindo o total de 4.231 indiciados. O reflexo desse quadro possibilitou a retirada de circulação de aproximadamente 159 toneladas de drogas (maconha e cocaína), assegurando o controle da prática desse crime. O trabalho mostrou-se positivo, também, no combate ao crime organizado, com diversas operações policiais especiais, nas áreas do tráfico de drogas e armas, roubo de cargas e valores e lavagem de dinheiro. Além disso, na crise de segurança em centros urbanos, como ocorreu em São Paulo, a Polícia Federal a partir de seus centros de inteligência desenvolveu ações conjuntas que possibilitaram o desmantelamento de quadrilhas organizadas. É importante ressaltar que em mais de 320 operações efetuadas, não foi disparado um só tiro.

Operações da Polícia Federal

No firme propósito de combater à corrupção, foram desenvolvidas, a partir de 2005, diversas operações que tiveram prosseguimento no ano de 2006, das quais se destacam:

- Sol Poente (CE): Buscas e apreensões e prisão de 2 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 1 servidor, adulterava documentação com a finalidade de obter benefício previdenciário de forma fraudulenta.
- Caronte (PA): Buscas e apreensões e prisão de 28 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 15 servidores, falsificava comprovantes de pagamento de contribuições previdenciárias.
- Ajuste fiscal (RJ): Buscas e apreensões e prisão de 13 servidores. A quadrilha atuava extinguindo, ampliando ou criando débitos de grandes e médias empresas.
- Paulo Afonso (BA/PE): Estancamento de um esquema de fraudes em benefícios rurais nas regiões de Paulo Afonso/BA e Tacaratu/PE. A quadrilha, que tinha atuação do principal Sindicato Rural de Tacaratu, forjava documentação dos seus afiliados com a finalidade de obter aposentadoria.
- Psique (MG): Buscas e apreensões. A quadrilha, com envolvimento de servidores, médicos peritos e intermediários atuava na concessão de benefícios por incapacidade.
- Quati (PR): Buscas e apreensões, bem como prisão de 5 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 3 servidores, atuava na preparação de documentação falsa e na inclusão de vínculos empregatícios fictícios.
- Sabará (MG): Apreensões e prisão de 1 fraudador, que atuava na preparação de documentação falsa.
- Sinceridade (RJ): Buscas e apreensões, bem como prisão de 1 fraudadora, servidora do INSS, que fazia gestão junto às empresas para que não sofressem ação fiscal mediante o pagamento de propina.
- Bangu (RJ): Buscas e apreensões, bem como prisão de 2 fraudadores, servidores do INSS, que atuavam na falsificação de tempo de contribuição de segurados.
- Gavião (RS): Buscas e apreensões, bem como prisão de 9 fraudadores. A quadrilha atuava na preparação de documentação falsa e inserção de vínculos empregatícios fictícios.
- Cerâmica (SP): Prisão de 1 fraudador, que utilizava documentação falsa.
- Fabricador (RS): Prisão de 1 fraudador, que atuava na falsificação de cartas concessórias de benefícios do INSS.
- Peruíbe (SP): Busca e apreensão e prisão de 1 fraudador, por meio de documentação montada, recebia benefícios previdenciários.
- Relâmpago (MG): Prisão de um fraudador, que atuava obtendo benefícios por incapacidade irregulares.
- Guaíba (RS): Busca e apreensão de farta documentação que seria utilizada na obtenção de benefícios previdenciários de forma fraudulenta.
- Falsário (SP): Busca e apreensão e prisão de 4 fraudadores. A quadrilha, com participação de um servidor, adulterava documentação.
- Arara (SP): Prisão de 1 fraudador, que portava documentação falsificada.
- Mercado Negro (RJ): Busca, apreensão e prisão de 28 fraudadores. A quadrilha, com a participação de 9 servidores, era especialista na inserção de vínculos empregatícios falsos.
- Vinhedo (SP): Prisão de 4 fraudadores. A quadrilha portava documentação falsificada.
- Mandrake (PR): Buscas e apreensões e prisão de 3 fraudadores. A quadrilha atuava na inserção de vínculos empregatícios fictícios.

- Bloqueio (PE): Buscas e apreensões e prisão de 5 fraudadores. A quadrilha, com a participação de um servidor aposentado, atuava na adulteração de documentos.
- Juiz de Fora (MG): Prisão de 2 fraudadores, que atuavam na inserção de períodos não trabalhados nas CTPS.
- Jatiuca (AL): Prisão de 2 fraudadores, que portavam atestados médicos falsos.
- Centurião (AM): Prisão de 23 fraudadores, que atuavam junto a empresas, facilitando a emissão irregular de CND.
- Titan (SP): Prisão de 14 fraudadores, que atuavam junto à classe empresarial “vendendo” facilidades e ilegalidades junto às instituições públicas que diziam representar.
- Tiro Certo (MG): Prisão de 3 fraudadores, que atuavam inserindo períodos não trabalhados nas CTPS com objetivo de obter benefícios previdenciários por incapacidade.
- Resgate (SP): Prisão de 1 fraudador, que atuava inserindo dados falsos nos bancos de dados da Previdência Social.
- Benefício (ES): Prisão de 3 fraudadores, que atuavam na falsificação de certidões de nascimento com objetivo de obter benefício previdenciário.

Da mesma forma, destacam-se as seguintes operações de Contra-Inteligência e Inteligência Policiais:

- Operação Cerol: deflagrada em julho de 2006, na cidade do Rio de Janeiro, desarticulou organização criminosa que corrompia policiais federais a fim de obter vantagem em inquéritos policiais instaurados para investigar crimes previdenciários por ela cometidos. Foram cumpridos 17 mandados de prisão e 40 mandados de busca. Dentre os presos incluem-se 8 policiais federais;
- Ao final de 2006 estavam em curso 5 operações policiais relacionadas a investigação de organizações criminosas que para a consecução de seus objetivos criminosos corrompem agentes públicos, em especial, policiais federais.
- Operação Mão-de-obra: deflagrada na cidade de Brasília, desarticulou organização criminosa que atuava em fraudes à licitação efetivada por órgãos públicos federais, dentre os quais o Senado Federal, Ministério da Justiça e ABIN, na área de prestação de serviços de informática. Foram cumpridos diversos mandados de prisão e dentre os presos incluem-se empresários do ramo e servidores públicos;
- Operação Candango: deflagrada na cidade de Brasília, realizada em apoio a investigações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, desarticulou organização criminosa que atuava no desvio de verbas públicas gerenciadas pelo Instituto Candango de Solidariedade. Foram cumpridos diversos mandados de prisão e dentre os presos incluem-se advogados, empresários e diretores e ex-diretores do Órgão;
- Operação Câmbio Livre: deflagrada nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Toledo, desarticulou organização criminosa que atuava em fraude a licitações de medicamentos nas áreas federal, estadual e municipal. Foram cumpridos diversos mandados de prisão e dentre os presos inclui-se um grupo de empresários que atuavam na área. Também foi desmantelado esquema de remessa ilegal de valores para o exterior e de internalização ilícita de recursos, que atuava paralelamente a essa organização.

A Polícia Federal tem sido um importante instrumento do governo federal no combate ao desvio de recursos públicos e ao crime organizado no Brasil. Em 2006, realizou-se a deflagração de 53 operações especiais de combate à corrupção, nas quais foram presas 933 pessoas por corrupção, 376 servidores públicos, federais, estaduais e municipais, além de políticos e empresários, acusados de crimes, que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó.

Modernização da Polícia Federal

A Polícia Federal adquiriu mais de 1.100 novas viaturas, está construindo 9 delegacias em cidades estratégicas e modernizando o Instituto Nacional de Criminalística – INC, que ganhou nova sede, com mais de 20 mil m², tornando-se um dos maiores centros de perícia criminal no mundo. Entre os diversos laboratórios presentes no INC estão os de Genética Forense, Balística Forense, Geoprocessamento, Geofísica Forense, Perícia de crimes contra a Fauna e Flora, Perícia em Gemas, Engenharia, Laboratório de Química Legal, Informática, Documentoscopia, Audiovisual e Eletrônicos, e Perícias Contábeis e Econômicas.

Merece destaque a implementação do sistema AFIS Criminal, que serve como base nas ações de identificação criminal do Brasil, por estar integrado ao Sistema Nacional de Identificação, permitindo a elucidação de diversos crimes que antes ficavam impunes pela inexistência da prova científica.

No ano de 2006, a Polícia Federal investiu, também, em equipamentos de telecomunicação, com a aquisição de estações fixas e táticas (móveis) do Tetrapol (sistema digital criptografado), além de 2000 aparelhos portáteis, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura.

Adquiriu cerca de 6.000 novas armas e veículos para todos os meios de transporte. No que se refere à infra-estrutura física, foi ampliado o número de unidades descentralizadas. Também foram reformadas mais de 40 unidades, entre Superintendências e Delegacias, e entregues 4 novas sedes, destacando-se a nova sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná/PR, com uma área construída de 15.913 m², que teve em 2006 um investimento no valor de R\$ 8,7 milhões tendo capacidade para 536 servidores com o leiaute atual. Cabe também ressaltar a reforma na Academia Nacional de Polícia, com um investimento de R\$ 654 mil, possibilitando o recebimento dos novos equipamentos e incremento na formação de pessoal.

Outros importantes investimentos ocorridos foram as assinaturas de dois contratos com o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro para o desenvolvimento e implementação do GESP (Sistema de Controle de Processos de Segurança) no valor de R\$ 1,3 milhões e para o desenvolvimento e integração entre Sistemas do DPF para o atendimento ao novo sistema de emissão de passaportes – Promasp, no valor de R\$ 242,8 milhões. Ainda como parte do Promasp, foi efetivado contrato com a Casa da Moeda para o fornecimento anual de um milhão de cadernetas no padrão ICAO (*International Civil Aviation Organization* – Organização Internacional da Aviação Civil); e a aquisição do avião Embraer ERJ 145, com capacidade para 50 passageiros e com autonomia de vôo, partindo de Brasília para todas as capitais. A aeronave foi recebida em 28/03/2006. O valor do contrato foi de US\$ 12 milhões, tendo o DPF pago US\$ 1 milhão em 2005 e US\$ 5 milhões em 2006.

Em relação aos projetos Pró-amazônia/Promotec, os quais permitiram a melhoria dos equipamentos relacionados às áreas de inteligência, criminalística, identificação e transporte, ocorreu a prorrogação dos contratos até 2010, com um investimento de US\$ 71 milhões em 2006 e de US\$ 398,8 milhões até o último ano.

Outra área estruturante do órgão a ser destacada é o Plano Anual de Reparelhamento Policial - PARP, por meio do qual, com recursos da União, são adquiridos equipamentos e materiais em âmbito nacional, visando a padronização dos recursos e dos procedimentos e a economia de escala. Por esta via, foram realizadas as maiores aquisições de munições letais e menos letais da história do Órgão, sendo 2,5 milhões de cartuchos letais e mais de 43 mil munições/equipamentos menos letais. Estas aquisições propiciarão a implementação de um programa de treinamento continuado de tiro policial e uma nova forma de abordagem do policial, com o emprego de munições menos letais. Além disso, foram adquiridas mais de 5.000 algemas. Assim, busca-se o aperfeiçoamento do Estado, promovendo maior segurança ao cidadão, maior eficiência na detenção dos criminosos e a preservação da vida humana.

Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

A primeira penitenciária federal foi inaugurada em junho de 2006, no município de Catanduvas/PR, e encontra-se em plena operação. A segunda unidade, situada em Campo Grande/MS, já foi concluída e inaugurada no final de 2006. As unidades de Mossoró/RN e Porto Velho/RO estão em fase de obras, devendo ser inauguradas em junho e dezembro de 2007, respectivamente. A quinta e última penitenciária federal está em fase de definição, e deverá entrar em operação em 2008. As penitenciárias federais são controladas por corpo funcional próprio e têm capacidade individual para abrigar 208 presos de alta periculosidade, representando uma valiosa contribuição aos estados na medida em que proporciona o isolamento de facções criminosas e a conseqüente desarticulação do crime organizado nos estados. Cada penitenciária federal representa um investimento de cerca de R\$ 25,0 milhões.

Nas políticas de financiamento estaduais, foi realizado um investimento de R\$ 170,1 milhões para a geração de 7.720 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais. Merece destaque o recebimento de 6.992 novas vagas, fruto de convênios celebrados em anos anteriores e que tiveram seqüência em 2006. Foram investidos R\$ 12,3 milhões voltados para a reforma de estabelecimentos penais nos estados.

Houve enorme esforço de repasse de recursos para propiciar o aparelhamento dos estabelecimentos penais estaduais – convênios para aquisição de detectores de metais, aparelhos de raio-x, veículos de transporte de presos, computadores, equipamentos médico-ambulatoriais, etc. – além de aquisições diretas para posterior doação aos estados. Denota-se, portanto, uma aplicação de recursos de maior qualidade, fruto de projetos integrados, com equipamentos de alta tecnologia. Foram investidos cerca de R\$ 75,5 milhões no reaparelhamento de estabelecimentos penais, com destaque para o repasse de R\$ 45,0 milhões ao estado de São Paulo e à aquisição de 62 viaturas para transporte de presos para 11 estados.

Registram-se, ainda, iniciativas para o fomento da aplicação de penas e medidas alternativas, contribuindo para atenuar o problema da superlotação. Nos últimos quatro anos, estima-se um crescimento exponencial: em 2002, 21.560 pessoas cumpriam penas ou medidas alternativas; ao final de 2006, a estimativa é de

cerca de 170.000. Esses números – elevação de quase 700% em quatro anos – denotam o sucesso da política de expansão e de aceitação e reconhecimento das penas e medidas alternativas perante os órgãos da execução penal e junto à sociedade em geral.

O governo federal incentivou a instalação de escolas penitenciárias, além de inúmeros cursos de formação por todo o país e da formação do Cadastro Nacional de Especialistas no Conhecimento e no Ensino dos Temas da Execução Penal. Em 2006, houve financiamento para a instalação de Escolas em 5 estados, totalizando 19 escolas penitenciárias no país.

Enfocando a atuação multissetorial, o Ministério da Justiça vem construindo acordos de cooperação técnica e protocolos de intenções com outras Pastas visando a implementação de políticas públicas integradas para o Sistema Penitenciário. Em parceria com o Ministério da Saúde, teve seqüência em 2006 o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. São cento e quarenta 140 equipes cadastradas em dez estados, promovendo o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos.

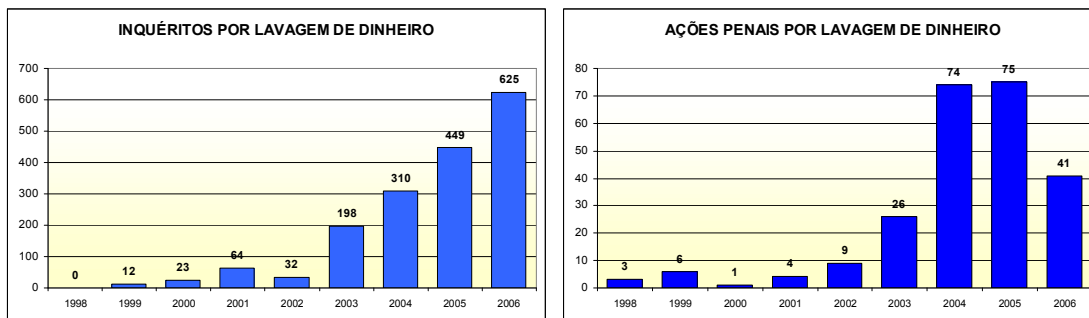
Outra iniciativa que merece destaque é o Protocolo de Intenções celebrado com o Ministério da Educação, que visa o delineamento conjunto de uma política pública voltada à alfabetização e à elevação de escolaridade da população presa e egressa no contexto das políticas de Educação de Jovens e Adultos. Desse esforço comum resultou a Resolução nº 23/2005 do Programa Brasil Alfabetizado, que consolidou a população prisional como um dos públicos prioritários do maior programa de alfabetização do país.

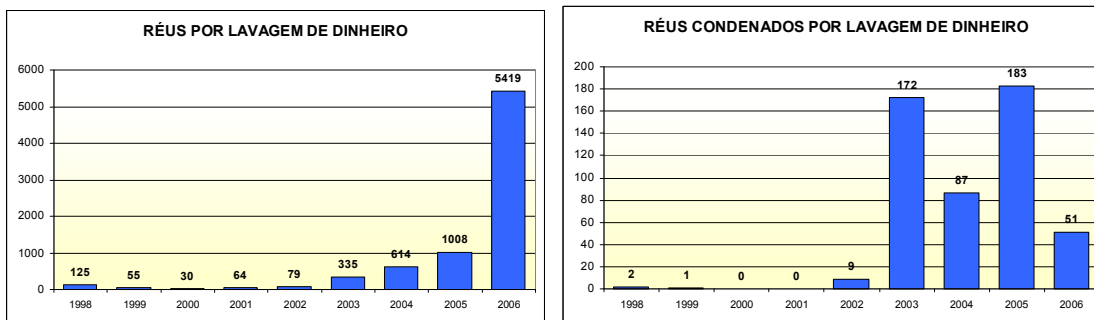
Combate ao Crime Transnacional

Em 2006, foram tomadas ações em várias frentes, como executar de maneira ágil e efetiva a cooperação jurídica internacional demandada para rastrear, bloquear e recuperar ativos de origem ilícita ou que sejam utilizados para praticar crimes; realizar ações para utilizar a recuperação de ativos como instrumento de combate ao crime organizado; difundir a cultura de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de recuperação de ativos e de cooperação jurídica internacional; modernização da legislação; realizar ações que promovam a efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), e ampliar os mecanismos de cooperação jurídica internacional.

A ação de recuperação de ativos não é um ato isolado. É o resultado de um processo com uma série de ações, que envolve investigação, busca de informações para o rastreamento dos ativos, obtenção de provas suficientes para o convencimento das autoridades estrangeiras da necessidade de cooperação, acompanhamento das investigações e processos judiciais no exterior e no Brasil. Para o repatriamento de tais bens é preciso a implementação de diversas condições como, por exemplo, o trânsito em julgado da condenação criminal no Brasil. Os ativos não são recuperados exclusivamente pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI/Ministério da Justiça. Trata-se, necessariamente, de um trabalho integrado com cada órgão envolvido e no âmbito de suas respectivas competências. Esse modo de proceder é um dos resultados da Enccla, coordenada pelo Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD) e por sua vez secretariado pelo DRCI/MJ.

A Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, conhecida como Encla, passou a contar com o tema de Combate à Corrupção, ganhando mais uma letra “C” em sua sigla. A Enccla realizou então sua quarta edição anual de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2006 em Ribeirão Preto/SP, com a participação de 135 representantes de 52 órgãos. Foram analisados os resultados de 2006 e definidas as metas e recomendações para o ano de 2007. Como um dos principais resultados da efetividade da Estratégia, pode ser verificado nos quadros abaixo, o aumento dos indicadores de inquéritos e sentenças relacionados com a lei de lavagem de dinheiro:





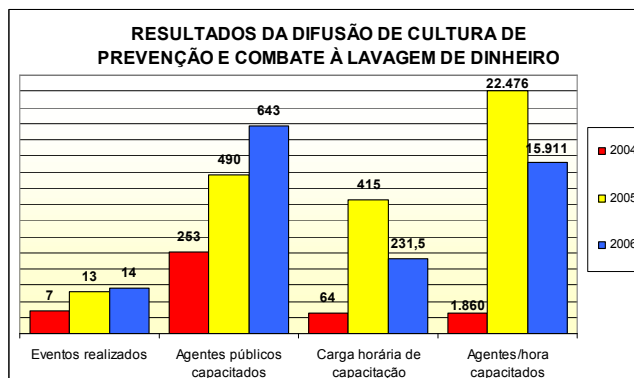
Durante as atividades da Enccla, o Ministério da Justiça firmou termo de parceria com o Instituto Nacional da Qualidade Judiciária (INQJ) para a execução do projeto LEILÃO.GOV. O início das atividades de operação do sistema de leilões eletrônicos, efetuado logo após a assinatura do termo, colocou à disposição do poder público uma ferramenta tecnologicamente avançada e aprimorada durante três anos, capaz de realizar leilões com transparência e velocidade.

Além de cumprida a meta Enccla de 2006 que versava sobre a criação do sistema eletrônico de leilões e o cadastro de bens, a Enccla 2007 positivou a Recomendação nº 08, que faz com que a centralização das informações sobre bens apreendidos seja uma diretriz institucional acordada entre os presentes e que o Cadastro Nacional de Bens Apreendidos - CNBA seja um processo de gestão além de um sistema de informações, assim como a Recomendação nº 14, indicando “ao Poder Judiciário e ao Ministério Público a utilização da alienação antecipada para a preservação do valor dos bens sujeitos a medidas assecuratórias”. Além disso, o DRCI tem atuado na orientação direta, em casos específicos que permitam utilização dos instrumentos de leilão eletrônico e alienação antecipada, a autoridades responsáveis pela prevenção e combate ao crime organizado.

Também foi positivada a Meta 14, que visa “Promover a utilização de sistema eletrônico de alienação de bens no âmbito da Administração Pública e da Justiça” e possui como órgãos envolvidos a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), a Secretaria da Receita Federal (SRF), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Colégio Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça (CNPJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No âmbito da análise de dados, o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro teve sua infra-estrutura física implementada e a equipe está operando nas novas instalações com as atividades primárias de instalação e configuração de equipamentos e *softwares*. Mesmo com o laboratório ainda não completamente operante, os resultados atingidos no apoio à produção de provas em casos de lavagem de dinheiro de repercussão nacional ressoaram na Enccla, firmando a expansão da metodologia, treinamento, perfis profissionais e instalações para o Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro e ao Departamento de Polícia Federal como metas para 2007.

No que tange à capacitação, em 2006 foram capacitados promotores de justiça, procuradores de justiça e juízes de direito nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Alagoas, Mato Grosso e Rondônia, além de servidores da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais e da Secretaria de Receita Federal, num total de 232 horas-aula e 15.911 agentes/hora de capacitação. O número final de agentes públicos capacitados em 2006 foi de 643. A evolução em relação ao período de 2004/2006 pode ser verificada no gráfico:



Fonte: Secretaria Nacional de Justiça

No que diz respeito à modernização da legislação, a necessidade de atualização e reforma da Lei nº. 9.613/98, Lei de Lavagem de Dinheiro, foi definida como meta durante a realização da primeira Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro. Desde então, o DRCI coordenou as discussões a respeito da alteração da lei, visando o alcance de melhores resultados no combate a este tipo de crime. Foram realizadas várias reuniões, envolvendo representantes do poder executivo, ministérios públicos e universidades. O anteprojeto encontra-se atualmente em análise no Ministério da Fazenda.

Já nas atividades da ação de Negociação de Acordos de Cooperação Jurídica Internacional, foram contempladas várias etapas, como a prospecção de países interessados, elaboração das minutas, negociação, assinatura, aprovação pelo Congresso, promulgação e ratificação, cabendo ao DRCI as etapas de prospecção, elaboração das minutas e negociação. A partir do encerramento das negociações, os acordos são enviados ao MRE para providências de assinatura formal, então enviados ao Congresso para aprovação e finalmente para a Presidência da República para promulgação.

No sentido de ampliar os mecanismos de cooperação jurídica internacional como instrumento necessário ao combate ao crime organizado transnacional, buscou-se elencar os países prioritários à vista dos interesses nacionais, além de aprimorar o conteúdo dos acordos negociados, adaptando-os às nossas necessidades. Procurou-se, ainda, traçar relação custo/benefício para o processo negociador com o aproveitamento, sempre que conveniente, de instrumentos multilaterais específicos. Como resultado, em 2006 foi encerrada a negociação de acordos com Hong Kong e México, e assinado acordo com a Espanha.

A seguir, apresenta-se quadro resumo da situação dos Acordos de Cooperação Internacional, considerando as seguintes etapas: (i) produção de documento modelo e identificação de prioridades; (ii) contatos estabelecidos com vários países; e (iii) atuação do Ministério das Relações Exteriores nas gestões para dar início ao processo negociador que levará à assinatura dos textos e posterior remessa ao Congresso Nacional (artigos 84, VIII, e 49, I, da Constituição Federal)

| | |
|--|-----------|
| EM VIGOR | 14 |
| Argentina (Mercosul ¹), China, Colômbia, Coréia do Sul, Estados Unidos, França, Itália, Líbano, Paraguai, Peru, Portugal, Suíça, Ucrânia, Uruguai. | |
| NO CONGRESSO | 23 |
| Angola, Canadá, Cuba, Reino Unido, Suriname, Antígua & Barbuda (OEA ²), Chile (OEA ²), Dominica (OEA ²), El Salvador (OEA ²), Equador (OEA ²), Grenada (OEA ²), Guatemala (OEA ²), Jamaica (OEA ²), México (OEA ²), Nicarágua (OEA ²), Panamá (OEA ²), Trinidad & Tobago (OEA ²), Venezuela (OEA ²), Cabo Verde (CPLP ³), Guiné-Bissau (CPLP ³), Moçambique (CPLP ³), São Tomé e Príncipe (CPLP ³), Timor-Leste (CPLP ³) | |
| ASSINADOS (prontos para o Congresso) | 2 |
| Espanha e Nigéria | |
| PRONTOS PARA ASSINAR (MRE) | 3 |
| Bahamas, Hong Kong e México | |
| RESULTADO ATUAL (negociados) | 42 |
| EM NEGOCIAÇÃO | 13 |
| África do Sul, Alemanha, Argélia, Austrália, Bélgica, Emirados Árabes Unidos, Ilhas Cayman, Índia, Israel, Moldávia, Panamá, Tailândia e Turquia | |

¹ Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais

² Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em matéria penal

³ Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados membros da CPLP

Fonte: Secretaria Nacional de Justiça

Migração e Acordos Internacionais

O tema “migração” ganhou especial atenção no contexto político mundial no ano de 2006, ressaltando a importância de se tratar a realidade global das migrações por uma perspectiva voltada para os direitos humanos e para o reconhecimento do apoio cultural e econômico que os migrantes agregam aos países que os recebem. Diante desta constatação, verificou-se a necessidade de adequar o programa “Estrangeiros no Brasil” de forma que ele pudesse refletir o novo contexto interno e internacional, haja vista o aumento significativo no número de acordos bilaterais e multilaterais negociados, assim como no número de processos decididos sobre permanência, naturalização e medidas compulsórias relativas a estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior, número este estimado em 4 milhões, 2 milhões a mais que o quantitativo de estrangeiros que aqui se encontram.

Foi então que surgiu, em 2006, o programa “Migração e Acordos Internacionais”, com o objetivo de executar a política governamental destinada à regularização de estrangeiros; à concessão de nacionalidade e naturalização; ao trato humanitário das questões relativas aos refugiados; ao estudo do fluxo migratório; à promoção de medidas compulsórias, além da formulação e implementação de instrumentos internacionais de cooperação com vistas à regularização migratória mútua e à difusão do instituto da transferência de pessoas condenadas. Destina-se

ainda a atender a demanda de solicitações de documentos, por meio da modernização e democratização do acesso às informações, expedindo, por exemplo, certidões via internet.

Neste contexto, a ação “Apoio a Projetos de Instalação de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados” foi utilizada para viabilizar o repasse, por meio de convênio, de R\$ 50 mil e de R\$ 78 mil à organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente, recursos estes utilizados na manutenção dos refugiados e que representam um aumento de 6,22% em relação ao repasse realizado em 2005, o qual totalizou R\$ 120,5 mil. Para o ano de 2007, prevê-se um acréscimo de R\$ 500 mil ao valor de 2006, o que enfatiza o caráter prioritário da política nacional para os refugiados e a importância de o Brasil se manter como referência mundial neste tema.

O quantitativo de refugiados reassentados no Brasil cresce gradativamente. Em 2003 esse número era de 25. Em 2006, passou para 198, sendo que a maioria encontra-se no estado de São Paulo (115) e os demais nos estados do Rio Grande do Sul (60) e Rio Grande do Norte (23). O número de refugiados reconhecidos, vítimas de perseguições em seus países, segue a mesma tendência de crescimento, passando de 2.884, em 2002, para 3.428, em meados de 2006.

No que tange à ação “Instrução e Análise de Processos Administrativos”, parte dos recursos, R\$ 40,1 mil, foi destinada à modernização administrativa do Departamento de Estrangeiros, o que resultou no incremento de 7,58% no número de demandas ou solicitações atendidas em relação ao ano de 2005. Foram solucionados 25.258 procedimentos referentes a naturalização, 19.803 a permanência de estrangeiros e 1.812 a medidas compulsórias, aí incluídos assuntos relativos a extradições, deportações, expulsões e transferência de pessoas condenadas, este último de caráter essencialmente humanitário e não repressivo.

Outra parte dos recursos, R\$ 27,5 mil, foi aplicada na parceria que o Departamento de Estrangeiros - DEEST firmou com o PNUD, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Esta parceria, embasada em dois pilares principais, quais sejam, o fortalecimento institucional do DEEST e a proposta de uma política migratória internacional para o Brasil, tem por objetivo, em sua primeira fase (assistência preparatória), desenvolver um conjunto de iniciativas para a elaboração do Projeto de Consolidação e Qualificação das Políticas de Migração e Acordos Internacionais (segunda fase), a ser implementado a partir de julho de 2007.

As ações desencadeadas pelo objetivo geral consistem na definição de um desenho institucional que permita a consolidação das políticas de Estado sobre o tema migração e a modernização das estruturas funcionais do Departamento de Estrangeiros, incluindo o resgate dos elementos históricos e a preservação destes como ferramenta para pesquisa e desenvolvimento de ações de cunho humanitário, de inclusão e integração social dos estrangeiros no Brasil, e dos brasileiros no exterior, por meio de tratados e acordos de cooperação.

Os recursos financeiros da ação “Preservação e Disponibilização do Acervo Documental do Departamento de Estrangeiros” foram em parte aplicados na parceria com o PNUD, R\$ 8,8 mil e em parte utilizados no desenvolvimento do projeto de implantação do Centro de Memória da Imigração no Brasil, R\$ 15,1 mil, cujo objetivo é tornar disponível ao público, após tratamento museológico e de restauração, todo o acervo de registros históricos do DEEST, projeto este aprovado pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos-FDD, o qual aplicará a quantia de R\$ 248,6 mil.

Por meio de parcerias com outras unidades do Ministério da Justiça, assim como com órgãos externos, foi possível implementar uma série de atividades e projetos destinados à modernização e melhoria da prestação dos serviços públicos de competência do DEEST, dentre os quais pode-se destacar:

- a) Ampliação da negociação e assinatura de acordos internacionais, principalmente nas áreas de extradição, regularização migratória e transferência de pessoas condenadas. Foi também intensificada a integração dos Estados do Mercosul, com a assinatura, por exemplo, dos acordos de cooperação bilateral com Argentina e Uruguai, os quais pretendem facilitar a regularização dos nacionais dos respectivos países que estejam em território estrangeiro;
- b) Atendimento de 37.321 demandas pela Central de Atendimentos, dentre consultas telefônicas, pessoais ou eletrônicas (*e-mail*);
- c) Publicação e distribuição dos livros “*Compêndio das Normas Emanadas da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL*” (200 unidades) e “*Extradição – Guia de Boas Práticas*” (800 unidades) para todos os países do

Mercosul e autoridades relacionadas com o tema, no segundo semestre de 2006 por ocasião da presidência *pro-tempore* do Brasil no Mercosul;

d) Realização de dois Seminários Internacionais sobre Migração e Turismo (SIMiTur) para os agentes públicos de fronteira, nas cidades de Bagé/RS e Manaus/AM, em janeiro e julho de 2006, respectivamente, com o objetivo de desenvolver e capacitar policiais e autoridades que atuam nas áreas de fronteira e estão ligados à temática da migração e ao atendimento a turistas.

Segurança Pública nas Rodovias Federais

Ao longo de 2006, o DPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, mediante ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, em 2006 foram admitidos mais 895 policiais rodoviários federais por meio de concurso público, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, devido ao incremento de policiais nos postos de fiscalização, ampliando a presença da polícia ostensiva da União.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 61.000km de rodovias federais, desenvolve ações de fiscalização em pontos críticos, apreensão de animais a esmo nas rodovias, e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito, com repercussão na redução do número de mortos nas rodovias federais em decorrência de acidentes. A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2005 e 2006 pelo qual se verifica a redução do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais, fruto do patrulhamento ostensivo exercido pela PRF, que inibe a ação delituosa dos infratores de trânsito, diminuindo os riscos de acidentes. O referido índice leva em consideração o aumento anual da frota nacional de veículos automotores.

| ÍNDICE DE ACIDENTES | 2004 | 2005 | 2006 |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Total Acidentes | 109.560 | 108.509 | 109.262 |
| Frota Nacional | 39.240.875 | 42.071.961 | 45.372.640 |
| Acidente / 10.000 veíc. | 28 | 26 | 24 |
| Variação do Índice | | - 7,62% | - 6,27% |
| Mortos | 6.192 | 6.268 | 6.114 |
| Mortos / 1.000.000 veíc. | 158 | 149 | 135 |
| Variação do Índice | | - 5,58% | - 9,21% |
| Feridos | 64.157 | 65.339 | 66.041 |
| Feridos / 1.000.000 veíc. | 1.635 | 1.553 | 1.456 |
| Variação do Índice | | - 5,01% | - 6,25% |

Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD

Foram realizadas 841 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de três toneladas de cocaína, 46 toneladas de maconha e a destruição de mais de 250.000 pés de maconha, além da apreensão de 1.474 armas de fogo, destacando-se 10 fuzis e 5 sub-metralhadoras. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 14.000 animais silvestres e apreendidos mais de 290.000 m³ de madeira. No combate a exploração de crianças e adolescentes destaca-se o encaminhamento de 304 crianças/adolescentes vítimas de crimes aos conselhos tutelares/delegacias e a detenção de 208 pessoas envolvidas nestes crimes. A seguir, é apresentado quadro comparativo das apreensões de 2005 e 2006 no qual se verifica a eficácia e eficiência das ações:

RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME

| ITEM | QTD. | 2005 | 2006 | Variação |
|-----------------|--------|-----------|-----------|----------|
| Pessoas Detidas | unid. | 9.254 | 19.433 | 109,90% |
| Maconha | ton. | 37,77 | 46,63 | 23,50% |
| Cocaína | kg | 2.210,44 | 3.105,43 | 40,50% |
| Haxixe | esfera | 52.553 | 66.603 | 26,80% |
| Crack | kg | 46,30 | 185,22 | 300,00% |
| CDs/DVDs | unid. | 2.505.231 | 7.526.548 | 200,50% |
| Cigarros | pct. | 1.371.999 | 2.752.599 | 100,70% |
| Combustíveis | litro | 101.904 | 181.402 | 78,00% |
| Informática | unid. | 93.339 | 129.163 | 38,30% |
| Eletrônicos | unid | 160.718 | 273.335 | 70,10% |
| Medicamentos | unid. | 120.212 | 310.320 | 158,00% |
| Armas | unid. | 1.157 | 1.474 | 27,30% |

| ITEM | QTD. | 2005 | 2006 | Varição |
|-----------------------|----------------|---------|---------|----------|
| Munições | unid. | 94.576 | 117.204 | 19,80% |
| Animais Silvestres | unid. | 8.226 | 14.051 | 70,80% |
| Madeira | m ³ | 520.925 | 295.048 | - 43,30% |
| Trabalhador Libertado | unid. | 309 | 662 | 114,30% |
| Veículos Recuperados | unid. | 3.368 | 3.593 | 6,70% |

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

O ano de 2006 foi especialmente proveitoso para a PRF no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão. Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais em suas atividades rotineiras, possibilitando que trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição, sob pena de diminuição da capacidade operacional da PRF e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2006 foram realizados diversos leilões de veículos inservíveis, e adquiridas 479 viaturas operacionais, conforme quadro a seguir, executando 99% do recurso disponibilizado.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|------------------------|------------|
| Caminhonete Mitsubishi | 70 |
| GM Astra Sedan | 304 |
| GM Blazer | 79 |
| Ambulância Renault | 18 |
| Caminhão Prancha Ford | 8 |
| TOTAL | 479 |

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, e cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido, o DPRF, por meio do plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado as suas unidades operacionais. Em 2006, dentro do orçamento disponibilizado, destacam-se as seguintes obras realizadas:

UNIDADES CONSTRUÍDAS 2006

| ESTADO | VALOR | DESCRIÇÃO |
|--------|----------------|---|
| PB | R\$ 138.933,23 | Construção do Posto de Mata Redonda na BR 101, km 108 |
| PI | R\$ 231.313,25 | Construção da 3ª Delegacia PRF na cidade de Floriano/PI |
| | | Construção da 4ª Delegacia PRF em Picos/PI |
| | | Construção do canil da sede da 17ª SRPRF/PI |
| DF | R\$ 89.065,95 | Término da obra do Posto Zarzur Pacheco da BR 060 |
| | | Construção de um canil na BR 040, km 01 DF |

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Além destes itens, foram adquiridos 53 radares fotográficos e 256 etilômetros que serão utilizados para inibir o desrespeito às normas de trânsito, de maneira que o cidadão de bem possa circular em paz nas rodovias federais, sem estar sujeito ao constante perigo de motoristas embriagados e àqueles que imprudentemente desrespeitam os limites de velocidade, gerando perigo para todos os demais usuários. Por meio destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a Segurança Pública nas rodovias federais.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS

Reforma do Judiciário e Legislação Infraconstitucional

Dos 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2004, onze foram transformados em lei em 2006. As propostas de alteração das leis processuais civil, trabalhista e penal foram elaboradas pela SRJ em conjunto com o Supremo Tribunal Federal, o Instituto Brasileiro de Direito Processual e entidades de magistrados, promotores e advogados.

Trata-se de uma prioridade do governo federal para agilizar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios.

Destacam-se, entre outras, a Lei n.º 11.276/06 - Súmula Impeditiva - entrou em vigor no dia 09/05/2006 - permite ao Tribunal sanar nulidades ocorridas em primeira instância já em sede de apelação; impede a interposição de recurso de apelação contra decisões proferidas de acordo com entendimento sumulado; a Lei n.º 11.277/06 - racionalização do julgamento de processos repetitivos - entrou em vigor no dia 09/05/06; quando a lide versar sobre matéria de direito, em processos repetitivos, e no juízo já houver sentença de improcedência em caso análogo, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença reproduzindo a anteriormente prolatada; a Lei n.º 11.280/06 - entrou em vigor no dia 18/05/06; permite a Declaração de incompetência relativa de ofício pelo juiz em contratos de adesão; disciplina a prática e comunicação dos atos processuais em meio eletrônico; pronunciamento de ofício de prescrição em alguns casos; disciplina a cautelar em ações rescisórias; regulamenta o pedido de vista por meio de prazos para devolução dos autos; a Lei n.º 11.341/06 - Simplificação e informatização de procedimentos (mídia eletrônica) - sancionada em 07/08/2006, incorpora a tecnologia hoje à disposição de qualquer advogado; viabiliza a comprovação de dissídio jurisprudencial, para fins de interposição de recurso especial dirigido ao STJ mediante decisões disponíveis na internet; e a Lei n.º 11.382/06 - Processo de Execução; altera dispositivos da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil – sancionada em 06/12/2006.

QUADRO-SÍNTESE DE LEIS APROVADAS – 2005/2006

| |
|---|
| Execução de Títulos Judiciais – Lei n.º 11.232/05 |
| Execução dos Títulos Extrajudiciais – Lei n.º 11.382/06 |
| Agravos – Lei n.º 11.187/05 |
| Súmula Impeditiva – Lei n.º 11.276/06 |
| Prazo para pedido de vista nos Tribunais – Lei n.º 11.280/06 |
| Racionalização do julgamento de Processos Repetitivos – Lei n.º 11.277/06 |
| Informatização dos Procedimentos – Lei n.º 11.419/06 |
| Simplificação e Informatização de Procedimentos – Lei n.º 11.341/06 |
| Repercussão Geral do RE – Lei n.º 11.418/06 |
| Súmula Vinculante – Lei n.º 11.417/06 |

Fonte: Secretaria de Reforma do Judiciário

Modernização da Justiça

O governo promoveu em dezembro de 2006, a terceira edição do Prêmio *Innovare*, que tem como principal objetivo identificar, premiar, sistematizar e disseminar as práticas pioneiras e bem sucedidas de gestão do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria que estejam contribuindo para desburocratização e eficiência dos serviços da Justiça. A Comissão Executiva recebeu, neste ano, 150 inscrições de 24 Estados, tendo sido premiados cinco projetos que apresentaram práticas inovadoras e de relevância para a modernização e eficiência da Justiça.

Foram realizados, ainda, eventos de extrema importância, que mobilizaram diversos segmentos em áreas estratégicas, abordando temas como “Estabilidade Econômica e o Judiciário”, “XV Conferência de Ministros de Justiça de Países Ibero-Americanos” e “Penhora on-line de Veículos”, sendo este último fruto de um acordo assinado entre MJ, Ministério das Cidades e Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que prevê o desenvolvimento e a implementação do Sistema de Restrição Judicial - Renajud, sistema que integra o Poder Judiciário e o Denatran possibilitando ao magistrado bloquear a transferência de um veículo pela internet, em tempo real, aumentando a eficiência das decisões judiciais e de inviabilizar a prática de condutas fraudulentas, ao mesmo tempo em que simplificará o procedimento para o Poder Público.

Melhoria do acesso à Justiça

Dois grandes programas tiveram por objetivo a melhoria no acesso à Justiça. O primeiro a se destacar é o de “Justiça Restaurativa”, que se baseia na premissa de que a vítima, o autor, pessoas envolvidas com a vítima e lideranças comunitárias devem compartilhar a busca de solução para os seus próprios problemas, em geral, com a assistência de uma terceira pessoa imparcial – um mediador ou um facilitador. Em setembro/2006 iniciou-se estudo a fim de avaliar os 3 projetos-pilotos (Núcleo Bandeirante-DF, São Caetano do Sul-SP e Porto Alegre-RS).

O segundo é o “Programa Justiça Comunitária” desenvolvido nas cidades satélites de Ceilândia e Taguatinga-DF, sobre o qual a Secretaria de Reforma do Judiciário lançou em 04/12/2006 o Manual “Justiça Comunitária”, com o intuito de auxiliar aqueles que pretendem iniciar novos projetos que visem a democratização da realização da justiça. Na mesma data foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, PNUD, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, Ministério

Público do Distrito Federal e Territórios - MPDF, Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF e Universidade de Brasília - UnB, para apoio e desenvolvimento a esse Programa.

Foram realizados, nesta área, estratégicos eventos, de temáticas como “Conferência Internacional: Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança”, que ocorreu nos dias 28 e 29/06/2006, reunindo em Brasília acadêmicos e operadores do Direito do Brasil, da África do Sul, do Canadá e dos Estados Unidos durante numa conferência internacional. Cerca de 230 participantes conheceram experiências bem sucedidas nas áreas de justiça restaurativa, justiça comunitária e segurança cidadã; “V Congresso Nacional de Defensores Públicos”, realizado entre os dias 31/08 a 01/09/2006; “Seminário: Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Defensoria Pública”, realizado entre os dias 05 a 08.12.2006, no auditório da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - ADPERJ, tendo como principal objetivo capacitar defensores públicos para a compreensão e utilização do Sistema Interamericano como instrumento de promoção dos direitos humanos.

Da mesma forma, alguns estudos foram lançados em 2006, abrangendo diagnósticos sobre Defensoria Pública no Brasil e sobre Juizado Especial Cível, assim como foi lançado, em 28.06.2006, o livro “Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança”, com o esforço de ampliar e unificar o debate sobre justiça e segurança.

REFORMA DO JUDICIÁRIO EM 2006 – PUBLICAÇÕES E DIAGNÓSTICOS REALIZADOS

| PUBLICAÇÕES | DIAGNÓSTICOS |
|--|--|
| - Livro Seminário “A Reforma do Processo Trabalhista Brasileiro”; lançamento: abril de 2006 - Livro “A Reforma Silenciosa da Justiça”; lançamento: abril de 2006 - Livro “Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança”; lançamento: junho de 2006. - Estudo “Carreira Judicial, Mecanismos de Controle da Atividade Jurisdicional e Sistema Disciplinário Aplicado a Juízes e Magistrados”; lançamento: junho de 2006. - Estudo Comparado sobre Gestão orçamentária e Gestão Administrativa de Cortes e Tribunais e tratamento Estatístico da Informação sobre o Funcionamento do Sistema Judicial; lançamento: julho de 2006. - Manual “Justiça Comunitária – uma experiência”; lançamento: dezembro de 2006. - Cartilha da Boa Arbitragem e do Movimento em Defesa da Arbitragem; lançamento: dezembro de 2006. | - Diagnóstico do Ministério Público dos Estados - II Diagnóstico da Defensoria pública no Brasil - Diagnóstico do Ministério Público do Trabalho |

Fonte: Secretaria de Reforma do Judiciário

Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Em 2006 foram realizados 224.729 atendimentos de assistência jurídica gratuita nas unidades da Defensoria Pública da União – DPU nos estados e no Distrito Federal. Destaca-se também o Projeto Defensoria Itinerante, com trabalhos realizados em 18 municípios, onde foram realizados mais de 1.980 atendimentos.

Vale salientar a implantação do sistema informatizado desenvolvido pela DPU, denominado e-PAJ – Processo Eletrônico de Assistência Jurídica, com início dos trabalhos em todo o país em fevereiro de 2006. O e-PAJ é um sistema de âmbito nacional, com possibilidade de fornecer uma extensa gama de relatórios estatísticos que evidenciarão as atividades desenvolvidas detalhadamente, permitindo que a administração superior avalie o desempenho setorial das unidades da DPU.

No que tange à instalação de serviços da Defensoria Pública da União, em 2006 foram adquiridos diversos equipamentos que propiciarão melhor infra-estrutura aos núcleos de atendimento, a serem distribuídos em 2007.

Outra realização de merecido destaque foi a nomeação de 130 (cento e trinta) candidatos aprovados e remanescentes do Segundo Concurso Público de ingresso na Defensoria Pública da União, pelo Decreto de 20 de dezembro de 2006.

Gestão da Política na Área de Justiça

Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública

Em 2006, foi realizada a contratação do serviço de provimento de conectividade de voz, dados e imagem referente à fase 1 da Infovia MJ por intermédio de certame licitatório. Consoante o planejamento estabelecido para o projeto, foram interligadas as redes de dados das sedes dos órgãos do Ministério da Justiça situadas em Brasília, tendo sido, também, realizada a interligação do Centro de Monitoramento do Departamento Penitenciário Nacional - Depen às Penitenciárias Federais de Catanduvas (PR) e Campo Grande (MS). Além disso, foi realizada adesão à Infovia Brasília, que é um projeto conjunto MP / Serpro, com vistas ao estabelecimento de

conectividade dos órgãos abrangidos pela Infovia MJ com os órgãos da APF ligados à Infovia Brasília. A aplicação dos recursos destinados a esta ação, que importaram na quantia de R\$ 1.694.124,00, também permitiu o início da estruturação do Centro de Gerência da Infovia MJ tendo por base a adoção das melhores práticas preconizadas para tecnologia da informação, conforme preconizado na metodologia ITIL (*information technology infrastructure library*).

Plano Nacional de Combate à Pirataria

A pirataria é um crime transnacional complexo com repercussão mundial, gerenciado por máfias internacionais ligadas ao crime organizado e, por isso, fortemente relacionado com outros delitos - como a lavagem de dinheiro, o narcotráfico e o tráfico de armas e munições - e cujo combate não pode prescindir da forte atuação do Estado. Conforme informações da Interpol, a pirataria se tornou o crime mais lucrativo do mundo, movimentando anualmente US\$ 516 bilhões, contra US\$ 322 bilhões do tráfico de drogas.

No aspecto repressivo, o ano de 2006 foi caracterizado pelos trabalhos integrados, realizados nos portos, aeroportos, fronteiras e rodovias federais, envolvendo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal. Em destaque, cita-se o início das atividades da nova aduana, construída ao lado da Ponte da Amizade, que funcionará ininterruptamente e terá uma estrutura capaz de fiscalizar 100% dos veículos e pedestres que retornarem de Ciudad Del Leste, e da mesma forma, a operação I-Commerce, deflagrada em 16 de outubro, que teve por objetivo combater o comércio ilegal pela internet; ao todo, foram 4 meses de investigações policiais, 79 mandados de busca e apreensão em 13 estados e no Distrito Federal, 20 prisões, mobilizando aproximadamente 350 policiais durante a operação.

Preventivamente, foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a iniciativa privada e o poder público, capacitando agentes públicos a fim de que estes identifiquem facilmente um produto falsificado e tenham um domínio sobre as características e demais informações que o cercam. Apresenta-se, também, como outra ação bem sucedida a campanha educativa “Pirata: Tô Fora! Só Uso Original!”, de iniciativa do Sindicato dos Técnicos da Receita Federal – Sindireceita, com apoio da Confederação Nacional da Indústria - CNI e do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – CNCP, consistindo em uma série de ações que buscam conscientizar a população, não só quanto à extensão dos danos causados pela pirataria e pelo contrabando no Brasil, mas também, quanto à importância da proteção da propriedade intelectual e quanto às vantagens individuais geradas pelo consumo dos produtos originais e legais.

As ações implementadas no País têm alcançado destaque internacional, tendo o presidente do Conselho recebido em 2006 o Primeiro Prêmio Anual da *Motion Picture Association* (MPA) por combate exemplar à pirataria de obras audiovisuais, em Miami, Estados Unidos. Este fato, por si, somente exterioriza o que internamente está sendo feito. Objetivando uma maior atuação e êxito, apresentam-se como perspectivas futuras o desenvolvimento de campanhas educativas que tornem o consumidor um dos protagonistas na luta contra a pirataria; a implementação de políticas econômicas que desestimulem o consumo de produtos piratas tornando os produtos originais mais acessíveis e condizentes com a realidade sócio-econômica do país; uma maior integração entre os estados e municípios, e os seus respectivos órgãos de atuação contra o crime; a criação de um banco de dados estatístico oficial sobre a pirataria no Brasil, que permitirá uma avaliação real da extensão do problema; e o desenvolvimento de uma massa crítica favorável à proteção e valorização da Propriedade Intelectual junto ao Poder Judiciário, com vistas à efetiva aplicação da Lei de modo a fechar o ciclo da persecução penal.

Identidade Étnica e Patrimônio Cultural da Humanidade

Confirmando os compromissos de propiciar maior participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem a afirmação dos direitos, foi realizada em Brasília, em abril de 2006, a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com expressiva presença de representantes de 173 etnias e de diversas organizações não-governamentais. No total, 900 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades marcaram presença neste que foi o primeiro fórum indígena nacional realizado na história do país. As recomendações e conclusões exaradas, a serem publicadas no Documento Final da Conferência Nacional dos Povos Indígenas, servirão de base para a revisão do Estatuto do Índio e apontarão as diretrizes para uma nova política indigenista, com participação mais ampla das diferentes agências de governo, assim como das organizações indígenas.

Atenção à Saúde dos Povos indígenas

No âmbito das ações de saúde para a população indígena, destacam-se as ações de (a) alocação de recursos para obras e equipamentos, com ênfase na aquisição de veículos, barcos e motores, da ordem de R\$ 11,5 milhões, em 2006, valor superior em 24,31% ao total de R\$ 9,25 milhões, de 2002; (b) ampliação das ações de saneamento nas áreas indígenas que beneficiaram, em 2006, 93.143 indígenas, em 421 aldeias localizadas em 196 municípios; e (c) realização do Mês de Vacinação dos Povos Indígenas, contemplando 20 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, abrangendo 1.157 aldeias. Em relação às doenças sexualmente transmissíveis e Aids, cabe registrar a implementação das atividades de prevenção, assistência, vigilância e monitoramento em 32 Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Construção de Moradia para Comunidade Indígena

Foram construídas 70 casas, beneficiando aproximadamente 350 indígenas das mais diversas localidades do país. Houve uma extensa programação integrando as instâncias da Fundação Nacional do Índio - Funai, como: Procuradoria Jurídica, Auditoria, Coordenação Geral de Planejamento, Coordenação de Contabilidade, Coordenação de Orçamento e Coordenação Financeira, onde cada Setor era argüido dentro das dúvidas existentes na execução da Ação quando dos encaminhamentos formais necessários ao desencadeamento dos processos licitatórios e contratuais, os quais requeriam maior atenção quanto à legislação em vigor. Foi convidado o Coordenador de Projetos da Secretaria Nacional de Habitação – SNH, do Ministério das Cidades, para expor quanto às modalidades de acesso aos Programas de Habitação, bem como as formas de acesso, onde as comunidades indígenas poderiam se beneficiar.

Nas reuniões com estados, municípios, entidades e organizações parceiras, procurou-se frisar a necessidade de se pensar em modelos alternativos de Arquitetura, visando minimizar as agressões observadas com os modelos regionais, partindo da proposta de concepção de casas mistas, onde os traços culturais fossem preservados. Para isso, foram desenvolvidos alguns projetos que estão sendo trabalhados nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas

A Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário – CGDC, responsável pela execução de ações de capacitação, desenvolveu: projetos em associativismo junto as Etnias Krahô, Apinajé, Karajá, Guarani, Kanela, Pataxó, Kaingang, Xavante, Apurinã, Fulni-ô e Pankararu, envolvendo diretamente 625 índios e, indiretamente, 2.980 famílias; ações de capacitação em Meliponicultura para indígenas das Etnias Uru-Eu-wau-wau, Kaingang, Krenak, Munduruku envolvendo 80 indígenas; ações de capacitação em Apicultura para indígenas das Etnias Kayabi, Atikum, Paresi, Irantxe e Mebengokre, envolvendo um total de 58 indígenas; ações de capacitação em extração de óleo de copaíba para 8 indígenas Atikum; levantamento do potencial produtivo para 10 indígenas Tikuna; e certificação orgânica e florestal para 40 indígenas Mebengokrê.

Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Entendendo a regularização fundiária como etapa essencial na proteção aos povos indígenas, metas expressivas estão sendo alcançadas, dentre as quais se destaca a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR, que, após um longo e difícil processo que perdurou por duas décadas, reconheceu às etnias Ingarikó, Makuxi, Taurepang e Wapixana o direito ao seu território tradicional. Essa e outras homologações efetivadas nos últimos quatro anos expressam o compromisso do governo federal na direção de firmar definitivamente o processo de demarcação e reconhecimento das terras indígenas no Brasil. No mesmo sentido, ressaltou-se o avanço na regularização fundiária de importantes espaços que também enfrentaram problemas durante anos, como a Terra Indígena Nande Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul (grupos Guarani), a T.I. Rio Omerê, em Rondônia, e a T.I. Apyterewa, no Pará.

No total, foram homologadas as demarcações de 11 terras indígenas, o que corresponde a uma área de aproximadamente um milhão e duzentos mil hectares. Além disso, foram delimitadas 15 terras indígenas e outras 12 foram declaradas de posse e usufruto exclusivo das populações indígenas que as ocupam tradicionalmente. Foram efetivados os registros no Cartório de Registro de Imóveis - CRI de sete terras indígenas e 14 tiveram seus registros efetuados na Secretaria de Patrimônio da União - SPU. Cabe registrar que o esforço para o reconhecimento das terras indígenas conta também com ações em cooperação com outros órgãos federais e instâncias estaduais, coordenados pela Funai.

Fiscalização de Terras Indígenas

As ações voltadas para a fiscalização de terras indígenas em 2006 dirigiram-se a três eixos básicos: dar apoio às unidades descentralizadas da Funai em suas atividades regulares de fiscalização, incluindo, em alguns casos, a aquisição de equipamentos; realização de operações especiais em cooperação com outros órgãos de governo, visando, especialmente, o combate a ocupação irregular de terras indígenas e ilícitos ambientais praticados por invasores e, finalmente, manter ativa a participação da Funai em todos os fóruns e instâncias de debate e formulação de políticas voltadas à proteção de terras indígenas ou com influência direta sobre a questão. No total, as atividades dirigidas à fiscalização de terras indígenas mobilizaram aproximadamente cinco milhões de reais em 2006, com destaque para as operações realizadas nas terras indígenas Araribóia e Alto Turiaçu no estado do Maranhão, Alto Rio Guamá/PA, TI Kaiapó/PA, e nas terras indígenas situadas na região do Alto Rio Negro.

Demarcação e regularização de Terras Indígenas

O avanço da regularização de terras indígenas em 2006 confirmou a tendência de anos anteriores em termos do número de áreas regularizadas. As dificuldades relacionadas a obstáculos no campo do judiciário e conflitos com parcelas de população não-indígena têm sido constantes no histórico das relações entre índios e não-índios. Entretanto, em função da evolução das frentes de expansão incorporando novas tecnologias e da multiplicidade de interesses envolvendo o acesso a terras e recursos, essas dificuldades têm se expandido, atingindo inclusive distantes áreas da Amazônia Legal. Por outro lado, as demandas indígenas por terras também cresceram, exigindo maior eficiência e agilidade por parte do Estado brasileiro nos procedimentos administrativos.

REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS EM 2006

| ETAPAS DE REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS | 2006 | |
|---|------------|-----------|
| | Quantidade | Área (ha) |
| Identificadas e Delimitadas | 15 | 502.276 |
| Declaradas | 12 | 1.533.341 |
| Homologadas | 10 | 1.196.314 |
| Regularizadas | 07 | 2.188.309 |

Fonte: Funai

Cabe registrar que o esforço para o reconhecimento das terras indígenas, coordenado pela Funai, conta também com ações cooperadas com outros órgãos federais e com instâncias estaduais que permitem, por meio da adequação das suas legislações, o pagamento de indenizações pelo governo dos estados das terras desapropriadas, em função de seu reconhecimento como terra indígena, inovação que vem resolver pacificamente muitos conflitos que afetavam a vida de populações rurais e indígenas. Todavia, restrições judiciais e administrativas dificultam a obtenção de um índice mais positivo com relação à Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas.

O avanço no processo de regularização fundiária está também abrindo novas perspectivas de ação e propiciando uma atenção especial às atividades econômicas sustentáveis, com o objetivo de assegurar um valor econômico ao conhecimento tradicional indígena e o uso sustentável da biodiversidade das terras indígenas.

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Defesa Econômica e da Concorrência

No âmbito da Defesa da Concorrência, a atuação do governo federal foi direcionada no combate à prática de cartéis. Não só cartéis nacionais estão sendo intensivamente reprimidos, mas também os cartéis internacionais com efeitos na economia brasileira. Essa ação gerou alguns resultados bastante expressivos, uma vez que a atuação da Secretaria de Direito Econômico - SDE elevou consideravelmente, para as empresas que praticam acordos ilícitos, o risco de que elas serão descobertas e sancionadas, elevando também o risco associado ao retorno financeiro ilícito decorrente da conduta. Outro importante resultado da intensificação do combate aos conluios é que mais empresas participantes dessas condutas passaram a celebrar acordos de leniência. Mesmo empresas que celebraram acordos de leniência em outras jurisdições que investigam cartéis internacionais passaram a procurar as autoridades brasileiras com o mesmo propósito. Houve também, como resultado da maior repressão às condutas anti-concorrenciais, um aumento do interesse das empresas pelo programa de cumprimento e observância da lei de defesa da concorrência, conhecidos internacionalmente como programas de *compliance*.

Com respeito ao controle de concentração do poder econômico, a SDE também promoveu importantes avanços. No ano de 2006 foram consolidadas ações que resultaram em maior celeridade na tramitação dos processos que apreciam fusões e aquisições. As ações empreendidas pela Secretaria nesse campo produziram também, como resultados, a adoção de critérios mais adequados de seletividade e a sensível melhora na qualidade das análises realizadas nos casos de maior complexidade.

Defesa do Consumidor

Defesa dos Direitos Difusos

Na Defesa dos Direitos Difusos, a SDE implantou nova forma de gestão ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Em decorrência, o número de projetos apresentados ao Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos no período 2003/2006 (3.662) aumentou, correspondendo a 18 vezes o número de projetos apresentados no quadriênio 1999/2002 (188). É importante ressaltar que os critérios de seleção e de aprovação de projetos ganharam transparência com a inclusão do Relatório de Atividade anual na internet. Além disso, a adoção de um novo modelo de análise de projetos, que define previamente as prioridades que serão adotadas em cada exercício, deu à gestão do Fundo um caráter pró-ativo e aumentou a racionalidade na escolha dos projetos possibilitando o aumento da efetividade e da capacidade do atendimento aos interesses difusos da sociedade. Outro ponto importante foi a publicação do Balanço Social do FDD 2003/2004, que mostra um trabalho na recuperação dos bens públicos, meio ambiente, históricos, e do consumidor, demonstrando o exercício da cidadania brasileira, por meio de vários exemplos a integração da sociedade com o poder público na preservação de seus valores. Em 2006, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, além de efetuar a publicação do Balanço Social 2005/2006, apoiou 22 projetos nas áreas do consumidor, meio ambiente e patrimônio histórico.

Distribuição e Veiculação de Material Educativo e Informativo relacionado aos Direitos do Consumidor

A produção, distribuição e veiculação de materiais informativos visam contribuir não apenas para o aprimoramento dos órgãos e entidades do consumidor, mas também para promover a educação para a cidadania e o consumo, principalmente no que tange aos serviços públicos essenciais, junto a consumidores, fornecedores, dirigentes públicos e a comunidade em geral.

Em 2006, foram produzidos 10.000 *folders* “Guia do Consumidor Turista”, 2.000 canetas, 10.000 cartilhas IES, 1.350 atlas. Já no que tange à distribuição, 63.934 materiais informativos, como o Código de Defesa do Consumidor (53.165 unidades), cadernos com os temas “Títulos de Capitalização”, “Cartão de Crédito”, “Planos de Previdência Complementar” e “Cheque Especial” (8.780 unidades) e Atlas (1.369 unidades) foram distribuídos aos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e público em geral.

**ANEXO - DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS REGIONAIS EFETUADAS EM 2006 – ESTADOS E MUNICÍPIOS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Programa: SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

| UF | ESTADO | MUNICÍPIO | | TOTAL (EM R\$ MIL) | TIPO DE TRANSFERÊNCIA |
|----|-----------------------|-----------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|
| | VALOR (EM R\$ MIL) | QUANT. | VALOR (EM R\$ MIL) | | |
| AC | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | 5 |
| | 1.157.787,55 | 0 | 0,00 | 1.157.787,55 | 7 |
| AL | 1.042.246,72 | 0 | 0,00 | 1.042.246,72 | 5 |
| | 1.119.046,48 | 0 | 0,00 | 1.119.046,48 | 7 |
| AM | 1.703.575,24 | 0 | 0,00 | 1.703.575,24 | 5 |
| | 1.373.166,35 | 0 | 0,00 | 1.373.166,35 | 7 |
| AP | 1.046.587,18 | 0 | 0,00 | 1.046.587,18 | 5 |
| | 1.060.672,64 | 0 | 0,00 | 1.060.672,64 | 7 |
| BA | 3.217.151,61 | 2 | 245.807,35 | 3.462.958,96 | 5 |
| | 2.468.116,07 | 3 | 285.100,00 | 2.753.216,07 | 7 |
| CE | 526.500,00 | 1 | 176.260,34 | 702.760,34 | 5 |
| | 1.610.234,78 | 1 | 109.600,00 | 1.719.834,78 | 7 |
| DF | 1.903.575,25 | 0 | 0,00 | 1.903.575,25 | 5 |
| | 1.763.452,43 | 0 | 0,00 | 1.763.452,43 | 7 |
| ES | 2.649.391,41 | 0 | 0,00 | 2.649.391,41 | 5 |
| | 1.264.400,39 | 1 | 0,00 | 1.264.400,39 | 7 |
| GO | 2.986.015,31 | 0 | 0,00 | 2.986.015,31 | 5 |
| | 1.918.802,63 | 7 | 345.200,00 | 2.264.002,63 | 7 |
| MA | 2.100.258,30 | 1 | 82.647,94 | 2.182.906,24 | 5 |
| | 1.379.151,48 | 1 | 0,00 | 1.379.151,48 | 7 |
| MG | 3.072.452,00 | 5 | 749.711,17 | 3.822.163,17 | 5 |
| | 2.400.249,54 | 3 | 526.850,00 | 6.749.262,71 | 7 |
| MS | 1.957.310,18 | 1 | 106.227,00 | 2.063.537,18 | 5 |
| | 1.691.281,92 | 0 | 0,00 | 1.691.281,92 | 7 |
| MT | 1.298.459,10 | 0 | 0,00 | 1.298.459,10 | 5 |
| | 1.331.314,58 | 0 | 0,00 | 1.331.314,58 | 7 |
| PA | 2.460.050,00 | 1 | 245.751,19 | 2.705.801,19 | 5 |
| | 1.285.752,57 | 0 | 0,00 | 1.285.752,57 | 7 |
| PB | 1.539.544,00 | 2 | 305.556,75 | 1.845.100,75 | 5 |
| | 1.226.718,82 | 3 | 189.000,00 | 1.415.718,82 | 7 |
| PE | 3.253.025,14 | 7 | 1.421.816,68 | 4.674.841,82 | 5 |
| | 1.874.546,48 | 6 | 796.250,00 | 2.670.796,48 | 7 |
| PI | 5.706.670,60 | 0 | 0,00 | 5.706.670,60 | 5 |
| | 1.201.146,48 | 0 | 0,00 | 1.201.146,48 | 7 |
| PR | 3.587.036,20 | 2 | 1.610.947,81 | 5.197.984,01 | 5 |
| | 2.208.026,59 | 0 | 0,00 | 2.208.026,59 | 7 |
| RJ | 0,00 | 5 | 1.391.215,73 | 1.391.215,73 | 5 |
| | 5.260.101,70 | 4 | 454.400,00 | 5.714.501,70 | 7 |
| RN | 5.549.500,00 | 1 | 132.680,00 | 5.682.180,00 | 5 |
| | 503.106,48 | 2 | 72.300,00 | 575.406,48 | 7 |
| RO | 1.322.944,37 | 0 | 0,00 | 1.322.944,37 | 5 |
| | 750.046,48 | 0 | 0,00 | 750.046,48 | 7 |
| RS | 5.155.080,83 | 5 | 1.753.672,76 | 6.908.753,59 | 5 |
| | 3.158.043,50 | 6 | 141.350,00 | 3.299.393,50 | 7 |
| RR | 1.069.465,86 | 1 | 125.000,00 | 1.194.465,86 | 5 |
| | 1.024.182,51 | 1 | 0,00 | 1.024.182,51 | 7 |
| SC | 1.877.805,40 | 0 | 388.380,00 | 2.266.185,40 | 5 |
| | 1.261.384,90 | 0 | 0,00 | 1.261.384,90 | 7 |
| SE | 1.097.385,30 | 0 | 0,00 | 1.097.385,30 | 5 |
| | 939.576,48 | 1 | 0,00 | 939.576,48 | 7 |
| SP | 13.367.243,00 | 20 | 5.319.816,08 | 18.687.059,08 | 5 |
| | 5.031.216,98 | 19 | 1.657.200,00 | 6.688.416,98 | 7 |
| TO | 1.274.106,15 | 0 | 0,00 | 1.274.106,15 | 5 |
| | 935.338,55 | 1 | 0,00 | 935.338,55 | 7 |

Programa: DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

| UF | ESTADO | MUNICÍPIO | | TOTAL (EM R\$ MIL) | TIPO DE TRANSFERÊNCIA |
|----|-----------------------|-----------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|
| | VALOR (EM R\$ MIL) | QUANT. | VALOR (EM R\$ MIL) | | |
| AC | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 119.395,90 | 0 | 0,00 | 119.395,90 | 6 |
| AL | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| AM | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| AP | 170.813,56 | 0 | 0,00 | 170.813,56 | 5 |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| BA | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| CE | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 96.168,50 | 0 | 0,00 | 96.168,50 | 6 |
| DF | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| ES | 53.600,00 | 0 | 0,00 | 53.600,00 | 5 |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| GO | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 132.043,00 | 0 | 0,00 | 132.043,00 | 6 |
| MA | 0,00 | 1 | 161.108,09 | 161.108,09 | 5 |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| MG | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| MS | 0,00 | 1 | 21.410,0 | 21.410,00 | 5 |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| MT | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| PA | 70.083,69 | 0 | 0,00 | 70.083,69 | 5 |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| PB | 0,00 | 1 | 161.790,00 | 161.790,00 | 5 |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| PE | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| PI | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| PR | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| RJ | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| RN | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| RO | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| RS | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,0 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| RR | 0,00 | 1 | 206.435,63 | 206.435,63 | 5 |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| SC | 0,00 | 1 | 124.294,80 | 124.294,80 | 5 |
| | 143.205,68 | 0 | 0,00 | 143.205,68 | 6 |
| SE | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| SP | 0,00 | 2 | 110.704,00 | 110.704,00 | 5 |
| | 302.414,18 | 0 | 0,00 | 302.414,18 | 6 |
| TO | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |
| | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 | - |

Programa: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

| UF | ESTADO | MUNICÍPIO | | TOTAL (EM R\$ MIL) | TIPO DE TRANSFERÊNCIA |
|----|-----------------------|-----------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|
| | VALOR (EM R\$ MIL) | QUANT. | VALOR (EM R\$ MIL) | | |
| AC | 500.000,00 | - | - | 500.000,00 | 5 |
| AL | 163.451,83 | - | - | 163.451,83 | 5 |
| | 549.500,00 | - | - | 549.500,00 | 7 |
| AM | 1.750.825,61 | - | - | 1.750.825,61 | 5 |
| AP | 500.000,00 | - | - | 500.000,00 | 5 |
| | 549.500,00 | - | - | 549.500,00 | 7 |
| BA | 9.001,80 | 1 | 3.000,60 | 12.002,40 | 3 |
| | 10.553.021,00 | - | - | 10.553.021,00 | 5 |
| | 23.489,72 | - | - | 23.489,72 | 6 |
| CE | 1.055.630,26 | - | - | 1.055.630,26 | 5 |
| DF | 62.012,40 | - | - | 62.012,40 | 3 |
| | 1.577.926,04 | - | - | 1.577.926,04 | 5 |
| | 80.000,00 | - | - | 80.000,00 | 6 |
| | 769.300,00 | - | - | 769.300,00 | 7 |
| ES | 549.500,00 | - | - | 549.500,00 | 7 |
| GO | 19.671,60 | - | - | 19.671,60 | 3 |
| | 544.221,40 | - | - | 544.221,40 | 5 |
| MA | 549.500,00 | - | - | 549.500,00 | 7 |
| MG | 150.196,70 | - | - | 150.196,70 | 3 |
| | 769.300,00 | - | - | 769.300,00 | 7 |
| MS | 11.604.885,07 | - | - | 11.604.885,07 | 5 |
| MT | 46.509,30 | - | - | 46.509,30 | 3 |
| | 85.306,51 | - | - | 85.306,51 | 5 |
| PA | 86.609,00 | - | - | 86.609,00 | 5 |
| PB | 55.520,00 | - | - | 55.520,00 | 5 |
| | 549.500,00 | - | - | 549.500,00 | 7 |
| PE | 46.694,00 | - | - | 46.694,00 | 3 |
| | 219.238,74 | - | - | 219.238,74 | 5 |
| | 132.512,00 | - | - | 132.512,00 | 6 |
| | 769.300,00 | - | - | 769.300,00 | 7 |
| PI | - | - | - | - | - |
| PR | 6.148.311,88 | - | - | 6.148.311,88 | 5 |
| | 43.000,00 | - | - | 43.000,00 | 6 |
| RJ | 312.845,20 | - | - | 312.845,20 | 3 |
| | 10.153.627,89 | - | - | 10.153.627,89 | 5 |
| | 60.000,00 | - | - | 60.000,00 | 6 |
| | 659.400,00 | - | - | 659.400,00 | 7 |
| RN | 23.400,00 | - | - | 23.400,00 | 5 |
| RO | 17.003,40 | 5 | 13.502,70 | 30.506,10 | 3 |
| | 50.390,97 | - | - | 50.390,97 | 6 |
| RS | 158.915,00 | - | - | 158.915,00 | 6 |
| RR | 72.588,21 | - | - | 72.588,21 | 5 |
| SC | 2.311.488,70 | - | - | 2.311.488,70 | 5 |
| SE | 549.500,00 | - | - | 549.500,00 | 7 |
| SP | 546.109,20 | - | - | 546.109,20 | 3 |
| | 93.957.878,61 | - | - | 93.957.878,61 | 5 |
| TO | 9.001,80 | - | - | 9.001,80 | 3 |
| | 549.500,00 | - | - | 549.500,00 | 7 |

LEGENDA:

- [1] CONSTITUCIONAIS (somente Ministério da Fazenda)
- [2] LEGAIS (PNAE, PDDE, EJA, FNAS)
- [3] DESTINADAS AO SUS
- [4] DIRETAS AO CIDADÃO (Bolsa Família, PETI)
- [5] VOLUNTÁRIAS (Convênios e Contrato de Repasse)
- [6] ENTIDADES S/ FINS LUCRATIVOS
- [7] APLICAÇÕES DIRETAS

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: Ação: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|--|-------------------------------------|-----------------------|------------|
| 0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita Objetivo: Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça | GERENTE: EDUARDO FLORES VIEIRA | | |
| 1783 (P) INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO | | | |
| Produto: Serviço instalado | Físico 7,00 | 6,00 | 85,71 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 1.150.000 | 969.090 | 84,27 % |
| Comentários: • Nacional - Defensoria Pública da União (0001) | | | |
| 2725 (A) PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO | | | |
| Produto: PESSOA ASSISTIDA | Físico 47.977,00 | 227.001,00 | 473,15 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 16.678.609 | 12.662.495 | 75,92 % |
| Comentários: • Nacional - Defensoria Pública da União (0001) Cabe ressaltar que houve uma redução no número de atendimentos em relação ao ano de 2005 em decorrência do período de greve realizada pelos Defensores Públicos da União. | | | |
| 0662 Combate à Criminalidade Objetivo: Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública | GERENTE: ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS | | |
| 2662 (A) CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL PARA O COMBATE À CRIMINALIDADE | | | |
| Produto: SERVIDOR CAPACITADO | Físico 1.100,00 | 4.568,00 | 415,27 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 1.634.508 | 480.871 | 29,42 % |
| Comentários: • Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0001) 1. o mês de novembro teve um elevado número de alunos capacitados em virtude do encerramento dos cursos especial (600 alunos) e superior (250) de polícia, que tiveram duração de 8 meses e carga horária em torno de 400h. 2. os valores foram corrigidos em virtude de erros de lançamento anteriores. 3. baseado em relatórios de cursos, controle de frequência de alunos e emissão de certificados da anp. | | | |
| 2680 (A) COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ARMAS E À LAVAGEM DE DINHEIRO | | | |
| Produto: operação realizada | Físico 942,00 | 2.189,00 | 232,38 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 18.355.629 | 10.787 | 0,06 % |
| Comentários: • Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0001) As ações de repressão ao crime organizado atingiram o objetivo de manter sob controle o tráfico ilícito de drogas e de armas, bem como o roubo de cargas e valores, realizando, também diversas investigações para alcançar o produto dessas atividades ilícitas, como por exemplo a lavagem de dinheiro. Neste Exercício de 2006, foram retirados de circulação aproximadamente 189 toneladas de drogas (cocaína, maconha, heroína, pasta base e outras). Do mesmo modo, cabe registrar o esforço para retirar do mercado clandestino as armas que abastecem o crime organizado. Foram apreendidas, principalmente em operações policiais na fronteira, 53 fuzis e diversas armas de calibre .38 e 9mm. No entanto, em que pese o esforço empreendido no exercício de 2006, ressentimentos, muitas vezes, de ter o recurso disponível no tempo certo da realização operacional. Este descompasso, precisa ser superado pelos entes burocráticos que cuidam do orçamento. • Aquisição de Aeronave - Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0056) | | | |
| 8375 (A) PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELA ENTREGA DE ARMA DE FOGO | | | |
| Produto: Indenização Concedida | Físico 15.000,00 | 61.682,00 | 411,21 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 2.843.417 | 1.970.050 | 69,28 % |
| Comentários: • Nacional - Departamento de Polícia Federal (0001) Tendo em vista o final da Campanha Nacional do Desarmamento no dia 23 de outubro de 2005, a população somente poderá entregar armas de fogo com registro, e receber por conseguinte a indenização correspondente. Deste modo, o número de armas entregues tende a cada vez mais diminuir. Observa-se, no entanto, que até o dia 26 de dezembro de 2006, todo o cidadão que possuir uma arma de fogo deverá proceder a renovação do registro federal e isso impulsionará a devolução de armas, pois o cidadão terá que optar por receber a indenização ou gastar cerca de seiscentos reais para renovar o registro. | | | |
| 2726 (A) PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO | | | |
| Produto: operação realizada | Físico 3.850,00 | 794,00 | 20,62 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 72.498.446 | 51.530.363 | 71,08 % |
| Comentários: • Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0001) • Nacional (Crédito Extraordinário) - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0101) | | | |

1164 Combate ao Crime Transnacional

GERENTE: MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: Ação: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|--|---------------------------------|-----------------------|------------|
| Objetivo: Rastrear e indisponibilizar recursos, existentes no Brasil ou no Exterior, oriundos de atividades criminosas, relacionados com investigações e processos brasileiros e obter sua repatriação | | | |
| 2390 (A) CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE AGENTES PÚBLICOS EM COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E À LAVAGEM DE DINHEIRO | | | |
| Produto: Agente público capacitado | Físico 45,00 | 635,00 | 1.411,11 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 125.000 | 67.207 | 53,77 % |
| Comentários: • Nacional - Ministério da Justiça (0001) | | | |
| 2330 (A) NEGOCIAÇÃO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL | | | |
| Produto: Países com acordo negociado | Físico 3,00 | 2,00 | 66,67 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 225.000 | 74.502 | 33,11 % |
| Comentários: • Nacional - Ministério da Justiça (0001) | | | |
| 2332 (A) RASTREAMENTO, INDISPONIBILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS | | | |
| Produto: Ativo recuperado | Físico 3.200,00 | 2.530,00 | 79,06 % |
| Unidade de Medida: R\$ mil equivalente | Financeiro 350.000 | 146.998 | 42,00 % |
| Comentários: • Nacional - Ministério da Justiça (0001) | | | |
| 0697 Defesa do Consumidor Objetivo: Promover a proteção e defesa do consumidor e dos direitos difusos | GERENTE: RICARDO MORISHITA WADA | | |
| 6067 (A) DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS | | | |
| Produto: PROJETO APOIADO | Físico 14,00 | 21,00 | 150,00 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 5.350.315 | 2.942.200 | 54,99 % |
| Comentários: • Nacional - Fundo de Defesa de Direitos Difusos (0001) Em princípio a previsão inicial da LOA, de um total de 13 convênios, foi corrigida, devido à seleção, em 2005, de um total de 40 projetos considerados prioritários para apoio com recursos orçamentários de 2006. Assim, a coluna previsão inicial registrou um total de 40. Maio Considerando-se que os trâmites burocráticos, desde a aprovação do projeto até a celebração do convênio, costumam demorar no mínimo 2 meses e tendo em vista a verificação de 2 (duas) desistências no mês de março, logo o número de convênios foi reduzido de 40 para 38. Junho Tendo em vista a verificação de 1 (um) indeferimento no mês de abril, logo o número de convênios foi reduzido de 38 para 37. Julho Tendo em vista a verificação de 1 (um) indeferimento e 2 (duas) desistências, logo o número de convênios foi reduzido de 37 para 34. Agosto Tendo em vista a verificação de 2 (dois) indeferimentos no mês de junho, logo o número de convênios foi reduzido de 34 para 32. Setembro Tendo em vista a verificação de 2 (dois) indeferimentos e 1 (uma) desistência no mês de julho, logo o número de convênios foi reduzido de 32 para 29. Outubro Tendo em vista a verificação de 1 (uma) desistência no mês de agosto, logo o número de convênios foi reduzido de 29 para 28. Novembro Tendo em vista a verificação de 1 (uma) desistência no mês de novembro, logo o número de convênios foi reduzido de 28 para 27. • No Município de Boa Vista / RR - Fundo de Defesa de Direitos Difusos (0056) | | | |
| 2640 (A) DISTRIBUIÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO E INFORMATIVO RELACIONADO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR | | | |
| Produto: material divulgado | Físico 346.500,00 | 71.350,00 | 20,59 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 280.000 | 206.129 | 73,62 % |
| Comentários: • Nacional - Ministério da Justiça (0001) | | | |
| 1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal Objetivo: Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública | GERENTE: HÉLIO CARDOSO DERENNE | | |
| 7061 (P) AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODoviÁRIA | | | |
| Produto: Veículo adquirido | Físico 450,00 | 479,00 | 106,44 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 30.500.000 | 30.494.430 | 99,98 % |

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: | | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) | |
|---|------------------------------|-------------------------|--------------------|---------|---------|
| Comentários: | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) Foi aditivado o contrato do ano anterior, possibilitando a aquisição de 83 (oitenta e três) veículos especiais, destinado ao patrulhamento rodoviário, terrestre, ostensivo das rodovias federais, sendo 69 (sessenta e nove) caminhonetes e 14 (quatorze) sedãs e 30 caminhonetes, já tendo sidos empenhados R\$ 7.998.230,00 (sete milhões, novecentos e noventa e oito mil e duzentos e trinta Reais), estando sendo aguardada a entrega das viaturas para a liquidação. Os valores restantes estão contingenciados, aguardando a liberação para a realização de nova licitação. Além das viaturas adquiridas em julho, após a liberação de recursos no final do exercício de 2006, foram licitadas e adquiridas mais 366 (trezentas e sessenta e seis) viaturas, sendo 290 Astra/GM; 10 Blazer/GM; 40 L-200/Mitsubishi; 9 ambulâncias de Suborte Básico de Vida; 9 ambulâncias de Suporte Avançado de Vida e 8 caminhões prancha. Essas aquisições possibilitaram que a meta de renovação da frota na ordem de 25% ao ano pudesse ser atingida, uma vez que a frota útil total é de 2000 viaturas em todo o País. O ano de 2006 foi especialmente proveitoso para a PRF no que diz respeito a modernização da infra-estrutura do órgão. Os diversos veículos que foram adquiridos certamente melhorarão, ou no mínimo irão manter o desempenho dos policiais em sua atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados com o cumprimento da missão institucional da PRF. As viaturas caracterizam-se como o principal instrumento de trabalho do policiário rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional da PRF e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2006 foram realizados diversos leilões de veículos inservíveis, e adquiridas 479 viaturas operacionais, executando 99,98% do recurso disponibilizado. | | | | | |
| 11MC (P) CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL | | | | | |
| Produto: | Unidade construída/ ampliada | Físico | 5,00 | 3,34 | 66,80 % |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 1.100.000 | 515.635 | 46,88 % |
| Comentários: | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001) O recurso executado no mês de junho de 2006 refere-se ao aditivo a Construção da Unidade Operacional Zazur Pacheco na BR 060 no Distrito Federal. A execução registrada em setembro corresponde a construção de um Poço para a unidade Operacional do Contorno Leste em Curitiba-PR. Já as execuções do mês de dezembro são referentes a três construções, sendo de duas Delegacias no Piauí e uma Unidade Operacional na Paraíba. É importante frisar que, no mínimo, duas Unidades Operacionais que seriam construídas na região Norte do país não foram atendidas em decorrência de indisponibilidade do financeiro nesta ação específica. Resultando assim num valor total disponível de apenas R\$ 583.216,36. Destes foram executados R\$ 515.634,75, o que demonstra que, com apenas 53% do financeiro disponível, conseguimos atingir 66,8% do físico da meta. Caso todo o financeiro tivesse sido disponibilizado, a Instituição teria atingido 5,34 Unidades construídas, superando a meta inicial. | | | | | |

0698 Gestão da Política na Área da Justiça GERENTE: LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO
Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça

3974 (P) IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | | | |
|--------------------|----------------------|-------------------|-----------|-----------|----------|
| Produto: | SISTEMA IMPLANTADO | Físico | 40,00 | 40,00 | 100,00 % |
| Unidade de Medida: | % de execução física | Financeiro | 1.694.124 | 1.481.769 | 87,47 % |

Comentários:

- Nacional - Ministério da Justiça (0001)
- O Ministério da Justiça e os gestores de justiça e segurança pública do país necessitam de instrumentos para o combate à criminalidade em seus aspectos de prevenção, intervenção e ressocialização, por meio da integração e oferta de informação em extensão nacional, necessitando atender também às necessidades de informação e tecnologia relativas ao Direito Econômico e à FUNAI.
- Para se levantar as reais necessidades de comunicação de dados, voz e imagem, realizou-se um diagnóstico no âmbito do Projeto da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - PLANJUS, levado a efeito por intermédio de uma parceria entre o Ministério da Justiça e o Ministério das Comunicações. Esse diagnóstico foi realizado em todos os órgãos e unidades administrativas do MJ e nos órgãos estaduais gestores de justiça e segurança pública, tendo sido possível, nesse processo, identificar as necessidades de comunicação de dados, os tráfegos atuais e futuros, bem como os requisitos técnicos necessários para interligação e otimização das redes de telecomunicação dos operadores de justiça e segurança pública do país.
- O resultado deste diagnóstico realizado gerou os insumos e as premissas necessárias à elaboração de um projeto de rede de comunicação multi-serviço, cuja arquitetura é capaz de viabilizar uma solução integrada na qual todos os órgãos podem se comunicar entre si com qualidade de serviço e controle de tráfego. A Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública abrange os órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Justiça e todas as secretarias estaduais de justiça e de segurança pública, contudo, a implantação será gradual, respeitando os interesses da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. Desse modo, consoante o conceito tecnológico adotado para o Projeto, serão inicialmente implantadas duas VPN (Virtual Private Network):
- VPN-Núcleo - compreendendo a interligação das sedes e das unidades organizacionais dos órgãos integrantes da estrutura do MJ em Brasília-DF.
 - VPN-DEPEN - compreendendo a interligação das Penitenciárias Federais à sede do Departamento Penitenciário Nacional localizada em Brasília-DF.
- Dado o contexto de justiça e segurança pública, o grau de sigilo das informações que trafegam pela rede, o cuidado em preservar os ambientes já concretizados e a autonomia desses operadores, a questão de segurança foi tratada especialmente, visto que se trata de informações críticas e sigilosas.

0150 Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas GERENTE: MÉRCIO PEREIRA GOMES
Objetivo: Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas

| | | | | | |
|--------------------|-------------------|-------------------|---------|---------|---------|
| Produto: | PESSOA CAPACITADA | Físico | 831,00 | 534,00 | 64,26 % |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 350.000 | 299.105 | 85,46 % |

Comentários:

- Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001)
- Neste Exercício 2006 ocorreu aporte de recursos adicionais, no Elemento de Despesa Equipamentos e Material Permanente, o que abre possibilidades de melhor estruturar o serviço de capacitação prestado por Técnicos desta Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário, que está em processo de reformulação de sua forma de atuação, até por recomendação de Tribunal de Contas da União que efetuou Auditoria Operacional em outra Ação de responsabilidade do Setor, de forma a melhor atender à demanda crescente por eventos de capacitação.

3968 (P) CONSTRUÇÃO DE MORADIA PARA COMUNIDADE INDÍGENA

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: | | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) | |
|--|--|-------------------------|--------------------|---------|---------|
| Comentários: | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001) Com o objetivo de informar as atividades relativas a Ação do PPA, denominada "Construção de Moradia Para Comunidade Indígena", de forma pormenorizada, elencamos as principais atividades desenvolvidas: | | | | | |
| A Ação mencionada nasceu da constatação da crescente demanda por habitações requeridas pelos administradores da Funai e das lideranças indígenas, através de formalizações encaminhadas para a Diretoria de Assistência, em Brasília. | | | | | |
| Por ocasião da elaboração das propostas para a revisão do PPA 2004-2007, a Diretoria de Assistência e seus técnicos, avaliando essas demandas, propuseram a criação de novas Ações, que deveriam ser inseridas nos Programas já existentes. Entre as ações propostas, a Ação em pauta possibilitou a criação de um programa de habitação adequado às peculiaridades das comunidades indígenas, uma vez que estas não se enquadravam nos parâmetros estabelecidos nos programas destinados à comunidades de baixa renda, sobretudo, nos moldes dos Programas Oficiais do Governo Federal, face as comunidades indígenas, em geral, encontrarem-se abaixo da faixa de pobreza. | | | | | |
| Exercício 2006 | | | | | |
| Para melhorar os trabalhos nas Unidades Descentralizadas, atendidas com recursos da Ação, propomos à Diretoria de Assistência a realização de um encontro, onde reuniões os técnicos que estavam à frente dos trabalhos, a nível local, com a coordenação da Ação e os técnicos de elaboração de projetos (Arquiteto, Engenheiro e Técnico de Agrimensura), visando o nivelamento de informações, dirimir dúvidas existentes e procedermos para o exercício em curso. | | | | | |
| Nesse sentido, propomos uma extensa programação integrando as instâncias da Funai, como: Procuradoria Jurídica, Auditoria, Coordenação Geral de Planejamento, Coordenação de Contabilidade, Coordenação de Orçamento e Coordenação Financeira, onde cada Setor era arguido dentro das dúvidas existentes na execução da Ação quando dos encaminhamentos formais necessários ao desencadeamento dos processos licitatórios e contratuais, os quais requeriam maior atenção quanto à legislação em vigor. Convivendo o Coordenador de Projetos da Secretaria Nacional de Habitação - SNH, do Ministério das Cidades, para expor quanto às modalidades de acesso aos Programas de Habitação, bem como as formas de acesso, onde as comunidades indígenas poderiam se beneficiar. | | | | | |
| Após a semana de trabalhos encaminhamos Relatório e documentos gerados da discussão, os quais solicitavam encaminhamentos e formalizações, junto às instâncias da Funai, quanto a necessidades de esclarecimentos e posicionamentos pertinentes, no que tange a dúvidas, sobretudo nos processos licitatórios, com vistas a minimizar erros de procedimentos. | | | | | |
| Não obstante as providências adotadas para melhorar os procedimentos na Ação, no exercício em curso tivemos um atraso considerável quanto a liberação do orçamento, em face deste ter sido aprovado tardiamente, no Congresso Nacional, prejudicando o início dos trabalhos, nos vários níveis a que havíamos planejado. É prudente esclarecermos que aliado a esse fator, obviamente, outros eventos foram favoráveis a que obtivéssemos um resultado negativo, que foi a greve dos servidores da Funai, a nível nacional, bem como o fechamento da Administração Executiva Regional da Funai em Amambá, decorrente de questões de ordem política local, além, é claro, do ano eleitoral em curso. | | | | | |
| Com o orçamento liberado tomamos a iniciativa de priorizar a liberação do mesmo para as Unidades Descentralizadas que se encontravam com os trabalhos em andamento, o que não foi o bastante para o aceleramento dos trabalhos, pois outras variáveis que impediam a retomada dos mesmos foram observadas, e não poderiam ser corrigidas, uma vez que não dependiam da tomada de decisão da coordenação da Ação, por mais que esta tenha adotado procedimentos que nos tenham sido suficientes para saná-los. | | | | | |
| Vencidas essas etapas, em conjunto com o Coordenador de Projetos da SNH, do MCIdeadas, da Caixa Econômica Federal, da Funasa, dos servidores da Funai e das lideranças indígenas, provocamos diversas reuniões com políticos de Alagoas, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Rondônia, visando sensibilizá-los quanto a necessidade de habitações para as comunidades indígenas, nas jurisdições de suas competências, buscando minimizar esse déficit. Esse tipo de abordagem surte um efeito muito positivo, a medida em que conseguimos comprometer essas autoridades, incluindo ações efetivas, através de Acordos de Cooperação entre as partes envolvidas, a saber: | | | | | |
| <ol style="list-style-type: none">ITE nº 001/DAS/2006 - Visita à Administração Executiva Regional de Amambá, para levantamento de dados relativos aos gastos com a Ação e discussão com servidores, em decorrência da mudança organizacional da unidade. Nessa oportunidade fizemos visita ao canteiro de obras das casas na Terra Indígena Rancho Jacaré. No retorno passamos no Núcleo de Apoio Local de Dourados, a fim de discutir com técnicos do MDS o planejamento indígena acerca da construção do CRAS, na Aldeia Bororé, jurisdicionado ao MAL Dourados.ITE nº 127/DAS/2006 - Acompanhar as atividades da Ação, na Administração Executiva Regional de Araguaína e na Terra Indígena Karajá de Xambioá, a fim de estabelecer rotinas de trabalho para o exercício. Orientação técnica quanto as etapas da construção.ITE nº 136/DAS/2006 - Reunião com a Secretaria de Infra-estrutura do Estado de Mato Grosso, visando à cooperação nos Programas do Governo Federal, destinados a atender a demanda de habitações para os povos indígenas. Não observamos qualquer evolução na disposição do Estado em promover ações de interesse das comunidades indígenas, com efeito, a construção de moradias, onde estamos dispostos a reforçar o entendimento posteriormente. Na ocasião fizemos contato com o IBAMA, no sentido de propor a liberação de madeiras apreendidas no Estado, visando atender a necessidade do projeto destinado à construção de 70 (setenta) moradias para a Terra Indígena Marwatásedó, no sentido de minimizar custos com a construção;ITE nº 138/DAS/2006 - Acompanhar equipe de jornalismo às Terras Indígenas Quartá e Monte Caseros, ambas jurisdicionadas à Administração Executiva Regional de Passo Fundo, com vistas a realização de matéria jornalística a ser veiculada na Revista Brasileira Indígena, Ano III nº 2 maio/junho 2006, para divulgação das ações da Funai, em especial a Ação do PPA, denominada "Construção de Moradia Para Comunidade Indígena".ITE nº 263/DAS/2006 - Retorno à Administração Executiva Regional de Amambá, para levantamento quantitativo dos serviços a serem executados no conclusão das obras na Aldeia Rancho Jacaré, visando posterior desencadeamento de processo licitatório.ITE nº 182/DAS - Acompanhamento de autoridades do Ministério das Cidades e da Câmara dos Deputados, aos Municípios de Tocantinia e Itacajá, no Estado de Tocantins, visando reunir com as comunidades Kráhi e Xerente, no sentido de verificar a necessidade de moradias a serem financiadas com o Programa de Habitação daquele Ministério. A demanda definida para esse primeiro momento será na ordem de 120 (cento e vinte) unidades habitacionais, sendo 40 (quarenta) destas, na Aldeia Funil e 80 (oitenta), nas Aldeias Manoel Alves e Santa Cruz;ITE nº 219/DAS/2006 - Participação em reunião na Terra Indígena Coroa Vermelha, acompanhando técnicos do Ministério das Cidades e da Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia - SECOPM, com vista a assinatura de convênio com a comunidade indígena Pataxó, para a construção de 100 (cem) unidades habitacionais, bem como para visita a Terra Indígena Mata Medonha, onde estamos desenvolvendo trabalho da Ação, para a construção de 33 (trinta e três) unidades habitacionais;ITE nº 272/DAS/2006 - Deslocamento ao Município de Aruanã, no Estado de Goiás, com a finalidade de propor parceria na construção de unidades habitacionais na Terra Indígena Karajá de Aruanã,* No Município de Alto Rio Jurú / AC - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0056) | | | | | |
| 1533 Modernização da Polícia Federal | | | | | |
| Objetivo: | Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal | | | | |
| 7803 (P) AMPLIAÇÃO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA L ANP/DPF | | | | | |
| Produto: | Unidade ampliada, reformada e modernizada | Físico | 22,00 | 0,01 | 0,05 % |
| Unidade de Medida: | % de execução física | Financeiro | 654.043 | 290.018 | 44,34 % |
| Comentários: | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">Em Brasília - DF - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0101) foram adquiridos materiais para a modernização do DPF, como algemas, bastão(cacetete), viaturas. | | | | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: Ação: | | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|---|---|-------------------------------|-----------------------|------------|
| 5037 (P) CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ | | | | |
| Produto: Sede construída com 16.800 m² | Físico | 20,00 | 23,97 | 119,85 % |
| Unidade de Medida: % de execução física | Financeiro | 8.700.000 | 8.700.001 | 100,00 % |
| Comentários: | | | | |
| • No Município de Curitiba - PR - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0101) o crédito suplementar foi aprovado na data de 14 de dezembro, no valor de R\$ 1.200.000,00. | | | | |
| 1778 (P) IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA) | | | | |
| Produto: SISTEMA IMPLANTADO | Físico | 20,00 | 0,09 | 0,46 % |
| Unidade de Medida: % de execução física | Financeiro | 45.848.531 | 42.921.626 | 93,62 % |
| Comentários: | | | | |
| • Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0001) O atual índice de desempenho físico não reflete a realidade fática. Por conseguinte, elaborou-se nova fórmula de cálculo daquele, a qual foi submetida à apreciação do Ministério do Planejamento em reunião de validação externa no mês de abril de 2006. | | | | |
| Por outro lado, a execução física não necessariamente se dá no mesmo exercício do desembolso e/ou liquidação do pagamento correspondente, gerando, pois, nova ação, homônima, designada como Restos a Pagar (RAP). E isso se reflete na avaliação do desempenho físico da ação, acarretando um baixo percentual de execução. | | | | |
| 1899 (P) REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA) | | | | |
| Produto: UNIDADE REAPARELHADA | Físico | 98,00 | 0,49 | 0,50 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro | 54.251.377 | 53.706.046 | 98,99 % |
| Comentários: | | | | |
| • Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0001) O atual índice de desempenho físico não reflete a realidade fática. Por conseguinte, elaborou-se nova fórmula de cálculo daquele, a qual foi submetida à apreciação do Ministério do Planejamento em reunião de validação externa no mês de abril de 2006. | | | | |
| Por outro lado, a execução física não necessariamente se dá no mesmo exercício do desembolso e/ou liquidação do pagamento correspondente, gerando, pois, nova ação, homônima, designada como Restos a Pagar (RAP). E isso se reflete na avaliação do desempenho físico da ação, acarretando um baixo percentual de execução. | | | | |
| 2586 (A) SISTEMA DE EMISSÃO DE PASSAPORTE E DE CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL | | | | |
| Produto: passaporte emitido | Físico | 1.200.000,00 | 989.697,00 | 82,47 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro | 96.289.859 | 61.243.600 | 63,60 % |
| Comentários: | | | | |
| • Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (0001) Os dados referentes ao mês de dezembro são aproximados, visando atender o fechamento do PPA/2006. Os dados consolidados serão implantados posteriormente, em razão do prazo de envio dos dados pelas Delegacias discordarem do prazo de alimentação do SIGPLAN. | | | | |
| Foram assinados os Contratos de prestação de serviços de fabricação e fornecimento de passaportes comuns nº 26/2005-COAD/DPF e nº 27/2005-COAD-DFP com a Casa da Moeda e o SERPRO, respectivamente, com vigência de 60 meses, para atender ao Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP) de acordo com as especificações do padrão ICAO. Os valores de notas de empenhos futuras ao SERPRO e CMB encontram-se devidamente atendidas pela CDF/DLOG/DPF. | | | | |
| 0661 Modernização do Sistema Penitenciário Nacional | GERENTE: MAURICIO KUEHNE | | | |
| Objetivo: | Gerar vagas em estabelecimentos penais e promover a reintegração da pessoa presa e do internado à sociedade | | | |
| 1701 (P) APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS | | | | |
| Produto: Unidade aparelhada/reaparelhada | Físico | 124,00 | 358,00 | 288,71 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro | 72.500.000 | 68.547.146 | 94,55 % |
| Comentários: | | | | |
| • Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) A aquisição de equipamentos beneficiou às Penitenciárias Federais de Catanduvas/PR e Campo Grande/MS, além de cinco Estabelecimentos Prisionais em Mato Grosso do Sul e cento e cinquenta e duas Unidades Prisionais nos demais Estados. | | | | |
| • No Estado de Goiás - Fundo Penitenciário Nacional (0052) Celebração de convênio para aquisição de equipamentos a serem destinados ao Sistema Penitenciário do Estado de Goiás. | | | | |
| • Nacional (Crédito Extraordinário) - Fundo Penitenciário Nacional (0101) Os convênios destinados ao Estado de São Paulo para aquisição de equipamentos de segurança, reaparelhando os Estabelecimentos Prisionais e adquirindo novos equipamentos para maior segurança das Unidades. | | | | |
| 11TW (P) CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS ESTADUAIS | | | | |
| Produto: Vaga disponibilizada | Físico | 8.674,00 | 6.865,00 | 79,14 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro | 171.878.225 | 170.135.881 | 98,99 % |
| Comentários: | | | | |
| • Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) O atraso na publicação da LOA 2006 inviabilizou o atendimento das demandas estaduais no tocante à geração de novas vagas. | | | | |
| • No Estado da Bahia - Fundo Penitenciário Nacional (0029) | | | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: Ação: | | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|---|-------------------|-------------------------------|-----------------------|------------|
| Refere-se a emenda a ser utilizada para financiamento da Penitenciária de Vitória da Conquista. | | | | |
| • No Estado do Rio Grande do Sul - Fundo Penitenciário Nacional (0043) Refere-se a emenda a ser utilizada para financiamento da construção da Penitenciária Regional de Passo Fundo. Efetuada descentralização orçamentária para a Caixa Econômica Federal, que atua como mandatária da União. | | | | |
| • Nacional (Crédito Extraordinário) - Fundo Penitenciário Nacional (0101) A CEF atua como mandatária da União, por meio do Contrato nr. 03/2004. O DEPEN já efetuou a descentralização orçamentária para a CEF, que já assinou os seguintes Contratos de Repasse: | | | | |
| Objeto | UF | Vagas | | |
| 01) Construção de Cadeia Linear Lateral no Presídio de Seg. Máxima Campo Grande | MS | 112 | | |
| 02) Construção da Cadeia Pública de Crateus | CE | 144 | | |
| 03) Construção da Cadeia Linear no Presídio Harry Amorim Costa - Dourados | MS | 180 | | |
| 04) Construção do Centro de Detenção Provisória de Franca | SP | 768 | | |
| 05) Construção do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul | SP | 768 | | |
| 06) Construção da Penitenciária de Vitória da Conquista | BA | 466 | | |
| 07) Construção do Bloco de Recepção e Re- vista da Penitenciária II | DF | 0 | | |
| 08) Construção do Centro de Detenção Provisória do Município de Juína | MT | 150 | | |
| 09) Construção do Centro de Detenção Provisória de Pontes Lacerda | MT | 150 | | |
| 10) Construção do Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra | MT | 150 | | |
| 11) Construção do Centro de Recuperação Regional em Breves | PA | 128 | | |
| 12) Construção do Centro de Recuperação Regional em São Felix do Xingu | PA | 136 | | |
| 13) Ampliação da Penitenciária de Igarassu | PE | 400 | | |
| 14) Construção do Albergue Padrão P78 - Caxias do Sul | RS | 78 | | |
| 15) Construção do Albergue Padrão P78 - Charqueadas IPEP | RS | 78 | | |
| 16) Construção da Penitenciária Reional de Passo Fundo | RS | 336 | | |
| 17) Construção do Albergue Padrão P78 - Porto Alegre CAF | RS | 78 | | |
| 18) Reforma do Alojamento "T" Casa do Albergue Padre Pio Buck | RS | 0 | | |
| 19) Reforma Geral do Presídio Estadual de Espumoso | RS | 0 | | |
| 20) Construção do Albergue Padrão P78 - Venâncio Aires | RS | 78 | | |
| 21) Reforma para Ampliação de Alojamento do Instituto Penal de Viçosa | RS | 80 | | |
| 22) Obras Diversas 2006 Reformas | DF | 0 | | |
| 23) Construção da Unidade Penal de Itacoatiara | AM | 120 | | |
| 24) Construção da Unidade de Recuperação Social em Senador Guiomard | AC | 324 | | |
| 25) Construção da Casa de Detenção Provisória de Altos | PI | 112 | | |
| 26) Construção da Cadeia Pública na Comarca de Nova Cruz | RN | 168 | | |
| 27) Construção de Unidade Prisional do Vale do Jaguar | SC | 360 | | |
| 28) Construção da Penitenciária no Município de Cruzeiro do Oeste | PR | 720 | | |
| 29) Construção da Penitenciária de Ribeirão Neves | MG | 526 | | |
| 30) Construção da Penitenciária Feminina de Porto Velho | RO | 95 | | |
| 31) Construção do Presídio Provisório de Rorainópolis | RR | 160 | | |
| 11TX (P) CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS | | | | |
| Produto: Vaga disponibilizada | Físico | 600,00 | 208,00 | 34,67 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro | 44.798.738 | 30.758.869 | 68,66 % |
| Comentários: | | | | |
| • Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) A inauguração da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR abriu 208 vagas no mês de junho deste ano. A obra foi executada em 18 meses, com valor de R\$ 18.539.260,26 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e nove mil, duzentos e sessenta reais e vinte e seis centavos). | | | | |
| Os valores correspondentes ao campo "realizado" referem-se a soma dos pagamentos mensais as Empresas responsáveis pelas obras das outras Unidades em construção. São elas: | | | | |
| -Penit. Fed. de Campo Grande/MS pela Palma Engenharia Ltda, Contrato nº 01/2004 - já teve seu recebimento provisório; | | | | |
| - Penit. Fed. de Mossoró/RN pela Construtora Venâncio Ltda, Contrato nº 04/2005, com 50% da obra executada; | | | | |
| -Penit. Fed. de Porto Velho/RO pela PB - Porto Belo Construções e Comércio Ltda, Contrato 01/2006, com 12% da obra executada. | | | | |
| 2314 (A) REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO, INTERNADO E EGRESSO | | | | |
| Produto: PESSOA BENEFICIADA | Físico | 45.000,00 | 42.455,00 | 94,34 % |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro | 4.500.000 | 3.774.413 | 83,88 % |

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 100

| Programa: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|---|-------------------------|--------------------|---------|
| Ação: | | | |
| Comentários: | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Nacional - Fundo Penitenciário Nacional (0001) Nacional (Crédito Extraordinário) - Fundo Penitenciário Nacional (0101) | | | |

0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento GERENTE: MÉRCIO PEREIRA GOMES
Objetivo: Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas

4390 (A) DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

| Produto: | Físico | 13,00 | 11,00 | 84,62 % | |
|---|---------|------------|------------|------------|---------|
| Terra indígena demarcada e regularizada | | | | | |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 19.059.982 | 17.157.632 | 90,02 % |

Comentários:

- Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001)

A partir de 2006 três ações executadas pela Diretoria de Assuntos Fundiários/DAF foram unificadas sob a denominação "Demarcação e Regularização de Terras Indígenas". A unificação facilita os trâmites administrativos, porém exige um período de adaptação no que diz respeito ao cálculo da meta física e adequação de indicadores que permitam aferir corretamente o avanço da ação. Ainda que sejam necessários ajustes, para informar sobre o presente período, a DAF aplicou fatores de ponderação com pesos diferenciados da seguinte forma: 40% correspondentes ao avanço administrativo, com distribuição dos fatores de ponderação entre quatro etapas; e 60% correspondentes a quatro atividades do processo de regularização fundiária propriamente dito, culminando com o pagamento de indenizações. Nos dois casos, a atribuição de valor tem correspondência em atos formais cujo acompanhamento verifica-se também no Sistema de Terras Indígenas (STI-DAF). Assim, fica assegurado o caminho para que, feitas as pequenas adequações ainda necessárias, todos os dados quantitativos e qualitativos referentes à ação possam ser extraídos diretamente do STI para o SIGPLAN.

Na distribuição dos pesos e fatores de ponderação para cálculo da meta física foram considerados aspectos político-administrativos (os 40% indicados acima), que envolvem o maior número de Terras Indígenas e seu banco de dados, as reivindicações por terras indígenas. Uma parcela considerável dessas demandas pode ser avaliada com base em documentos já existentes na FUNAI. Entretanto, parte delas exige levantamento em campo para avaliação. Entre janeiro e novembro de 2006 foram realizados levantamentos de campo para análise de dezesseis situações, sendo duas em Minas Gerais, onze no Rio Grande do Sul (sete estão em andamento em novembro), três no Mato Grosso (também em andamento) e uma no Paraná.

Também entre janeiro e novembro foram destinados recursos para iniciar ou dar continuidade a processos de identificação e delimitação (ou revisão) de dez terras indígenas, sendo uma delas reserva (Maxakali/MG). Além disso, foi constituído grupo técnico para identificação de uma terra indígena com recursos do PPTAL.

No mesmo período aqui tratado foram realizadas os estágios em andamento diligências para identificar empecilhos ao andamento de processos administrativos referentes a seis terras indígenas, sendo três delas determinadas pelo Ministério da Justiça, e três de iniciativa da própria DAF. Duas situações, ambas no Rio Grande do Sul, receberam parecer favorável ao encaminhamento da questão pelo INCRA e IBAMA e não como terra indígena, e uma terceira, no mesmo Estado, recebeu parecer recomendando o retorno das famílias indígenas para suas terras de origem.

Até o mês de outubro, doze estudos de identificação tiveram seus resumos publicados no Diário Oficial da União, e três processos para constituição de reservas indígenas chegaram a etapas finais com parecer favorável da Procuradoria Federal Especializada da FUNAI. Finalmente, para a etapa de identificação e delimitação, foram elaborados oito pareceres a contestações interpostas a quatro procedimentos. Para o período de janeiro a outubro de 2006, a etapa de demarcação de terras indígenas registra o seguinte avanço: seis terras, cujas obras de demarcação terão aporte de recursos do PPTAL, tiveram licitação iniciada; três estão com demarcação física em andamento, sendo uma delas com recursos do PPTAL; cinco obras de demarcação física foram paralisadas por decisão judicial e uma por solicitação da comunidade indígena; quatro terras indígenas tiveram as obras de demarcação em campo concluídas (três delas com recursos do PPTAL), estando as peças técnicas em análise; quatro terras indígenas demarcadas fisicamente tiveram as peças técnicas aprovadas, estando em elaboração os respectivos mapas e memoriais descritivos; finalmente, seis terras indígenas tiveram a etapa de identificação plenamente concluída e processos encaminhados para homologação, sendo que duas tiveram suas obras realizadas com recursos do PPTAL.

A Coordenação Geral de Assuntos Fundiários realiza, além das atividades atinentes ao processo indenizatório, levantamentos fundiários para identificação e, em etapa posterior, para avaliação de benfeitorias. As seguintes terras indígenas foram objeto de levantamento fundiário: Coroa Vermelha/BA (fevereiro), Raposa Serra do Sol/RR (fevereiro a abril), Toldo Chimbangue II/S/SE (março), Barra Velha/BA (maio a julho), Tupinambá de Olivença/BA (julho e agosto) e Koatinimo/PA (julho). No que tange ao procedimento de indenização benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé instaladas pro ocupantes não-indígenas, ocorreram avanços nas terras indígenas Raposa Serra do Sol/RR, Palmas/PR, Caramuru Paraguaçu/BA, com a remoção de 101 ocupações de terceiros, devolvendo aos índios o usufruto de suas terras.

Em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada da FUNAI e o INCRA, a FUNAI realizou atividades e destacou recursos financeiros para a constituição de quatro reservas indígenas. Para três delas, as atividades administrativas foram concluídas, sendo que duas aguardam solução de pendência documental para a devida execução financeira.

Os avanços da ação "Demarcação e Regularização de Terras Indígenas" a partir de outubro para as etapas iniciais do procedimento foram os seguintes: conclusão do processo seletivo para contratação de especialistas que realizarão estudos de identificação com apoio do PPTAL em 2007; conclusão dos levantamentos de campo para identificação da TI Giapanicó/AL; conclusão dos levantamentos de campo que estavam em curso no Rio Grande do Sul e Mato Grosso; publicação dos resumos de quatro relatórios de identificação e delimitação, sendo três terras indígenas situadas no estado do Amazonas e uma no estado de Mato Grosso. Desse modo, a meta estabelecida para a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação de publicação de 14 resumos foi atingida.

As atividades de demarcação física e aviação de terras indígenas apresentam o seguinte balanço final para o ano de 2006: estão em andamento os procedimentos de elaboração de contratos para demarcação de cinco terras indígenas; dois contratos para aviação de limites tiveram as respectivas ordens de serviço expedidas; três obras foram concluídas, estando as peças técnicas em fase de conferência pela Coordenação Geral de Demarcação; treze procedimentos foram integralmente concluídos e tiveram suas peças técnicas aprovadas, sendo seis de aviação e as outras sete de demarcação física. Seis obras indígenas permanecem com os trabalhos paralisados em razão de conflitos ou decisão judicial e uma obra de aviação foi interrompida a pedido da comunidade indígena.

No que diz respeito às atividades de regularização fundiária e às etapas finais do procedimento administrativo, os resultados consolidados do ano de 2006 são: nove terras indígenas tiveram seus decretos de homologação emitidos pelo Presidente da República totalizando 1.195.387 hectares; 25 terras foram

2707 (A) FISCALIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

| Produto: | fiscalização realizada | Físico | 295,00 | 0,00 | 0,00 % |
|--------------------|------------------------|------------|-----------|-----------|---------|
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 7.219.387 | 6.721.045 | 93,10 % |

Comentários:

- Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (0001)

A ação de fiscalização de terras indígenas passou a ser responsabilidade da Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF) a partir de julho de 2006, inicialmente sem a transferência de recursos e em caráter formal. A partir de janeiro de 2007, a DAF efetivamente incorpora a ação de fiscalização, estando em andamento o diagnóstico da situação do setor responsável pela ação de fiscalização. A avaliação preliminar, inclusive do perfil de execução financeira, aponta que os recursos descentralizados pela Funai-Sede para suas unidades para ações de fiscalização têm, na sua maioria, caráter de atividades continuadas, dificultando sua plena e correta caracterização como "operações". Os recursos, em sua maioria, são descentralizados de acordo com programações anuais das administrações regionais da Funai, voltadas para a fiscalização de limites das terras indígenas e para cobrir ações de invasões. Há também atividades de capacitação e educação ambiental. Em termos de operações de maior vulto, citamos as ações nas terras indígenas Araribá e Alto Turiaçu no Maranhão, Alto Rio Guamá no Pará e Kayapó.

Para 2007, a determinação da DAF é avaliar a adequação conceitual e técnica das atividades voltadas para fiscalização de terras indígenas, bem como a sistemática de planejamento e definição de prioridades, reclassificando atividades continuadas em relação a operações de caráter especial ou que exigem maior volume de

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 100

| Programa: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|----------------------|-------------------------|--------------------|---------|
| Ação: | | | |
| recursos a cada ano. | | | |

1083 Reforma do Judiciário GERENTE: PIERPAOLO BOTTINI
Objetivo: Modernizar e democratizar o acesso à Justiça, promovendo a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos

12GE (P) MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO - MOREJUS

| Produto: | PROJETO APOIADO | Físico | 32,00 | 33,00 | 103,13 % |
|--------------------|-----------------|------------|-----------|-----------|----------|
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 1.308.607 | 1.289.009 | 98,50 % |

Comentários:

- Nacional - Ministério da Justiça (0001)

0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais GERENTE: HÉLIO CARDOSO DERENNE
Objetivo: Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito

4526 (A) OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS

| Produto: | operação realizada | Físico | 331,00 | 841,00 | 254,08 % |
|--------------------|--------------------|------------|-----------|---------|----------|
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 1.000.000 | 606.552 | 60,66 % |

Comentários:

- Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001)

Lançado os dados relativos às ações especiais de combate ao crime realizadas pelas: Divisão de Combate ao Crime/CGO, Divisão de Operações Aéreas/CGO e através das 25 unidades descentralizadas do DPRF.

O DPRF no exercício 2006 aumentou sistematicamente o volume de apreensões em relação ao exercício de 2005. Segue dados de apreensões 2005/2006 para verificação:

| ITEM | Qtd. | 2005 | 2006 | Varição |
|-----------------------|--------|-----------|-----------|-----------|
| Pessoas Detidas | Unid. | 9.254 | 19.423 | + 109,9 % |
| Maconha | Ton. | 37,77 | 46,63 | + 23,5 % |
| Cocaína | kg. | 2.210,44 | 3.105,43 | + 40,5 % |
| Haxixe | esfera | 52,553 | 66,602 | + 26,8 % |
| Crack | kg. | 46,30 | 185,22 | + 300 % |
| CD/DVD's | Unid. | 2.505,231 | 7.526,548 | + 200,5 % |
| Cigarros | Pct. | 1.371.999 | 2.752.599 | + 100,7 % |
| Combustíveis | litro | 101.904 | 181.402 | + 78 % |
| Informática | Unid. | 93.399 | 129.163 | + 38,3 % |
| Elétrônicos | Unid. | 160.718 | 273.335 | + 70,1 % |
| Medicamentos | Unid. | 120.212 | 310.320 | + 158 % |
| Armas | Unid. | 1.157 | 1.474 | + 27,3 % |
| Munições | Unid. | 94.576 | 117.204 | + 19,8 % |
| Animais Silvest. | Unid. | 8.226 | 14.051 | + 70,8 % |
| Madeira | m³ | 520,925 | 295,048 | - 43,3 % |
| Trabalhador libertado | | 309 | 662 | + 114,3 % |
| Veículos recuperados | | 3.368 | 3.593 | + 6,7 % |

2723 (A) POLÍCIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

| Produto: | Rodovia policiada | Físico | 69.000,00 | 61.128,60 | 88,59 % |
|--------------------|-------------------|------------|------------|------------|---------|
| Unidade de Medida: | km | Financeiro | 63.053.580 | 44.855.367 | 71,14 % |

Comentários:

- Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0001)

Apesar de 2006, o DPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente. Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, em 2006 foram admitidos mais 895 policiais rodoviários federais por meio de concurso público, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, devido ao incremento de policiais nos postos de fiscalização, ampliando a presença da polícia ostensiva da União.

Para acompanhar a evolução física da ação optamos por descrever a malha Rodoviária que até então correspondia a 69.000 quilômetros. Em maio de 2005, por meio da Portaria nº 4, em 05 de maio de 2005, publicada no DOU de 31.05.05, o Coordenador-Geral de Operações altera a circunscrição das Delegacias da Polícia Rodoviária Federal, ou seja, a extensão da malha Rodoviária para 61.128,60 quilômetros.

A meta física não é cumulativa, uma vez que a cada mês, e porque não dizer a cada dia, a PRF deve fiscalizar os mesmos trechos.

Em 2006 a frota de viaturas especiais, 4 rodas, do DPRF foi renovada em aproximadamente 25%, atingindo a meta de renovação uma vez que a vida útil e econômica de uma viatura é de no máximo 4 anos. Adicionalmente, registre-se que a manutenção vem sendo executada regularmente, todas as Regionais da PRF possuem contratos para manutenção da frota e de abastecimento de combustíveis.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 61.000km de rodovias federais, desenvolve ações de fiscalização em pontos críticos, apreensão de animais e esmo nas rodovias, e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito, com repercussão na redução do número de mortos nas rodovias federais em decorrência de acidentes. A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2005 e 2006 onde se verifica a redução do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais, fruto do patrulhamento ostensivo exercido pela PRF, que inibe a ação delituosa dos infratores de trânsito, diminuindo os riscos de acidentes. O referido índice leva em consideração o aumento anual da frota nacional de veículos automotores.

| INDICE DE ACIDENTE | 2004 | 2005 | 2006 |
|-------------------------|------------|------------|------------|
| Total de Acidentes | 109.560 | 108.509 | 109.262 |
| Frota Nacional | 39.240.875 | 42.071.961 | 45.372.640 |
| Acidente/10.000 veic | 28 | 26 | 24 |
| Varição do Índice | | -7,62% | -6,27% |
| Mortos | 6.192 | 6.268 | 6.114 |
| Mortes/1.000.000veic | 158 | 149 | 135 |
| Varição do Índice | | -5,58% | -9,21% |
| Feridos | 64.157 | 65.339 | 66.041 |
| Feridos/1.000.000 veic. | 1.635 | 1.553 | 1.456 |
| Varição do Índice | | -6,25% | |

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|-----------|-------------------------------|-----------------------|------------|
| Ação: | | | |

Fonte: Relatório Operacional Diário- ROD (Ano 2004, 2005 e 2006)

Apesar dos resultados abaixo, contem informações sobre o combate a criminalidade, o que em princípio seriam resultados da Ação de Operações Especiais de Combate ao Crime, tais resultados diz respeito também a esta Ação: Segurança Pública nas Rodovias Federais, uma vez que a SEGURANÇA PÚBLICA implica em ações rotineiras do policial, de forma indissolúvel, tanto no que se refere à proteção do patrimônio e da integridade física dos usuários das rodovias, com medidas preventivas no controle e na fiscalização do trânsito, como também na integridade física e do patrimônio, com medidas preventivas e repressivas no combate à criminalidade. O policial no seu dia-a-dia, ao fiscalizar o trânsito, depara-se com infrações às normas penais, fato que geram ocorrências tipicamente criminais. Não há como separa essas duas vertentes: trânsito e combate a criminalidade. Garantir a segurança pública é atuar de forma interdisciplinar, na prevenção e na repressão, no trânsito e do crime.

Nesse contexto, foram realizadas 841 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, que associadas a atuação diuturna dos policiais em regime ininterrupto de escala de revezamento, obtiveram os resultados de apreensão de três toneladas de cocaína, 46 toneladas de maconha e a destruição de mais de 250.000 pés de maconha, além da apreensão de 1.474 armas de fogo, destacando-se 10 fuzis e 5 sub-metralhadoras. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 14.000 animais silvestres e apreendidos mais de 290.000 m3 de madeira. No combate a exploração de crianças e adolescentes destaca-se o encaminhamento de 304 crianças/adolescentes vítimas de crimes aos conselhos tutelares/delegacias e a detenção de 208 pessoas envolvidas nestes crimes, além de mais de 19.000 pessoas presas em situação de flagrante de delito. A seguir, é apresentado quadro comparativo das apreensões de 2005 e 2006 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

| ITEM | QTD | 2005 | 2006 | Varição |
|-----------------------|--------|-----------|-----------|---------|
| Pessoas Detidas | Unid | 9.254 | 19.433 | 109,9% |
| Maconha | Ton. | 37,77 | 46,63 | 23,5% |
| Cocaína | Kg | 2.210,44 | 3.105,43 | 40,5% |
| Haxive | Esfera | 52,553 | 66,603 | 26,8% |
| Crack | Kg | 46,30 | 185,22 | 300,0% |
| CD/DVD | Unid | 2.505,231 | 7.526,599 | 200,5% |
| Cigarros | Pct | 1.371.999 | 2.752.599 | 100,7% |
| Combustíveis | Litro | 101.904 | 181.402 | 78,0% |
| Informática | Unid | 93.339 | 129.163 | 38,3% |
| Elétrônicos | Unid | 160.718 | 273.335 | 70,1% |
| Medicamentos | Unid | 120.212 | 310.320 | 158,0% |
| Armas | Unid | 1.157 | 1.474 | 27,3% |
| Munição | Unid | 94.576 | 117.204 | 19,8% |
| Animais Silvestres | Unid | 8.226 | 14.051 | 70,8% |
| Madeira | m3 | 520.925 | 295.048 | -43,3% |
| Trabalhador Libertado | Unid | 309 | 662 | 114,3% |
| Veículos Recuperados | Unid | 3.368 | 3.593 | 6,7% |

Fonte: DINOP/DPPF

- Nacional (Crédito Extraordinário) - Departamento de Polícia Rodoviária Federal (0101)

1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

GERENTE: LUIZ FERNANDO CORRÉA

Objetivo: Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações

1F68 (P) AÇÕES DE INTELIGÊNCIA ASSOCIADAS AOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007

| | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|------------|-----------|---------|
| Produto: | operação realizada | Físico | 0,00 | 0,00 | N/A |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 10.000.000 | 9.973.173 | 99,73 % |

Comentários:

- No Estado do Rio de Janeiro (Crédito Extraordinário) - Fundo Nacional de Segurança Pública (0101)
- Dos dez milhões previstos, nove milhões correspondem a capital e um milhão em custeio. Houve uma execução de sete milhões disponibilizado a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), por intermédio de destaque. Existe um saldo de três milhões aguardando a celebração de convênio de Estado com o Rio de Janeiro para reequipamento do Centro de Inteligência do Estado.

1F63 (P) AÇÕES PREVENTIVAS ASSOCIADAS À SEGURANÇA PÚBLICA NOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007

| | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|-----------|-----------|----------|
| Produto: | PESSOA BENEFICIADA | Físico | 0,00 | 0,00 | N/A |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 6.700.000 | 6.700.000 | 100,00 % |

Comentários:

- No Estado do Rio de Janeiro (Crédito Extraordinário) - Fundo Nacional de Segurança Pública (0101)
- Valor correspondente ao custeio, executado em atendimento ao projeto BRA.06.019 - Medalha de Ouro: Construindo Convivência e Segurança Cidadã.

09HG (OE) APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

| | | | | | |
|--------------------|-----------------|-------------------|------------|------------|---------|
| Produto: | PROJETO APOIADO | Físico | 232,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 24.520.009 | 14.797.409 | 60,35 % |

Comentários:

- Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001)
- Estorno de crédito.
- Valor correspondente a projetos especiais de prevenção.
- Na Região Norte - Fundo Nacional de Segurança Pública (0010)
- Projetos municipais (previstos e selecionados): R\$ 3.071.393,20
- Projetos municipais em análise p/ celebração de convênio - prevenção:
 - Porto Velho/RO: R\$ 427.800,00
 - Boa Vista/RR: R\$ 105.680,00
 - Altamira/PA: R\$ 243.955,19
- PROJETOS ESTADUAIS:
 - Amazonas: Prevenção às Drogas: R\$ 165.090,21
 - Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0020)
 - Projetos municipais (selecionados e espontâneos): R\$ 9.227.724,20.
- Há também a previsão de implementação do Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência na Região Metropolitana de Natal. Previsão de investimento R\$ 2.000.000,00.
- Investimento em Polícia Comunitária: R\$ 150.000,00.

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|-----------|-------------------------------|-----------------------|------------|
| Ação: | | | |

10/11/2006:

Projetos Municipais aprovados pela equipe técnica e conselho gestor: Bayeux-PB, Carpina-PE, Caucaia-CE, Ceará Mirim-RN, Escada-PE, Garanhuns-PE, Itapetinga-BA, Jaboatão dos Guararapes-PE, João Pessoa-PB, Juazeiro-BA, Maracanaú-PE, Moreno-PE, Olinda-PE, Paulista-PE e Trindade. Total previsto: R\$ 1.844.295,12.
 Consórcio da Região Metropolitana de Recife-PE - Fase II: R\$ 388.204,62.
 PROJETOS ESTADUAIS:
 Maranhão: PROERD - Valor R\$ 174.399,30;
 Piauí: ESORTE ao Atoitecer - Valor R\$ 48.870,00
 Pernambuco: Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência e Criminalidade - Valor R\$ 388.204,62.

- Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0030)
- Projetos municipais (selecionados e espontâneos) R\$ 12.128.562,01.
- Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência na Região Metropolitana de Vitória: R\$ 2.649.391,41.
- Ouvидoria de Polícia de Minas Gerais: R\$ 1.426.472,00
- Projetos municipais aprovados e prontos para convênio: R\$ 5.971.345,66 (31 projetos municipais).
- Projetos Estaduais: na ação de prevenção somente foi apresentado projeto de prevenção pelo Estado de Minas Gerais, para o Fortalecimento da Ouvidoria de Polícia, assim como Projeto de implantação do Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência e Criminalidade na Região Metropolitana de Vitória, envolvendo o Estado, por meio da Secretaria de Defesa Social, e cinco municípios da Região metropolitana - Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.
- Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública (0040)
- Projetos Municipais (selecionados e espontâneos): R\$ 6.676.555,12.
- Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência na Região do Vale do Rio dos Sinos: R\$ 3.500.000,00.
- Realização de curso de promoção de Cultura de Paz para os gestores municipais dos municípios do Vale do Rio dos Sinos: R\$ 75.000,00
- Análises e aprovados 07 projetos municipais (Cascavel-PR, Curitiba-PR, Esteio-RS, Porto Alegre-RS, São Leopoldo-RS, Sapucaia do Sul-RS e Vacaria-RS), correspondente a R\$ 2.369.875,63.
- Projetos parcialmente pagos relativos a 2006:
 - Esteio-RS: R\$ 80.600,00
 - São Leopoldo-RS: R\$ 238.595,73.
- Valores pagos em outubro, relativos a convênios celebrados em 2005 - pagos parcialmente em 2005:
 - São José/SC: R\$ 388.300,00
 - Foz do Iguaçu/PR: R\$ 202.723,77
 - Paranaguá/PR: R\$ 208.820,00

- Projetos Estaduais:
 - Paraná - Projeto de Prevenção à Violência e Criminalidade - Valor R\$ 681.430,00;
 - Rio Grande do Sul - Projeto Bombeiro e Policial Mirim - Valor R\$ 468.312,92;
 - Santa Catarina - Projeto Ampliação e Modernização da Polícia Comunitária - Valor R\$ 150.000,00;
 - Santa Catarina - Ampliação do Proerd - Capacitação e Atualização de Policiais Militares - Valor R\$ 401.232,00.
- Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0050)
- Projetos municipais (selecionados e espontâneos) R\$ 1.895.765,60
- Consórcio Intermunicipal de Prevenção à Violência no Entorno do Distrito Federal: R\$ 2.000.000,00.
- Realização do curso de promoção de cultura de paz para os gestores de segurança pública na região do Entorno do DF: R\$ 75.000,00
- Polícia Comunitária: R\$ 100.000,00
- Atualização em 10/11/2006:
 - Três projetos em análise, aguardando retorno dos executivos municipais:
 - Campo Grande/MS: R\$ 96.462,00;
 - Dourados/MS: R\$ 60.275,00;
 - Goiânia/GO: R\$ 121.900,00

Os Estados da Região Centro Oeste não apresentaram projetos na temática de prevenção à violência.

- Em Brasília / DF - Fundo Nacional de Segurança Pública (0058)
- Não foram apresentados projetos relativos a esta emenda parlamentar.
- Atualização em 20/12/2006: não foram apresentados projetos relativos a esta emenda parlamentar.
- Nos Municípios do Estado de Minas Gerais - Fundo Nacional de Segurança Pública (0060)
- Não foram apresentados projetos relativos a este crédito.
- 20/12/2006: não foram apresentados projetos, relativamente ao presente crédito, por municípios do Estado de Minas Gerais.
- No Município de Vitória / ES - Fundo Nacional de Segurança Pública (0056)
- 10/11/2006: até a presente data o município não apresentou projeto.
- 20/12/2006: até a presente data o município não apresentou projeto, muito embora tenha sido oficiado para tanto.

8545 (A) APOIO À REPRESSÃO QUALIFICADA

| | | | | | |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|
| Produto: | Operação integrada apoiada | Físico | 156,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 3.360.388 | 3.339.835 | 99,39 % |

Comentários:

- Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001)
- Os valores executados correspondem as operações da Força Nacional nos Estados do MS e ES.

2B00 (A) FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

| | | | | | |
|--------------------|-------------------|-------------------|------------|------------|---------|
| Produto: | policial treinado | Físico | 5.300,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 21.958.750 | 20.240.713 | 92,18 % |

Comentários:

- Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001)
- As despesas referem-se a:

1F65 (P) IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007

| | | | | | |
|--------------------|----------------------------|-------------------|-------------|-------------|---------|
| Produto: | infra-estrutura implantada | Físico | 0,00 | 0,00 | N/A |
| Unidade de Medida: | % de execução física | Financeiro | 116.300.000 | 115.904.681 | 99,66 % |

Comentários:

- No Estado do Rio de Janeiro (Crédito Extraordinário) - Fundo Nacional de Segurança Pública (0101)
- Do valor previsto R\$ 115.300.000,00 em capital e R\$ 1.000.000,00 em custeio.

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: Ação: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|--|-------------------------------|-----------------------|------------|
| 5000 (P) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS | | | |
| Produto: SISTEMA IMPLANTADO | Físico 30,00 | 30,00 | 100,00 % |
| Unidade de Medida: % de execução física | Financeiro 58.988.916 | 20.732.843 | 35,15 % |
| Comentários: | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001) Para a unidade física, estamos considerando a implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública pelas Unidades da Federação. A adesão dos Estados, implicando esta implantação, não depende de recursos financeiros e sim da negociação política. Todavia, faz-se necessário o uso de recursos financeiros para a sua efetivação prática, fortalecimento e modernização nos Estados. | | | |
| Atualmente, os gastos desta ação estão vinculados principalmente aos gastos com a implantação e a modernização dos Laboratórios de DNA, e manutenção e fortalecimento da política do INFOSEG: | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Despesas com serviço de comunicação: fevereiro (R\$91.414,71) - Despesas de Teleprocessamento: março (R\$99.916,35), abril (R\$211.543,79), maio (R\$68.196,17), junho (R\$470.540,11), julho (R\$283.608,31), agosto (R\$270.001,47), setembro (R\$279.807,35) e outubro (R\$266.087,87) - Despesas material laboratorial: maio (R\$49.660,00), junho (R\$49.900,00) e outubro (R\$5.520,00) - Despesas Material de Consumo: agosto (R\$20.922,07) | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Na Região Norte - Fundo Nacional de Segurança Pública (0010) Foram liberados créditos, todavia não foi liberado limite de crédito para empenho. Foram aprovados, pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, os seguintes projetos: 1) PA - Implementação do Sistema de Comunicação Integrada na Região do Interior do Pará - CIOF-DE XINGUARA (R\$ 2.460.050,00); 2) RO - Implantação do Sistema Legal de Interceptação Telefônica (R\$ 653.104,37); 3) RO - Modernização do Sistema de Inteligência e Análise Criminal (R\$ 728.390,70). | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0020) Previsão: Complementação para o convênio do Consórcio Metropolitano de Recife/PE no valor de R\$78.737,52 Foram liberados créditos, todavia não foi liberado limite de crédito para empenho. Foram aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública os seguintes projetos: 1) BA - Modernização da Coordenadoria de Missões Especiais da Polícia Militar da Bahia (R\$ 728.764,79); 2) BA - Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação do Sistema de Segurança Pública/BA (R\$ 735.599,72); 3) CE - CIOFS - Interoperabilidade Máxima (Capital e sua Região Metropolitana com o interior do Estado) - (R\$ 1.990.628,31); 4) CE - SIP - Sistema de Informações Policiais via WEB (R\$ 526.500,00). | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0030) Previsão: Assinatura de convênio do Consórcio Metropolitano de Vitória/ES no valor de R\$1.328.324,74 Aprovação, pelo Conselho Gestor do FNSP, do valor de R\$ 2.117.905,00 referente aos Convênios de Produção de Provas e Sistema Integrado de Inteligência. No que diz respeito à Gestão do Conhecimento propriamente dita, foi aprovado o seguinte projeto: MG - Reaparelhamento e Modernização do Laboratório de Análise e Desenvolvimento de Softwares da Polícia Civil (R\$ 123.500,00) | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública (0040) Previsão: Assinatura de convênio com o município de Porto Alegre/RS no valor de R\$14.000,00 Foi aprovado, pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, todavia sem liberação de limite de crédito para empenho, o seguinte projeto: RS - Sistema Guardião (R\$ 365.240,00). | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0050) Foram aprovados, pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, todavia sem liberação de limite de crédito para empenho, os seguintes projetos: 1) MT - Sistema de Vigilância Monitorada Pro-Ativa (R\$ 504.000,00); 2) MT - Modernização do Sistema de Ocorrências Policiais (R\$ 226.475,10). | | | |

3916 (P) IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS DE UNIDADES FUNCIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

| Produto: | unidade implantada | Físico | 54,00 | 0,00 | 0,00 % |
|----------------------------|--------------------|-------------------|------------|-----------|---------|
| Unidade de Medida: UNIDADE | | Financeiro | 22.045.105 | 5.288.081 | 23,99 % |

Comentários:

- Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001)
Foi solicitado remanejamento do crédito pela CGOF, no valor de 2.200.000,00, a fim de suprir demanda em outras ações regionalizadas.
- Na Região Norte - Fundo Nacional de Segurança Pública (0010)
A Região não encaminhou projetos.
- Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0020)
Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios (transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta.
Verificar "Informações de Situação".
- Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0030)
A Região não encaminhou projetos.
- Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública (0040)
Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios (transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta.
Verificar "Informações de Situação".
- Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0050)
Não foi apresentado projetos.
- No Município de Viçosa / MG - Fundo Nacional de Segurança Pública (0086)

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: Ação: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------------------|--------------------------|---------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------|----------------|------------------|-----------------|------------------|-------------|------------------|----------------|------------------|-----------|------------------|---------|------------------|-----------|------------------|---------|------------------|----------------|------------------|-----------------|------------------|----------------|-----------|---------|--|--|--|--|--|--|-----|--------------------------|---------------------|------------|-----------|----------|------------|-----------|---|------------|-----|--|--|--|--|---------------------------|----|---------------|-----------------|------------|-----|---|-----|-----------|--|----------|--|--|--|--|--|---|----|--------------------------|---------------------|-----------|--|----------|----------|-----------|----|---|-----|--|--|--|--|----------|------------|-----------------|------------|-----------|----------|----------|----------|-----------|----|---|-----|--|--|--|--|-------------------------------------|------------|---------------|-----------------|------------|-----------|-----------|------------|-----|--|-----------|--|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> O Estado foi identificado e até o presente momento não encaminhou o pleito correspondente. • No Município de Uberaba / MG - Fundo Nacional de Segurança Pública (0088) O Estado foi identificado e até o presente momento não encaminhou o pleito correspondente. • No Distrito Federal - Fundo Nacional de Segurança Pública (0053) O DF, até a presente data não encaminhou pleito correspondente a essa Emenda Parlamentar. Cabe esclarecer que foi dado ciência quanto ao pleito. • No Estado do Acre - Fundo Nacional de Segurança Pública (0054) Trata-se de uma Emenda Parlamentar. Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios (transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta. Verificar "Informações de Situação". • No Município de Cruzeiro do Sul / AC - Fundo Nacional de Segurança Pública (0084) Não foi executado em virtude do projeto ter sido devolvido ao Estado para Adequações (Of 4360/2006-DEA/SENASP-MJ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3912 (P) MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLÓGICA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA (SEGURANÇA CIDADÃ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produto: Instituição de Segurança Pública Modernizada | Físico 209,00 | 10,00 | 4,78 % | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro 45.995.561 | 39.990.000 | 86,94 % | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Comentários: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001) Trata-se de Projeto de Cooperação Técnica entre a SENASP/MJ e o PNUD/ONU - BRA/04/029, que tem por escopo a modernização das instituições de segurança pública, o investimento em capacitação, treinamento e reestruturação das Instituições e adequação da SENASP visando atender o SUSP. Tudo com foco numa política pública de SEGURANÇA CIDADÃ. Apoiu desde o início a instalação e concretização da Força Nacional de Segurança Pública, até a sua regulamentação legal. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NO âmbito do PRODOC BRA/04/029 - Segurança cidadã, foram investidos os seguintes valores no ano de 2006: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="0"> <tr> <td>JANEIRO</td> <td>- R\$ 276.603,62</td> </tr> <tr> <td>FEVEREIRO</td> <td>- R\$ 488.926,05</td> </tr> <tr> <td>MARÇO</td> <td>- R\$ 661.056,13</td> </tr> <tr> <td>ABRIL</td> <td>- R\$ 469.276,56</td> </tr> <tr> <td>MAIO</td> <td>- R\$ 731.143,67</td> </tr> <tr> <td>JUNHO</td> <td>- R\$ 544.035,17</td> </tr> <tr> <td>JULHO</td> <td>- R\$ 723.568,49</td> </tr> <tr> <td>AGOSTO</td> <td>- R\$ 533.480,55</td> </tr> <tr> <td>SETEMBRO</td> <td>- R\$ 487.755,25</td> </tr> <tr> <td>OUTUBRO</td> <td>- R\$ 428.143,14</td> </tr> <tr> <td>NOVEMBRO</td> <td>- R\$ 615.105,32</td> </tr> <tr> <td>DEZEMBRO</td> <td>- R\$ 315.027,66</td> </tr> </table> | | | | JANEIRO | - R\$ 276.603,62 | FEVEREIRO | - R\$ 488.926,05 | MARÇO | - R\$ 661.056,13 | ABRIL | - R\$ 469.276,56 | MAIO | - R\$ 731.143,67 | JUNHO | - R\$ 544.035,17 | JULHO | - R\$ 723.568,49 | AGOSTO | - R\$ 533.480,55 | SETEMBRO | - R\$ 487.755,25 | OUTUBRO | - R\$ 428.143,14 | NOVEMBRO | - R\$ 615.105,32 | DEZEMBRO | - R\$ 315.027,66 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JANEIRO | - R\$ 276.603,62 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FEVEREIRO | - R\$ 488.926,05 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MARÇO | - R\$ 661.056,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ABRIL | - R\$ 469.276,56 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MAIO | - R\$ 731.143,67 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUNHO | - R\$ 544.035,17 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JULHO | - R\$ 723.568,49 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| AGOSTO | - R\$ 533.480,55 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SETEMBRO | - R\$ 487.755,25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OUTUBRO | - R\$ 428.143,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| NOVEMBRO | - R\$ 615.105,32 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DEZEMBRO | - R\$ 315.027,66 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL investido= R\$ 3.725.508,48 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Importante destacar que o Prod. já vinha com um saldo do ano de 2005 que foi depositado junto ao PNUD, daí a sua execução desde JANEIRO e em AGOSTO foram repassados os R\$ 6.700.000,00 como forma de complementação do plano orçamentário do Projeto.</p> <p>Os valores acima indicados de JANEIRO a DEZEMBRO representam investimentos realizados no âmbito do Prod. BRA/04/029, em parceria com o PNUD, aí incluídas todas as despesas, desde empresa de passagens aéreas, diárias, cursos de capacitação, conforme abaixo descrito. Aquisição de equipamentos e obras de reforma de instalações tais como ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR em Montenegro no RS, que recebeu a Força Nacional de Segurança Pública para Capacitação; ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, em José Pessoa, que também recebeu a FNSP para capacitação; Ação Segurança Cidadã na cidade de Santo André-SP, com a compra de equipamentos; aquisição de equipamentos, móveis e colchões para a instalação da Primeira Escola de Polícia comunitária em Mato Grosso; reforma e adaptação de área para treinamento e capacitação na Academia de Bombeiros Militar do DF para o curso de Cães Fajadores de drogas, explosivos e salvamento, além dos cursos a seguir:</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Em AGOSTO de 2006 foi transferido o valor ao PNUD, no âmbito do PRODOC BRA/04/029, para atender aos fins a que foi constituído. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CURSOS REALIZADOS PELO Projeto BRA/04/029 (SEGURANÇA CIDADÃ) no ano de 2006: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| GASTOS COM OS CURSOS E NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS - 2006 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Planilha atualizada até 200x2006 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="0"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Nº no PRODOC/PNUD</th> <th colspan="2">Diárias (R\$)</th> <th colspan="2">Passagens (R\$)</th> <th colspan="2">Total (R\$)</th> <th colspan="2">Nº Capacitados</th> <th colspan="2">Resultado</th> <th colspan="2">Produto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JANEIRO</td> <td>Processo</td> <td>Período</td> <td>Local</td> <td>Material (R\$)</td> <td>Diárias (R\$)</td> <td>Passagens (R\$)</td> <td>Total (R\$)</td> <td>Nº Capacitados</td> <td>Resultado</td> <td>Produto</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ I</td> <td>53</td> <td>16 a 19 - 23 a 25/01 (M)</td> <td>Rio de Janeiro - RJ</td> <td>108.000,00</td> <td></td> <td></td> <td>108.000,00</td> <td>25.397,00</td> <td></td> <td>12.240,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>145.637,00</td> <td>58</td> <td>3</td> <td>3.1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ II</td> <td>53</td> <td>16 a 19 - 23 a 25/01 (T)</td> <td>Rio de Janeiro - RJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ESCOMPOL</td> <td>57</td> <td>23 a 27/01</td> <td>Recife-PE</td> <td>11.000,00</td> <td>3.425,10</td> <td></td> <td>4.000,00</td> <td>18.425,10</td> <td>62</td> <td>1</td> <td>1.1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>119.000,00</td> <td></td> <td></td> <td>28.822,10</td> <td>16.240,00</td> <td>178</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | JANEIRO | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ I | 53 | 16 a 19 - 23 a 25/01 (M) | Rio de Janeiro - RJ | 108.000,00 | | | 108.000,00 | 25.397,00 | | 12.240,00 | | | | | | | | | | 145.637,00 | 58 | 3 | 3.1 | | | | | | | | | RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ II | 53 | 16 a 19 - 23 a 25/01 (T) | Rio de Janeiro - RJ | | | | | | | | | | | | | ESCOMPOL | 57 | 23 a 27/01 | Recife-PE | 11.000,00 | 3.425,10 | | 4.000,00 | 18.425,10 | 62 | 1 | 1.1 | | | | | TOTAL | 119.000,00 | | | 28.822,10 | 16.240,00 | 178 | | | | | | | | | |
| | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JANEIRO | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ I | 53 | 16 a 19 - 23 a 25/01 (M) | Rio de Janeiro - RJ | 108.000,00 | | | 108.000,00 | 25.397,00 | | 12.240,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | 145.637,00 | 58 | 3 | 3.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ II | 53 | 16 a 19 - 23 a 25/01 (T) | Rio de Janeiro - RJ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESCOMPOL | 57 | 23 a 27/01 | Recife-PE | 11.000,00 | 3.425,10 | | 4.000,00 | 18.425,10 | 62 | 1 | 1.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 119.000,00 | | | 28.822,10 | 16.240,00 | 178 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="0"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Nº no PRODOC/PNUD</th> <th colspan="2">Diárias (R\$)</th> <th colspan="2">Passagens (R\$)</th> <th colspan="2">Total (R\$)</th> <th colspan="2">Nº Capacitados</th> <th colspan="2">Resultado</th> <th colspan="2">Produto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>FEVEREIRO</td> <td>Processo</td> <td>Período</td> <td>Local</td> <td>Material (R\$)</td> <td>Diárias (R\$)</td> <td>Passagens (R\$)</td> <td>Total (R\$)</td> <td>Nº Capacitados</td> <td>Resultado</td> <td>Produto</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ III</td> <td>53</td> <td>06 a 12/02 (manhã)</td> <td>Rio de Janeiro - RJ</td> <td>108.000,00</td> <td></td> <td></td> <td>108.000,00</td> <td>28.426,00</td> <td></td> <td>12.240,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>148.666,00</td> <td>85</td> <td>3</td> <td>3.1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ IV</td> <td>53</td> <td>06 a 12/02 (tarde)</td> <td>Rio de Janeiro - RJ</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>108.000,00</td> <td></td> <td></td> <td>28.426,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | FEVEREIRO | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ III | 53 | 06 a 12/02 (manhã) | Rio de Janeiro - RJ | 108.000,00 | | | 108.000,00 | 28.426,00 | | 12.240,00 | | | | | | | | | | 148.666,00 | 85 | 3 | 3.1 | | | | | | | | | RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ IV | 53 | 06 a 12/02 (tarde) | Rio de Janeiro - RJ | | | | | | | | | | | | | TOTAL | 108.000,00 | | | 28.426,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FEVEREIRO | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ III | 53 | 06 a 12/02 (manhã) | Rio de Janeiro - RJ | 108.000,00 | | | 108.000,00 | 28.426,00 | | 12.240,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | 148.666,00 | 85 | 3 | 3.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ IV | 53 | 06 a 12/02 (tarde) | Rio de Janeiro - RJ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 108.000,00 | | | 28.426,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="0"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Nº no PRODOC/PNUD</th> <th colspan="2">Diárias (R\$)</th> <th colspan="2">Passagens (R\$)</th> <th colspan="2">Total (R\$)</th> <th colspan="2">Nº Capacitados</th> <th colspan="2">Resultado</th> <th colspan="2">Produto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>MARÇO</td> <td>Processo</td> <td>Período</td> <td>Local</td> <td>Material (R\$)</td> <td>Diárias (R\$)</td> <td>Passagens (R\$)</td> <td>Total (R\$)</td> <td>Nº Capacitados</td> <td>Resultado</td> <td>Produto</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>TRIPULANTE OPERACIONAL</td> <td>3</td> <td>25/03 a 29/04</td> <td>Rio de Janeiro - RJ</td> <td>193.750,00</td> <td></td> <td></td> <td>193.750,00</td> <td>38.500,00</td> <td></td> <td>429.700,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td>1,2</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ESCOMPOL</td> <td>56</td> <td>06/03 a 10/03</td> <td>Vitória-ES</td> <td>13.435,00</td> <td></td> <td>3.450,00</td> <td>5.000,00</td> <td>21.885,00</td> <td>65</td> <td>1</td> <td>1.1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ESCOMPOL</td> <td>58</td> <td>20 a 24/03/2006</td> <td>Araçaju-SE</td> <td>15.000,00</td> <td></td> <td>3.675,00</td> <td>5.000,00</td> <td>23.675,00</td> <td>42</td> <td>1</td> <td>1.1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>225.885,00</td> <td></td> <td></td> <td>200.875,00</td> <td></td> <td>48.500,00</td> <td>475.260,00</td> <td>137</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | MARÇO | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | TRIPULANTE OPERACIONAL | 3 | 25/03 a 29/04 | Rio de Janeiro - RJ | 193.750,00 | | | 193.750,00 | 38.500,00 | | 429.700,00 | | | | | | | | | | 1 | 1,2 | | | | | | | | | | | ESCOMPOL | 56 | 06/03 a 10/03 | Vitória-ES | 13.435,00 | | 3.450,00 | 5.000,00 | 21.885,00 | 65 | 1 | 1.1 | | | | | ESCOMPOL | 58 | 20 a 24/03/2006 | Araçaju-SE | 15.000,00 | | 3.675,00 | 5.000,00 | 23.675,00 | 42 | 1 | 1.1 | | | | | TOTAL | 225.885,00 | | | 200.875,00 | | 48.500,00 | 475.260,00 | 137 | | | | | | | |
| | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MARÇO | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRIPULANTE OPERACIONAL | 3 | 25/03 a 29/04 | Rio de Janeiro - RJ | 193.750,00 | | | 193.750,00 | 38.500,00 | | 429.700,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | 1 | 1,2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESCOMPOL | 56 | 06/03 a 10/03 | Vitória-ES | 13.435,00 | | 3.450,00 | 5.000,00 | 21.885,00 | 65 | 1 | 1.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ESCOMPOL | 58 | 20 a 24/03/2006 | Araçaju-SE | 15.000,00 | | 3.675,00 | 5.000,00 | 23.675,00 | 42 | 1 | 1.1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | 225.885,00 | | | 200.875,00 | | 48.500,00 | 475.260,00 | 137 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="0"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Nº no PRODOC/PNUD</th> <th colspan="2">Diárias (R\$)</th> <th colspan="2">Passagens (R\$)</th> <th colspan="2">Total (R\$)</th> <th colspan="2">Nº Capacitados</th> <th colspan="2">Resultado</th> <th colspan="2">Produto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ABRIL</td> <td>Processo</td> <td>Período</td> <td>Local</td> <td>Material (R\$)</td> <td>Diárias (R\$)</td> <td>Passagens (R\$)</td> <td>Total (R\$)</td> <td>Nº Capacitados</td> <td>Resultado</td> <td>Produto</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>SUSP</td> <td>175</td> <td>4/abr</td> <td>Teresina-PI</td> <td>4.691,50</td> <td>14.924,00</td> <td>7.200,00</td> <td>26.815,50</td> <td>130</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>3,2</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>GUIAS DE CÃES FAREJADORES</td> <td>28</td> <td>17/04 a 19/05</td> <td>Campo Grande-MS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>47.775,00</td> <td></td> <td>2.544,08</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>INSTRUTOR DE GUIAS CÃES FAREJADORES</td> <td>28</td> <td>17/04 a 19/05</td> <td>Campo Grande-MS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>50.175,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | ABRIL | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | SUSP | 175 | 4/abr | Teresina-PI | 4.691,50 | 14.924,00 | 7.200,00 | 26.815,50 | 130 | 2 | 3 | 3,2 | | | | | GUIAS DE CÃES FAREJADORES | 28 | 17/04 a 19/05 | Campo Grande-MS | | | | | 47.775,00 | | 2.544,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | INSTRUTOR DE GUIAS CÃES FAREJADORES | 28 | 17/04 a 19/05 | Campo Grande-MS | | | | | | | 50.175,00 | | | | | |
| | | Nº no PRODOC/PNUD | | Diárias (R\$) | | Passagens (R\$) | | Total (R\$) | | Nº Capacitados | | Resultado | | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ABRIL | Processo | Período | Local | Material (R\$) | Diárias (R\$) | Passagens (R\$) | Total (R\$) | Nº Capacitados | Resultado | Produto | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SUSP | 175 | 4/abr | Teresina-PI | 4.691,50 | 14.924,00 | 7.200,00 | 26.815,50 | 130 | 2 | 3 | 3,2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| GUIAS DE CÃES FAREJADORES | 28 | 17/04 a 19/05 | Campo Grande-MS | | | | | 47.775,00 | | 2.544,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| INSTRUTOR DE GUIAS CÃES FAREJADORES | 28 | 17/04 a 19/05 | Campo Grande-MS | | | | | | | 50.175,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: | | | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) | |
|--|-----------|-----------------------|-------------------------|--------------------|-----------|-----------|
| Ação: | | | | | | |
| 69.779,44 | 10 | 1 | 1.2 | | | |
| TREINAM. EQUIPES DE CÃES FAREJADORES | 104 | 27/04 a 05/05 | Rio de Janeiro - RJ | - | 12.300,00 | 3.837,16 |
| 16.137,16 | 8 | 1 | 1.2 | | | |
| RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RSI | 59 | 03 a 09/04 (Integral) | S. Livramento- RS | 25.150,00 | 35.750,00 | 6.300,00 |
| 67.200,00 | 73 | 3 | 3.1 | | | |
| ESCOPPOL | 54 | 03/04 a 07/04 | Natal - RN | 14.000,00 | 4.900,00 | 10,000,00 |
| GESTÃO POR RESULTADOS EM SEG. PÚBL. | 145 | 23 a 27/04 | Porto Alegre - RS | - | 1.000,00 | 1.200,00 |
| 2.200,00 | 32 | 3 | 3.2 | | | |
| TOTAL | 43.841,50 | 166.824,00 | 50.685,68 | 261.351,18 | 343 | |
| <p>Nº no PRODOC/PNUD</p> <p>MAIO Processo Período Local Materiais (R\$) Diárias (R\$) Passagens (R\$) Total (R\$) Nº Capacitados Resultado Produto</p> <p>RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS - RJ V 51 16 a 19/05 (Integral) Rio de Janeiro - RJ 108.000,00 - 14.350,00 11.200,00</p> <p>133.550,00 80 3 3.1</p> <p>IDENTIFICAÇÃO DE DROGAS 60 07/05 a 20/5 Brasília-DF - 84.250,00 41.000,00 125.250,00 26 2</p> <p>2.2</p> <p>IDENTIFICAÇÃO DE DROGAS 60 07 a 20/5 e 07 a 27/05 Brasília-DF - 55 2 2.2</p> <p>COMITÊ BRASILEIRO BALÍSTICA FORENSE 66 17 a 19/05 Rio de Janeiro - RJ - 13.500,00 21.600,00</p> <p>21.450,00 198 2 2.2</p> <p>SEMINÁRIO LATINO-AMERIC. SEG. URBANA 17 29/05 a 01/06 São Leopoldo - RS - 10.250,00 11.200,00</p> <p>ESCOPPOL 55 29/05 a 02/06 Rio de Janeiro - RJ 16.380,00 5.500,00 3.500,00 25.380,00 36 1 1.1</p> <p>TOTAL 124.380,00 127.850,00 88.500,00 340.730,00 421</p> | | | | | | |
| <p>Nº no PRODOC/PNUD</p> <p>JUNHO Processo Período Local Materiais (R\$) Diárias (R\$) Passagens (R\$) Total (R\$) Nº Capacitados Resultado Produto</p> <p>GUIAS DE CÃES FAREJADORES 1 108 26 a 28/07 Campo Grande-MS - 62.261,00 4.894,77 67.155,77 12</p> <p>1 2</p> <p>GUIAS DE CÃES FAREJADORES 107 26 a 28/07 Natal-RN - 47.546,00 4.727,58 52.273,58 15 1</p> <p>1 2</p> <p>GUIAS DE CÃES FAREJADORES 109 26 a 28/07 Salvador-BA - 46.448,00 5.238,37 51.686,37 13 1</p> <p>1 2</p> <p>3º ENCONTRO "DIRIGENTES DE PERÍCIA" 18 18 a 21/06 Fortaleza - CE - 1.500,00 2.160,00 3.660,00</p> <p>24 2 e 3 3.2</p> <p>ESCOPPOL 61 26 a 30/06 Recife - PE 16.781,00 4.900,00 5.600,00 27.281,00 38 1 1.1</p> <p>ENCONTRO NACIONAL DA REDE INFOSEG 180 19 e 20/06 Fortaleza - CE - 66.000,00 75.000,00 141.000,00 116</p> <p>2 2.9</p> <p>TOTAL 16.781,00</p> <p>• Na Região Norte - Fundo Nacional de Segurança Pública (0010)</p> <p>• Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0020)</p> <p>• Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0030)</p> <p>• Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública (0040)</p> <p>• Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0050)</p> <p>• No Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Segurança Pública (0035)</p> | | | | | | |

1F64 (P) PREPARAÇÃO E EMPREGO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA OS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007

| | | | | | |
|--------------------|--------------------|-------------------|-----------|-----------|---------|
| Produto: | operação realizada | Físico | 0,00 | 0,00 | N/A |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 7.000.000 | 6.954.000 | 99,34 % |

Comentários:

• No Estado do Rio de Janeiro (Crédito Extraordinário) - Fundo Nacional de Segurança Pública (0101)

7797 (P) REAPARELHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA - PNAPOP

| | | | | | |
|--------------------|-----------------|-------------------|-------------|------------|---------|
| Produto: | PROJETO APOIADO | Físico | 119,00 | 0,00 | 0,00 % |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 126.857.238 | 85.707.411 | 67,56 % |

Comentários:

- Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001)
- Na Região Norte - Fundo Nacional de Segurança Pública (0010)
- No mês de maio foi empenhado a segunda e última parcela do Convênio nº 025/2005, celebrado com o Estado de Rondônia no ano de 2005, no valor de R\$ 243.315,00. Tal informação pode ser comprovada com a expansão da tabela acima, referente aos dados financeiros.
- Outro ponto a considerar, quanto à execução da despesa, é que em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios (transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta. Verificar "Informações de Situação".
- Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0020)
- Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios (transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta. Verificar "Informações de Situação".
- Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0030)
- Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios (transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta. Verificar "Informações de Situação".
- Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública (0040)
- Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios (transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta. Verificar "Informações de Situação".
- Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0050)
- Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a liberação de recursos para a celebração de convênios

Anexo

30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

| Programa: | | | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|--|-------------------------|-------------------|-------------------------|--------------------|----------|
| Ação: | | | | | |
| <p>(transferências voluntárias) com os entes Federados, e para a aplicação direta. Verificar "Informações de Situação".</p> <ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - Fundo Nacional de Segurança Pública (0076) Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, não foi possível a execução da despesa, até o momento. Verificar "Informações de Situação". No Município de Maracanaú / CE - Fundo Nacional de Segurança Pública (0082) Não houve execução da despesa devido ao não encaminhamento do pleito até a presente data. Verificar "Informações de Situação". Corpos de Bombeiros - Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0068) Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a execução da despesa. Policias Militares dos Estados e do Distrito Federal - Fundo Nacional de Segurança Pública (0096) Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a execução da despesa. POLÍCIAS CÍVIS - Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0098) Em virtude da redução de limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a execução da despesa. No Estado do Pará - Fundo Nacional de Segurança Pública (0088) Não houve celebração do convênio com o Estado do Pará e, por conseguinte, a execução da despesa, devido a redução de limite de crédito orçamentário imposto à Secretaria Nacional de Segurança Pública. O projeto encontra-se aprovado tecnicamente e pelo Conselho Gestor do FNSP. Verificar detalhamento nas "Informações de Situação". Guarda Municipal de Belém / PA - Fundo Nacional de Segurança Pública (0090) Não houve execução da despesa devido ao não encaminhamento do pleito até a presente data. Verificar "Informações de Situação". Modernização do Disque-Denúncia do Rio de Janeiro / RJ - Fundo Nacional de Segurança Pública (0094) Não há possibilidade de execução. Não encontra amparo legal na Lei do FNSP 10.201/2001. Verificar "Informações de Situação". No Município de Porto Alegre / RS - Fundo Nacional de Segurança Pública (0074) Não houve execução da despesa devido ao não encaminhamento do pleito até a presente data. Verificar "Informações de Situação". Monitoramento Eletrônico de Trânsito em Santo André / SP - Fundo Nacional de Segurança Pública (0078) Não houve execução. Verificar informações gerais. Guarda Municipal do Município de Santo André / SP - Fundo Nacional de Segurança Pública (0080) Não houve execução da despesa devido ao não encaminhamento do pleito até a presente data. Verificar "Informações de Situação". Guardas Municipais do Estado de São Paulo - Fundo Nacional de Segurança Pública (0092) Não houve execução da despesa devido ao não encaminhamento do pleito até a presente data. Verificar "Informações de Situação". No Estado do Espírito Santo - Fundo Nacional de Segurança Pública (0070) <p>O projeto encaminhado pelo Estado do Espírito Santo encontra-se sob análise na área técnica desta SENASP. Verificar "Informações de Situação".</p> <ul style="list-style-type: none"> No Estado de Goiás - Fundo Nacional de Segurança Pública (0084) Foi solicitado pelo Estado de Goiás, por meio do Ofício 1717/06-GAB, de 31 de agosto de 2006, a conversão dos recursos da modalidade de transferência voluntária para aplicação direta (para aquisições de pistolas .40 e coletes balísticos), devidamente aprovada pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. Todavia, em virtude da redução do limite de crédito orçamentário, imposto à SENASP, ainda não foi possível a execução da despesa. Verificar "Informações de Situação". | | | | | |
| <p>2320 (A) SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL</p> | | | | | |
| Produto: | PROFISSIONAL CAPACITADO | Físico | 21.450,00 | 61.122,00 | 284,95 % |
| Unidade de Medida: | UNIDADE | Financeiro | 22.906.738 | 9.615.346 | 41,98 % |

Comentários:

- Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública (0001)
- Com o atraso na aprovação e liberação do orçamento, a SENASP trabalhou com a descentralização de duodécimos, o que explica a baixa execução dos recursos até o presente momento:

JANEIRO

Projeto Educação a Distância: Capacitação de 2342 profissionais. Por tratar-se de cursos na modalidade a distância, o conteúdo dos cursos de Direitos Humanos, Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, Prevenção da Criminalidade e Violência e Preservação do Local de Crime foram pagos no exercício anterior.

FEVEREIRO

Sem alteração.

MARÇO

Projeto de Educação a Distância: Pagamento de Serviços de Terceiros pela execução de: transmissão de conteúdos dos canais de autodesenvolvimento, gestão pública e canal específico para segurança pública (referente aos meses de jan e fev); produção de curso (tv e web) - Formação de Formadores e serviços de consultoria. Valor R\$ 293.102,90

Capacitação de 2767 profissionais nos cursos Direitos Humanos, Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, Prevenção da Criminalidade e Violência e Preservação do Local de Crime.

Treinamento de Gestores na Ferramenta: com vistas a institucionalizar o processo de educação a distância nos Estados e Distrito Federal, a SENASP desenvolveu um programa de treinamento para os gestores e tutores locais. Os profissionais de segurança pública ao mesmo tempo que treinam e aperfeiçoam suas habilidades na ferramenta, também nos serve como uma mão-de-obra extremamente qualificada. Valor: R\$ 7.653,03

ABRIL

Projeto de Educação a Distância: Pagamento de Serviços de Terceiros pela execução de: transmissão de conteúdos dos canais de autodesenvolvimento, gestão pública e canal específico para segurança pública (referente ao mês de mar); e serviços de consultoria. Valor R\$ 143.808,26

Treinamento de Gestores na Ferramenta. Valor: R\$ 8.398,74

MAIO

Ação Formativa: Realização da 1ª Edição do Curso "Proteção aos Defensores de Direitos Humanos" no Pará. Pagamento de hora aula relativa a 15 dias, para os instrutores no valor de R\$ 43.100,00

Realização da 1ª Oficina Regional da Matriz Curricular Nacional com 40 participantes com vistas a acompanhar e monitorar a implementação da MCN nos Estados: RS, PR, SC e MS. Valor: 38.992,39.

Projeto de Educação a Distância: Pagamento de Serviços de Terceiros pela execução de: transmissão de conteúdos dos canais de autodesenvolvimento, gestão pública e canal específico para segurança pública (referente ao mês de abril); serviços de consultoria, Gravação de entrevista do Program Conexão Cidadania na Cidade de Belo Horizonte no Encontro dos Ouidores, Transmissão da Abertura do novo ciclo de cursos. Valor R\$ 202.705,29

Treinamento de Gestores na Ferramenta. Valor: R\$ 7.198,32

Capacitação de 2141 profissionais nos cursos Uso da Força, Atendimento a Mulheres de Violência Doméstica e Saúde ou doença: de que lado você está?

JUNHO

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

| Programa: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|--|--|-------------------------------|--------------------|
| Ação: | | | |
| Ação Formativa: Realização da 2ª Edição do Curso "Proteção aos Defensores de Direitos Humanos" em Pernambuco. Pagamento de hora aula relativa a 15 dias, para os instrutores no valor de R\$ 43.100,00. | | | |
| Realização da 2ª Oficina Regional da Matriz Curricular Nacional com 40 participantes com vistas a acompanhar e monitorar a implementação da MCN nos Estados: RJ, SP, MG e ES . Valor: 46.000,00 | | | |
| Projeto de Educação a Distância: Pagamento de Serviços de Terceiros pela execução de: transmissão de conteúdos dos canais de autodesenvolvimento, gestão pública e canal específico para segurança pública (referente ao mês de maio) Valor R\$ 129.549,99 | | | |
| Capacitação de 5937 profissionais nos cursos de Uso da Força, Atendimento a Mulheres de Violência Doméstica, Saúde ou doença: de que lado você está? , Direitos Humanos, Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, Prevenção da Criminalidade e Violência e Preservação do Local de Crime. | | | |
| Credenciamento de Instituições de Ensino Superior (empenho). Valor: R\$ 139.485,00 | | | |
| JULHO | | | |
| Capacitação de 6933 profissionais nos cursos de Uso da Força, Atendimento a Mulheres de Violência Doméstica, Saúde ou doença: de que lado você está? Direitos Humanos, Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, Prevenção da Criminalidade e Violência e Preservação do Local de Crime e Formação de Formadores. | | | |
| Projeto de Educação a Distância: Pagamento de Serviços de Terceiros pela execução de: transmissão de conteúdos dos canais de autodesenvolvimento, gestão pública e canal específico para segurança pública (referente ao mês de maio) Valor R\$ 94.225,00 | | | |
| Credenciamento de Instituições de Ensino Superior (empenho). Valor: R\$ 107.366,00. | | | |
| AGOSTO | | | |
| Realização da 3ª Oficina Regional da Matriz Curricular Nacional com 45 participantes com vistas a acompanhar e monitorar a implementação da MCN nos Estados: CE, BA, RN, PI, PB, MA, SE, AL, PE. Valor: 84.303,00 | | | |
| Pagamento de Tutoria. Valor R\$ 200.000,00 | | | |
| SETEMBRO | | | |
| 1. Passagem para colaboradores eventuais para o lançamento da RENAESP no valor de R\$ 92.121,22 | | | |
| 2. Diárias a colaboradores eventuais para evento de lançamento da RENAESP. R\$ 14.274,83 | | | |
| 3. Serijos Técnicos Profissionais - Pagamento de Tutoria. Valor R\$ 129.271,00 | | | |
| OUTUBRO | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores - Pagamento de Instrução do Curso de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Valor: R\$ 41.600,00 | | | |
| 2. Passagens para o evento da Matriz Centro -Oeste no valor de R\$ 31.377,38. | | | |
| 3. Diárias a Colaboradores eventuais para participar da MCN no valor de R\$ 24.649,21. | | | |
| 4.Serviços de Apoio de Ensino . R\$ 126.000,00. | | | |
| NOVEMBRO E DEZEMBRO | | | |
| Empenho para pagamento da prestação de serviços para o Ensino a Distância | | | |
| • Na Região Norte - Fundo Nacional de Segurança Pública (0010) Os gastos com os profissionais capacitados foram computados no nacional em razão do projeto ser desenvolvido pela SENASP. | | | |
| No que diz respeito ao gasto de outubro é relativo a: | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores - Pagamento de Tutoria. Valor: R\$ 22.000,00 | | | |
| 2. Obrigações Patronais - Pagamento de Tutoria. Valor R\$ 4.400,00 | | | |
| OUTUBRO E DEZEMBRO | | | |
| No que diz respeito ao gasto de novembro e dezembro é relativo a: | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 4º Ciclo. Valor: R\$ 22.000,00 | | | |
| 2. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 5º Ciclo. Valor: R\$ 27.000,00 | | | |
| 3. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 6º Ciclo. Valor: R\$ 41.000,00 | | | |
| 4. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do Curso de Polícia Comunitária – 2 Edições. Valor: R\$ 26.400,00 | | | |
| • Na Região Nordeste – Fundo Nacional de Segurança Pública (0020) Os gastos com os profissionais capacitados foram computados no nacional em razão do projeto ser desenvolvido pela SENASP. | | | |
| Os gastos relativos ao mês de outubro são descritos: | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria. Valor: R\$ 36.000,00 | | | |
| 2. Obrigações Patronais. Valor R\$ 7.200,00 | | | |
| 3. Serviço de Apoio ao Ensino - RENAESP . vALOR:R\$ 60.000,00. | | | |
| NOVEMBRO E DEZEMBRO | | | |
| Os gastos relativos aos meses de novembro e dezembro são descritos: | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 4º Ciclo. Valor: R\$ 36.000,00 | | | |
| 2. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 5º Ciclo. Valor: R\$ 55.000,00 | | | |
| 3. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 6º Ciclo. Valor: R\$ 69.000,00 | | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

| Programa: | LOA 2006 + CRÉDITOS (A) | Realizado 2006 (B) | % (B/A) |
|---|--|-------------------------------|--------------------|
| Ação: | | | |
| 4. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do Curso de Polícia Comunitária – 2 Edições. Valor: R\$ 22.800,00 | | | |
| 5. Serviço de Apoio ao Ensino - RENAESP. Valor: R\$ 181.536,00 | | | |
| 6. Foram aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública os seguintes Convênios: | | | |
| Estado Valores | | | |
| AL 468.695,95 | | | |
| BA 283.266,94 | | | |
| PE 130.900,00 | | | |
| • Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0030) Os gastos com os profissionais capacitados foram computados no nacional em razão do projeto ser desenvolvido pela SENASP. | | | |
| SETEMBRO | | | |
| Pagamento aos Contratos da RENAESP. O valor de R\$ 145.980,00. | | | |
| OUTUBRO | | | |
| 1. Convênios com os Municípios de São Paulo. R\$ 57.600,00 | | | |
| 2. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria. Valor: R\$ 22.000,00. | | | |
| 3. Obrigações Patronais. Valor R\$ 4.400,00 | | | |
| 3. Serviço de Apoio ao Ensino - RENAESP . vALOR:R\$ 28.000,00. | | | |
| NOVEMBRO E DEZEMBRO | | | |
| Os gastos relativos aos meses de novembro e dezembro são descritos: | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 4º Ciclo. Valor: R\$ 22.000,00 | | | |
| 2. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 5º Ciclo. Valor: R\$ 38.000,00 | | | |
| 3. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 6º Ciclo. Valor: R\$ 49.000,00 | | | |
| 4. Pagamento aos Contratos da RENAESP. O valor de R\$ 364.000,00 | | | |
| 5. Pagamentos a Convênios Municipais - R\$ 684.132,00. | | | |
| • Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública (0040) Os gastos com os profissionais capacitados foram computados no nacional em razão do projeto ser desenvolvido pela SENASP. | | | |
| OUTUBRO | | | |
| 1. Convênios com os Municípios do Rio Grande do Sul. R\$ 174.042,77 | | | |
| 2. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria. Valor: R\$ 29.000,00. | | | |
| 3. Obrigações Patronais. Valor R\$ 5.800,00 | | | |
| NOVEMBRO E DEZEMBRO | | | |
| No que diz respeito ao gasto de novembro e dezembro é relativo a: | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 4º Ciclo. Valor: R\$ 29.000,00 | | | |
| 2. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 5º Ciclo. Valor: R\$ 52.500,00 | | | |
| 3. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 6º Ciclo. Valor: R\$ 75.500,00 | | | |
| 4. Pagamento aos Contratos da RENAESP. O valor de R\$ 28.000,00 | | | |
| 5. Pagamentos a Eventuais de Professores. Cursos de Produção de Provas - R\$ 52.363,00. | | | |
| • Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública (0050) OUTUBRO | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria. Valor: R\$ 21.000,00. | | | |
| 2. Obrigações Patronais. Valor R\$ 4.200,00 | | | |
| NOVEMBRO E DEZEMBRO | | | |
| No que diz respeito ao gasto de novembro e dezembro é relativo a: | | | |
| 1. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 4º Ciclo. Valor: R\$ 34.000,00 | | | |
| 2. Serviços Eventuais de Professores. Pagamento de Tutoria do 5º Ciclo. Valor: R\$ 34.000,00 | | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

| Programa: Ação: | RAP 2006 Inscrito | RAP 2006 PAGO |
|--|----------------------|------------------|
| 0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita GERENTE: Eduardo Flores Vieira Objetivo: Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça | | |
| 1783(P) (RAP 2005) INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO Produto: Serviço instalado Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 400.871,00 R\$ 392.609,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Defensoria Pública da União | | |
| 2725(A) (RAP 2005) PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO Produto: PESSOA ASSISTIDA Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 717.579,00 R\$ 663.376,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Defensoria Pública da União | | |
| 0662 Combate à Criminalidade GERENTE: Zulmar Pimentel dos Santos Objetivo: Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública | | |
| 2662(A) (RAP 2005) CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL PARA O COMBATE À CRIMINALIDADE Produto: SERVIDOR CAPACITADO Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 100.428,00 R\$ 79.082,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 2680(A) (RAP 2005) COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ARMAS Produto: operação realizada Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 17.909,00 R\$ 7.000,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 8375(A) (RAP 2005) PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELA ENTREGA DE ARMA DE FOGO Produto: Indenização Concedida Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 30.324,00 Financeiro R\$ 7.589.440,00 R\$ 4.504.100,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Departamento de Polícia Federal Trata-se de armas recolhidas ainda durante a Campanha antes de 23 de outubro de 2005, mas que problemas de identificação dos beneficiários e pela própria falta de estrutura administrativa estão sendo pagos os valores devidos. | | |
| 2726(A) (RAP 2005) PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO Produto: operação realizada Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 18.426.203,00 R\$ 17.627.876,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 1164 Combate ao Crime Transnacional GERENTE: MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA Objetivo: Rastrear e indisponibilizar recursos, existentes no Brasil ou no Exterior, oriundos de atividades criminosas, relacionados com investigações e processos brasileiros e obter sua repatriação | | |
| 2390(A) (RAP 2005) CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIDORES DA ÁREA DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL Produto: SERVIDOR CAPACITADO Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 18.531,00 R\$ 0,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério da Justiça | | |
| 2330(A) (RAP 2005) CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL Produto: Acordo celebrado Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 96.504,00 R\$ 400,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério da Justiça | | |
| 2332(A) (RAP 2005) RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ENVIADOS ILICITAMENTE AO EXTERIOR Produto: Ativo recuperado Unidade de Medida: R\$ mil equivalente Físico - 0,00 Financeiro R\$ 17.282,00 R\$ 0,00 Comentários: | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

| Programa: Ação: | RAP 2006 Inscrito | RAP 2006 PAGO |
|---|----------------------|------------------|
| << (RAP 2005) Nacional - Ministério da Justiça | | |
| 0150 Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas GERENTE: Mércio Pereira Gomes Objetivo: Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas | | |
| 2516(A) (RAP 2005) CAPACITAÇÃO DE INDÍGENAS E TÉCNICOS DE CAMPO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AUTO-SUSTENTÁVEIS EM TERRAS INDÍGENAS Produto: PESSOA CAPACITADA Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 33.270,00 R\$ 30.154,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI | | |
| 3968(P) (RAP 2005) CONSTRUÇÃO DE MORADIA PARA COMUNIDADE INDÍGENA Produto: Casa construída Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 229.327,00 R\$ 225.215,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI | | |
| 1353 Modernização da Polícia Federal GERENTE: Acliomar Goersch Objetivo: Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal | | |
| 5037(P) (RAP 2005) CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ Produto: Sede construída com 16.800 m² Unidade de Medida: % de execução física Físico - 0,00 Financeiro R\$ 395.679,00 R\$ 348.721,00 Comentários: << (RAP 2005) No Município de Curitiba - PR - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 1778(P) (RAP 2005) IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA) Produto: SISTEMA IMPLANTADO Unidade de Medida: % de execução física Físico - 0,00 Financeiro R\$ 7.106.967,00 R\$ 1.760.175,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 1899(P) (RAP 2005) REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA) Produto: UNIDADE REAPARELHADA Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 26.198.854,00 R\$ 21.210.970,00 Comentários: << (RAP 2005) No Estado de Pernambuco - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal << (RAP 2005) Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 7803(P) (RAP 2005) REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA Produto: unidade reformada Unidade de Medida: % de execução física Físico - 0,00 Financeiro R\$ 543.666,00 R\$ 543.549,00 Comentários: << (RAP 2005) Em Brasília - DF - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 2586(A) (RAP 2005) SISTEMA DE EMISSÃO DE PASSAPORTE E DE CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL Produto: passaporte emitido Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 2.460.000,00 R\$ 2.460.000,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal | | |
| 0661 Modernização do Sistema Penitenciário Nacional GERENTE: Mauricio Kuehne Objetivo: Gerar vagas em estabelecimentos penais e promover a reintegração da pessoa presa e do interno à sociedade | | |
| 1701(P) (RAP 2005) APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS Produto: Unidade aparelhada/reaparelhada Unidade de Medida: UNIDADE Físico - 0,00 Financeiro R\$ 4.604.701,00 R\$ 4.603.065,00 Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo Penitenciário Nacional As metas físicas correspondentes foram computadas no exercício anterior, já que os procedimentos licitatórios foram finalizados em 2005. | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

| Programa: Ação: | RAP 2006 Inscrito | RAP 2006 PAGO |
|--|-------------------------------------|-------------------|
| 11T(W) (RAP 2005) CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS ESTADUAIS | | |
| Produto: Vaga disponibilizada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 51.524.928,00 | R\$ 43.617.063,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) No Estado da Paraíba - Fundo Penitenciário Nacional Refere-se ao pagamento de parcela inscrita em Restos a Pagar do Convênio nº 022/2001, que trata da Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Patos, em virtude de ausência de apresentação de prestação de contas de parcela correspondente. << (RAP 2005) No Estado de Santa Catarina - Fundo Penitenciário Nacional O valor acima refere-se ao Restos a Pagar da Construção da Penitenciária de Criciúma (SC). << (RAP 2005) No Estado do Paraná - Fundo Penitenciário Nacional Refere-se a parte dos recursos inscritos em Restos a Pagar para construção da Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá. A Caixa Econômica Federal exerce mandato para a execução do projeto de conclusão da construção da referida Penitenciária. << (RAP 2005) No Distrito Federal - Fundo Penitenciário Nacional Refere-se ao projeto que trata da construção do Bloco de Administração da Penitenciária II. A Caixa Econômica Federal, atua com mandatária da União, conforme Contrato 003/2004. << (RAP 2005) No Estado de Goiás - Fundo Penitenciário Nacional Refere-se ao projeto que trata da construção do Centro de Inserção Social de Senador Canedo. A Caixa Econômica Federal, atua com mandatária da União, não tendo solicitado até a presente data o repasse dos referidos recursos, tendo em vista pendências ainda existentes no projeto. << (RAP 2005) Nacional - Fundo Penitenciário Nacional O pagamento de restos a pagar não foi solicitado pela Caixa Econômica Federal, que exerce mandato para a execução dos projetos de construção de estabelecimentos penais estaduais. Segundo a Caixa, os projetos estão em fase final de análise. O valor de R\$ 1.612.931,00, refere-se a construção da Penitenciária Industrial de Regime Semi Aberto de Maringá, e o valor de R\$ 3.206.836, da construção do Centro de Inserção Social no Município de Senador Canedo. << (RAP 2005) No Estado do Rio de Janeiro - Fundo Penitenciário Nacional A importância acima refere-se aos projetos de: - Construção da Casa de Custódia Federal em Magé (RJ), no valor de R\$ 5.593.361,00; - Construção do Centro de Observação no Presídio da Polinter, no valor de R\$ 800.081,00. O contrato de Repasse está em fase de distrato, por falta de interesse do Estado no prosseguimento do processo. É o motivo da CEF não ter solicitado o respectivo pagamento. As vagas computadas no exercício de sua celebração. << (RAP 2005) No Estado da Bahia - Fundo Penitenciário Nacional Refere-se a restos a pagar do projeto de Construção da Penitenciária de Eunápolis.A Caixa Econômica Federal atua como mandatária da União, por meio do Contrato nº 003/2004, de 27.12.2004. As vagas foram computadas no exercício da sua celebração. << (RAP 2005) No Estado de São Paulo - Fundo Penitenciário Nacional A importância total refere-se a 02 processos, relativos ao pagamento de RAP de exercícios anteriores: - Reforma, Adequação e Ampliação da Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" Avaré I (SP):valor de R\$ 3.542.082,48. As vagas decorrentes do referido Convênio foram computadas no exercício de sua celebração. - Construção da Penitenciária Compacta Dupla de Presidente Alves (SP): a CEF atua como mandatária da União, conforme Contrato 003/2004. Valor de R\$ 22.200.000,00. | | |
| 11TX(P) (RAP 2005) CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS | | |
| Produto: Vaga disponibilizada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 11.704.891,00 | R\$ 11.704.849,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundo Penitenciário Nacional Houve a disponibilização de 208 vagas com a inauguração da Penitenciária Federal de Catanduvas, em 23/06/06. Estão sendo realizados os pagamentos para as construtoras responsáveis pelas construções das três primeiras penitenciárias federais, por meio do Contrato nº 002/2004, firmado com a empresa Palmira Engenharia Ltda. (Penitenciária Federal de Campo Grande/MS), Contrato nº 004/2004, firmado com a empresa Jota Ele Construções Cíveis Ltda (Penitenciária Federal de Catanduvas/PR) e o Contrato 004/2005, firmado com a empresa Venâncio (Penitenciária de Mossoró/RN). Em maio de 2006 o percentual de obra construída para Campo Grande (MS) foi 98,56% e 14,67% para Mossoró (RN). A Penitenciária Federal de Catanduvas (PR) foi recebida definitivamente em junho/2006, e sua inauguração em 23/06/2006. | | |
| 2314(A) (RAP 2005) FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DOS APENADOS, INTERNADOS E EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL | | |
| Produto: PESSOA BENEFICIADA | Físico - | 146,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 434.166,00 | R\$ 302.582,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundo Penitenciário Nacional | | |
| 0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento | GERENTE: Mércio Pereira Gomes | |
| Objetivo: Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas | | |
| 2707(A) (RAP 2005) FISCALIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS | | |
| Produto: fiscalização realizada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 2.260.852,00 | R\$ 2.186.464,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI | | |
| 4390(A) (RAP 2005) REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS | | |
| Produto: regularização efetivada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: ha | Financeiro R\$ 5.747.835,00 | R\$ 5.418.176,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundação Nacional do Índio - FUNAI | | |
| 1083 Reforma do Judiciário | GERENTE: Pierpaolo Bottini | |
| Objetivo: Modernizar e democratizar o acesso à Justiça, promovendo a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

| Programa: Ação: | RAP 2006 Inscrito | RAP 2006 PAGO |
|--|-------------------------------------|-------------------|
| 12G(E)P (RAP 2005) REAPARELHAMENTO, MODERNIZAÇÃO E REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO - MOREJUS | | |
| Produto: PROJETO APOIADO | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 1.108.827,00 | R\$ 1.038.077,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Ministério da Justiça | | |
| 0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais | GERENTE: Hélio Cardoso Derenne | |
| Objetivo: Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito | | |
| 4526(A) (RAP 2005) OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS | | |
| Produto: operação realizada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 9.910,00 | R\$ 0,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | | |
| 2723(A) (RAP 2005) POLICIAMENTO OSTENSIVO E CONTROLE DE TRÂNSITO NA MALHA RODOVIÁRIA | | |
| Produto: Rodovia policiada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: km | Financeiro R\$ 4.707.498,00 | R\$ 4.250.516,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Departamento de Polícia Rodoviária Federal Foi aditivado o contrato do ano anterior, possibilitando a aquisição de 83 (oitenta e três) veículos especiais, destinado ao patrulhamento rodoviário, terrestre, ostensivo das rodovias federais, sendo 69 (sessenta e nove) caminhonetas e 14 (quatorze) sedans, já tendo sido empenhados R\$ 7.998.230,00 (sete milhões, novecentos e noventa e oito mil e duzentos e trinta Reais), estando sendo aguardada a entrega das viaturas para a liquidação. Os valores restantes estão contingenciados, aguardando a liberação para a realização de nova licitação. | | |
| 1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP | GERENTE: Luiz Fernando Corrêa | |
| Objetivo: Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações | | |
| 09H(Q)E (RAP 2005) APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA | | |
| Produto: PROJETO APOIADO | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 159.734,00 | R\$ 0,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública << (RAP 2005) Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública | | |
| 5000(P) (RAP 2005) IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS | | |
| Produto: SISTEMA IMPLANTADO | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: % de execução física | Financeiro R\$ 1.562.830,00 | R\$ 1.527.007,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública | | |
| 3916(P) (RAP 2005) IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS DE UNIDADES FUNCIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| Produto: unidade implantada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 3.551.019,00 | R\$ 2.684.196,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública << (RAP 2005) Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública << (RAP 2005) Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Segurança Pública << (RAP 2005) Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública | | |
| 8545(A) (RAP 2005) INTENSIFICAÇÃO DA REPRESSÃO QUALIFICADA | | |
| Produto: Operação Integrada Realizada | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 8.738.852,00 | R\$ 8.563.023,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública | | |
| 7797(P) (RAP 2005) REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA - PNPAPOL | | |
| Produto: PROJETO APOIADO | Físico - | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro R\$ 41.106.925,00 | R\$ 40.992.849,00 |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública Sobre o detalhamento da execução verificar "Informações de Situação". << (RAP 2005) Na Região Sudeste - Fundo Nacional de Segurança Pública Sobre o detalhamento da execução verificar "Informações de Situação". << (RAP 2005) Na Região Centro-Oeste - Fundo Nacional de Segurança Pública Sobre o detalhamento da execução verificar "Informações de Situação". | | |

Anexo
30000 Ministério da Justiça
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

| Programa: | RAP 2006 | RAP 2006 |
|---|-------------------|------------------|
| Ação: | Inscrito | PAGO |
| <hr/> | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública Sobre o detalhamento da execução verificar "Informações de Situação". | | |
| << (RAP 2005) Na Região Norte - Fundo Nacional de Segurança Pública Sobre o detalhamento da execução verificar "Informações de Situação". | | |
| << (RAP 2005) Na Região Nordeste - Fundo Nacional de Segurança Pública Sobre o detalhamento da execução verificar "Informações de Situação". | | |
| <hr/> | | |
| 2320(A) (RAP 2005) SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL | | |
| Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO | Físico | 0,00 |
| Unidade de Medida: UNIDADE | Financeiro | R\$ 1.234.985,00 |
| | R\$ 1.261.753,00 | |
| Comentários: | | |
| << (RAP 2005) Na Região Sul - Fundo Nacional de Segurança Pública | | |
| << (RAP 2005) Nacional - Fundo Nacional de Segurança Pública | | |
| <hr/> | | |